



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Novembro de 2019

PEDIDO DE UM ACORDO DE 40 MESES AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO — COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

No contexto do pedido de um acordo de 40 meses ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês), os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que inclui uma declaração do Presidente do Conselho de Administração.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 2 de outubro de 2019, após as discussões concluídas em 6 de agosto de 2019 com as autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 18 de setembro de 2019, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo corpo técnico do FMI.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Declaração do Administrador** para a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe*

Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe*

Memorando Técnico de Entendimento*

*Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional
Washington, DC.**



Comunicado de Imprensa N.º 19/363 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
2 de outubro de 2019

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI aprova novo acordo com a República Democrática de São Tomé e Príncipe ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado

- O objetivo do acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado é apoiar as reformas económicas e estruturais de São Tomé e Príncipe.
- As reformas estruturais devem ajudar a mobilizar receitas, reforçar o controlo sobre a despesa pública, reduzir os passivos contingentes das empresas estatais, melhorar a estabilidade financeira e promover o crescimento inclusivo para reduzir a pobreza, nomeadamente através do empoderamento económico das mulheres.
- A decisão do Conselho de Administração permite a disponibilização imediata de um primeiro desembolso de USD 2,6 milhões para São Tomé e Príncipe.

Em 2 de outubro de 2019, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um novo acordo de 40 meses com São Tomé e Príncipe ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês) no montante de DSE 13,32 milhões (cerca de USD 18,2 milhões) para apoiar as reformas económicas e estruturais do país.¹ A decisão do Conselho permite o desembolso imediato de um montante aproximado de DSE 1,9 milhões (cerca de USD 2,6 milhões). O restante será liberado em etapas ao longo da duração do acordo, condicionado à realização de avaliações semestrais.

O objetivo do acordo ECF é apoiar os esforços das autoridades na realização de reformas económicas que contribuam para a estabilidade macroeconómica e o crescimento inclusivo liderado pelo setor privado. Visa também aliviar as pressões sobre a balança de pagamentos e restaurar a sustentabilidade orçamental e externa a médio prazo.

Após a decisão do Conselho de Administração, o Subdiretor-Geral e Presidente em Exercício, Sr. Mitsuhiro Furusawa, fez o seguinte pronunciamento:

¹ A Facilidade de Crédito Alargado (ECF) é um acordo de concessão de crédito que assegura um compromisso programático sustentado no médio a longo prazo em caso de problemas prolongados da balança de pagamentos.

“O acordo ECF oferece suporte às reformas económicas das autoridades para restaurar a estabilidade macroeconómica, reduzir a vulnerabilidade da dívida e aliviar as pressões sobre a balança de pagamentos, de modo assentar as bases para o crescimento económico robusto. Pode contribuir também para catalisar apoios adicionais ao desenvolvimento.

“O governo pretende manter esforços sustentados de consolidação orçamental e realizar reformas para reduzir a vulnerabilidade da dívida. Para o efeito, as autoridades buscarão alargar a base fiscal de modo a assegurar uma partilha mais equitativa da carga fiscal, inclusive com a introdução de um imposto sobre o valor acrescentado e o fortalecimento da administração tributária. Serão tomadas medidas para conter as despesas públicas, controlar a sua eficiência e eficácia e proteger os serviços sociais essenciais. O governo compromete-se também a tomar empréstimos somente em condições concessionais e de forma comedida, e a fortificar a capacidade de gestão da dívida.

“A política monetária será mais restritiva para incentivar a poupança, aliviar a procura de divisas e conter a inflação. Está a ser desenvolvido um novo sistema de pagamentos que possibilitará pagamentos com cartão de crédito, para estimular o turismo e a entrada de divisas. A supervisão do setor financeiro será fortalecida.

“A realização de reformas estruturais abrangentes será também decisiva para promover o crescimento inclusivo liderado pelo setor privado e salvaguardar a estabilidade macroeconómica. De destacar, entre as principais reformas, a implementação da Estratégia de Desenvolvimento do Turismo, a publicação de procedimentos codificados para a aprovação dos investimentos privados, a reabilitação do setor energético, designadamente da EMAE, e a promoção do empoderamento económico e inclusão financeira das mulheres. O programa do FMI será complementado por um programa de proteção social do Banco Mundial no valor de USD 10 milhões dirigido às famílias mais vulneráveis.”

Desenvolvimentos económicos recentes

São Tomé e Príncipe é um pequeno estado insular, com recursos e capacidade limitados. A economia tem uma base produtiva reduzida e depende largamente das importações e da ajuda externa. As exportações de mercadorias representam apenas 4% do PIB. Embora a exploração offshore de petróleo prossiga, não se prevê que haja uma produção comercial a curto prazo. O turismo, a agricultura e a pesca têm potencial para crescer, mas requerem melhores infraestruturas e um investimento liderado pelo setor privado. Embora o turismo tenha crescido significativamente nos últimos anos, o valor acrescentado localmente é muito baixo, tendo em conta o elevado conteúdo importado.

São Tomé e Príncipe depara-se com fortes condicionalismos. O crescimento real caiu de 3,9% em 2017 para 2,7% em 2018, como reflexo da menor entrada de recursos externos, de perturbações relacionadas com as eleições e de cortes de energia. As reservas internacionais

brutas sofreram uma queda acentuada, de USD 16,3 milhões (1,5 meses de importações), e a inflação aumentou de 7,7% no final de 2017 para 9,0%, influenciada pela subida dos preços internacionais do petróleo e pela escassez de produtos locais. Dados preliminares indicam que a atividade económica continuou letárgica no primeiro semestre de 2019, tendo sofrido também com os cortes de energia e a falta de combustíveis.

A posição orçamental agravou-se notavelmente em 2018. As despesas com pessoal e de investimento sofreram aumentos não previstos no orçamento, e o corte planeado no consumo de serviços de utilidade pública não se concretizou, uma situação que contribuiu para uma derrapagem das despesas de quase 3,5% do PIB. Como consequência, o défice primário interno ascendeu a 4,1% do PIB, tendo ultrapassado a meta em 2,8% do PIB. Além do mais, algumas entidades públicas foram autorizadas a realizar gastos extraorçamentais, o que efetivamente flexibilizou ainda mais a orientação orçamental e aumentou a dívida pública em quase 1 ponto percentual do PIB. Entretanto, a EMAE acumulou atrasados com o seu fornecedor de combustíveis de quase USD 16 milhões (mais de 3,5% do PIB), e o total da dívida pública ultrapassou os 95% do PIB no final de 2018.

Um novo governo de coligação assumiu posse em dezembro de 2018 na sequência das eleições parlamentares. O programa de reformas do governo tem por objetivo restabelecer a estabilidade macroeconómica e desbloquear o crescimento em potencial.

Resumo do Programa

O programa de 40 meses visa restabelecer a estabilidade macroeconómica, colocar a dívida numa trajetória descendente sustentável e destravar o potencial de crescimento. A consolidação orçamental apoiada pela reestruturação da dívida e pela maior reestruturabilidade da política monetária abordará as pressões colocadas sobre as reservas internacionais e restabelecerá a sustentabilidade orçamental e externa a médio prazo. As reformas estruturais visam mobilizar receitas, reforçar o controlo sobre a despesa pública, reduzir os passivos contingentes das empresas estatais, melhorar a estabilidade financeira e promover o crescimento inclusivo por forma a reduzir a pobreza, nomeadamente através do empoderamento económico das mulheres. A aplicação de um limite mínimo para a despesa em prol dos pobres, em conjunto com um programa de proteção social do Banco Mundial, assegurará a proteção dos mais vulneráveis. O programa apoiado pelo FMI desempenhará, ainda, um papel catalisador e transmitirá sinais positivos às partes interessadas.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

PEDIDO DE UM ACORDO DE 40 MESES AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO

18 de setembro de 2019

PRINCIPAIS TEMAS

Contexto. São Tomé e Príncipe é um pequeno estado insular, com recursos e capacidade limitados. O último acordo no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla inglesa) expirou no final de 2018 após sofrer derrapagens num contexto de eleições parlamentares, cortes de energia, grandes desequilíbrios internos e externos e elevada vulnerabilidade da dívida. O crescimento abrandou, a inflação subiu, a posição orçamental deteriorou e as reservas externas caíram acentuadamente em 2019, enquanto algumas das reformas estruturais essenciais foram proteladas. Por forma a reduzir a pobreza e o desemprego, sobretudo entre a sua elevada população jovem, o país terá de registar taxas de crescimento mais altas e inclusivas.

Um novo acordo ECF. As novas autoridades, empossadas no final de 2018, solicitam um novo acordo de 40 meses no montante de DSE 13.200.000 para apoiar o seu programa de reformas. O programa visa reduzir a vulnerabilidade da dívida, aliviar as pressões sobre a balança de pagamentos, restabelecer a sustentabilidade orçamental e externa a médio prazo, promover o crescimento sustentável e inclusivo e proporcionar sinais positivos às partes interessadas. As recomendações principais sobre políticas incluem as seguintes:

- *Política orçamental:* Baixar o défice primário interno (DPI) em quase de 2 pontos percentuais do PIB em 2019, reduzindo-o para uma posição próxima do equilíbrio a médio prazo, através da mobilização de receitas, com a introdução do IVA e a racionalização da despesa. Contrair novos empréstimos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado, reestruturar a dívida pública para reduzir a vulnerabilidade criada pelo endividamento e utilizar os recursos adicionais para baixar a dívida. Salvaguardar as despesas sociais.
- *Política monetária e financeira.* Aplicar uma política monetária mais restritiva para impedir a perda de reservas. Melhorar a supervisão e inclusão financeiras.
- *Reformas estruturais.* Reformar as empresas estatais, particularmente a empresa de serviços públicos, EMAE, para conter os passivos contingentes orçamentais. Implementar uma estratégia para o desenvolvimento do turismo e empoderar as mulheres economicamente, para fomentar o crescimento inclusivo.

Riscos: Os riscos principais abarcam a possibilidade de pressões sobre as despesas, quebras de energia e o adiamento das reformas em razão da fragilidade política. Os riscos são mitigados por medidas com efeitos imediatos, incluindo as ações prévias.

Aprovado por
David Owen (AFR) e
Kevin Fletcher (SPR)

As discussões decorreram em São Tomé, entre os dias 20 de março e 4 de abril e 24 de julho a 6 de agosto de 2019. A equipa do corpo técnico foi composta por: Xiangming Li (chefe), Lisa Kolovich, Gabriel Srour, Torsten Wezel e Yunhui Zhao (todos do AFR). Nadia Margevich, María Inés Canales Munoz e Vicky Pilouzoue (AFR) proporcionaram apoio administrativo, e Yun Liu, Marwa Ibrahim, Weronika Synak (AFR) prestaram apoio à investigação (todos da sede). Kelvio Carvalho da Silveira (OED) juntou-se à missão. João Paulo Galvão, Alexandra de Souza Costa e André Marques Fernandes prestaram serviços de interpretação e tradução durante as visitas da missão. A missão reuniu-se com o Presidente, Evaristo Carvalho; o Primeiro-Ministro, Jorge Bom Jesus; o Presidente da Assembleia Nacional, Delfim Neves; o Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Osvaldo Vaz; a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Elsa Pinto; o Ministro das Infraestruturas, Osvaldo Abreu; o Governador do Banco Central, Américo Soares de Barros; o Procurador Geral Kelve Nobre de Carvalho; o Presidente da Região Autónoma do Príncipe, José Cassandra; a Comissão Económica Parlamentar; os ex-presidentes Manuel Pinto da Costa, Miguel Trovoada e Fradique de Menezes; outros quadros do Governo, representantes do setor privado, incluindo da banca, e parceiros de desenvolvimento.

ÍNDICE

CONTEXTO	4
EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA	5
DESEMPENHO DO PROGRAMA EM 2018	7
PERSPETIVAS ECONÓMICAS E RISCOS	7
OBJETIVOS E POLÍTICAS DO PROGRAMA	9
A. Abordar as pressões sobre a balança de pagamentos e restabelecer a sustentabilidade orçamental	9
B. Restringir a política monetária e reforçar a gestão do banco central para apoiar a paridade fixa	12
C. Salvaguardar a estabilidade financeira	13
D. Acelerar as reformas estruturais em prol do crescimento sustentável e inclusivo	14
MODALIDADES DO PROGRAMA	16
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	18
FIGURAS	
1. Evolução Macroeconómica Recente, 2010–2018	21
2. Evolução do Setor Financeiro, 2011–2018	22

TABELAS

1. Indicadores Económicos Seleccionados, 2015–22	23
2a. Operações Financeiras do Governo Central , 2015–22 (milhões de novas dobras)	24
2b. Operações Financeiras do Governo Central, 2015–22 (percentagem do PIB)	25
3. Síntese das Contas do Banco Central, 2015–20	26
4. Síntese Monetária, 2015–20	27
5. Indicadores de Solidez Financeira, dezembro de 2012–dezembro de 2018	28
6a. Balança de Pagamentos, 2015–22 (milhões de USD)	29
6b. Balança de Pagamentos, 2015–22 (percentagem do PIB)	30
7. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2015–22	31
8. Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2019–33	32
9. Calendário de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2019–22	33

ANEXOS

I. Avaliação <i>Ex Post</i> Revista Pelos Pares	34
II. Matriz de Avaliação dos Riscos	43
III. Salvar as Despesas Sociais e Analisar o Impacto das Políticas sobre o Crescimento Inclusive	45
IV. Constatações e Implicações da Análise da Qualidade dos Ativos	47
V. Reformas na EMAE e no Setor da Energia	49
VI. Prioridades da Assistência Técnica	59

APÊNDICE

I. Carta de Intenções	62
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2019–2023	65
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento, Agosto de 2019	89

CONTEXTO

- 1. São Tomé e Príncipe é um pequeno estado insular, com recursos e capacidade limitados.** A economia tem uma base produtiva reduzida e depende largamente das importações e da ajuda externa. As exportações de mercadorias representam apenas 4% do PIB. Embora a exploração offshore de petróleo prossiga, não se prevê que haja uma produção comercial a curto prazo. O turismo, a agricultura e a pesca têm potencial para crescer, mas requerem melhores infraestruturas e um investimento liderado pelo setor privado. Embora o turismo tenha crescido significativamente nos últimos anos, o valor acrescentado localmente é muito baixo, tendo em conta o elevado conteúdo importado.
- 2. A última Avaliação Ex Post Revista Pelos Pares constatou que os progressos registados no âmbito dos acordos ECF de 2012-15 e de 2015-18 foram limitados, devido à baixa capacidade e às derrapagens da política económica (Anexo I).** A derrapagem das despesas, sobretudo durante os anos de eleições, e as enormes perdas registadas pela empresa pública, EMAE, levaram a que os níveis da dívida permanecessem altos. Por outro lado, a base tributária reduzida do país, em conjunto com uma débil administração fiscal, tem contribuído para os baixos níveis de arrecadação. Os Critérios de Desempenho Quantitativos (CDQ) relativos ao saldo primário interno (SPI) revelaram insuficiências em seis das sete avaliações levadas a cabo. O crescimento – que durante o período de 2012-18 registou uma taxa média anual de 4% – foi insuficiente para reduzir as taxas de pobreza e desemprego significativamente, que num país como São Tomé e Príncipe, que tem uma elevada população jovem, são desproporcionalmente altas. Alguns avanços, embora com atrasos, têm sido feitos no domínio das reformas estruturais, nomeadamente, a criação de mecanismo de preços automático para os combustíveis, planos de reforma para a EMAE e uma estratégia para o turismo. Outras reformas estruturais, contudo, incluindo a introdução do IVA, continuam pendentes. Tendo em consideração a baixa capacidade e fragilidade do país, algumas reformas não podem ser concluídas num único ciclo programático, como ficou evidenciado na implementação de alguns dos marcos do programa de 2012-15 durante o período de 2015-2018. A fragilidade também exige a priorização e limitação das condicionalidades.
- 3. Um novo governo de coligação assumiu posse em dezembro de 2018 na sequência das eleições parlamentares.** Tal como tem vindo a acontecer no passado, o novo governo substituiu a maioria dos quadros superiores dos organismos públicos. No período de 2001-2014, São Tomé assistiu a um movimento de dez governos de coligação diferentes, e foi em 2014-2018, que, pela primeira vez, um governo de maioria completou o seu mandato. As mudanças frequentes de governo têm impedido as reformas e o crescimento e contribuído, simultaneamente, para a fragilidade.
- 4. O programa de reformas das autoridades tem por objetivo restabelecer a estabilidade macroeconómica e desbloquear o crescimento em potencial.** Um dos desafios imediatos será travar os prejuízos na EMAE e manter a dívida sob controlo, aumentar a restringibilidade da política fiscal e monetária para abordar os desequilíbrios externos e internos e mobilizar receitas. O impacto destas políticas contracionistas será mitigado pelo lançamento de projetos apoiados por entidades externas, reformas estruturais para apoiar o crescimento inclusivo e a definição de um limite mínimo para a despesa social, bem como por um programa apoiado pelo Banco Mundial que visa proteger os mais vulneráveis.

EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA

5. Em 2018 e no primeiro semestre de 2019 o crescimento económico abrandou e a inflação acelerou. O crescimento real caiu mais de um ponto percentual em 2018, para 2,7%, como reflexo da menor entrada de recursos externos, de perturbações relacionadas com as eleições e de cortes de energia severos durante o último trimestre, provocados por avarias de geradores muito antigos. No final de 2018, a taxa de inflação – que no final de 2017 registara 7,7% – subiu para 9,0%, influenciada pelos aumentos registados nos preços internacionais do petróleo e pela escassez de produtos locais, afetados pelas condições meteorológicas variáveis. Dados preliminares sugerem que a atividade económica tenha permanecido brande no primeiro semestre de 2019, não obstante o crescimento vigoroso exibido pelo pequeno setor exportador – as exportações não ligadas ao cacau cresceram 27% e o turismo e as viagens negócios no país cresceram 14%, em ambos os casos a partir de uma base reduzida. A inflação registou um ligeiro declínio, para 8,6% no final de junho. Os cortes de energia e a falta de combustível nos meses de maio e junho de 2019 também afetaram a economia.

6. A posição orçamental agravou-se notavelmente em 2018 (Tabela 1 do texto). As receitas internas foram cerca de 0,5% do PIB superiores ao previsto, com a cobrança de impostos em atraso e o aumento dos impostos de importação decorrentes da alta nos preços internacionais do crude sendo mais do que compensados pela quebra das receitas fiscais diretas causada pelo abrandamento económico. Contudo, a derrapagem da despesa totalizou cerca de 3,5% do PIB, devido aos aumentos não orçamentados nos custos de pessoal e despesa de capital, assim como pelo insucesso na planeada redução do consumo de serviços públicos. Consequentemente, o DPI atingiu 4,1% do PIB, ou seja, 2,8% acima da meta. Além do mais, algumas entidades públicas, situadas fora do governo central, foram autorizadas a realizar gastos extraorçamentais, o que efetivamente flexibilizou ainda mais a orientação orçamental e aumentou a dívida pública em mais 0,75% do PIB. Por conseguinte, o financiamento interno e os atrasados cresceram para financiar a derrapagem das despesas e para substituir €3 milhões em apoio orçamental da UE, que não foram desembolsados por atrasos na aplicação das reformas.

Tabela 1 do texto. Desempenho orçamental em 2018
(percentagem do PIB)

	2017	2018	
		Efetivo	5.º aval.
I. Receitas (excl. petróleo e donativos)	13.8	12.5	13.2
Receitas fiscais	12.7	11.8	12.5
Imposto sobre importação	4.8	4.9	5.5
IRC	1.8	1.8	1.1
IRS	3.0	1.1	2.8
Imposto de consumo	1.7	2.5	1.8
Outros impostos	1.5	1.4	1.3
Receitas não fiscais	1.7	2.9	3.0
d/q: receita do petróleo	0.6	2.1	2.4
II. Despesa primária interna (excl. capitalização)	16.1	13.9	17.3
Despesas correntes	15.8	14.1	16.4
Custos com pessoal	8.3	7.7	9.1
Juros devidos	0.5	0.5	0.4
Bens e serviços	3.1	2.2	3.0
Transferências	2.9	3.0	3.1
Outras despesas correntes	0.9	0.7	0.8
Desp. de inv. fin. pelo Tesouro e habilitada à HIPC	0.9	0.3	1.5
d/q: Capitalização do BIRD	0.2
III. Saldo primário interno (=I-II)^{1,2}	-2.4	-1.3	-4.1
Despesas extra-orçamentais	0.7
Saldo primário interno (incl. desp. extra-orç.)^{1,2}	-2.4	-1.3	-4.8
Meta do programa	-2.0	-1.3	-1.3
Por memória			
Variação líquida dos atrasados internos	0.1	-0.7	0.9
Crédito bancário líquido (excl. Conta Nacional do Petróleo)	1.3	0.7	2.4

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados, capitalização do BIRD e despesas de capital financiadas com recursos externos.

² Inclui o apoio orçamental da UE excluído da condicionalidade e que se destina ao financiamento de investimentos em 2017 e despesas não identificadas tal como medidas a partir do financiamento em 2018.

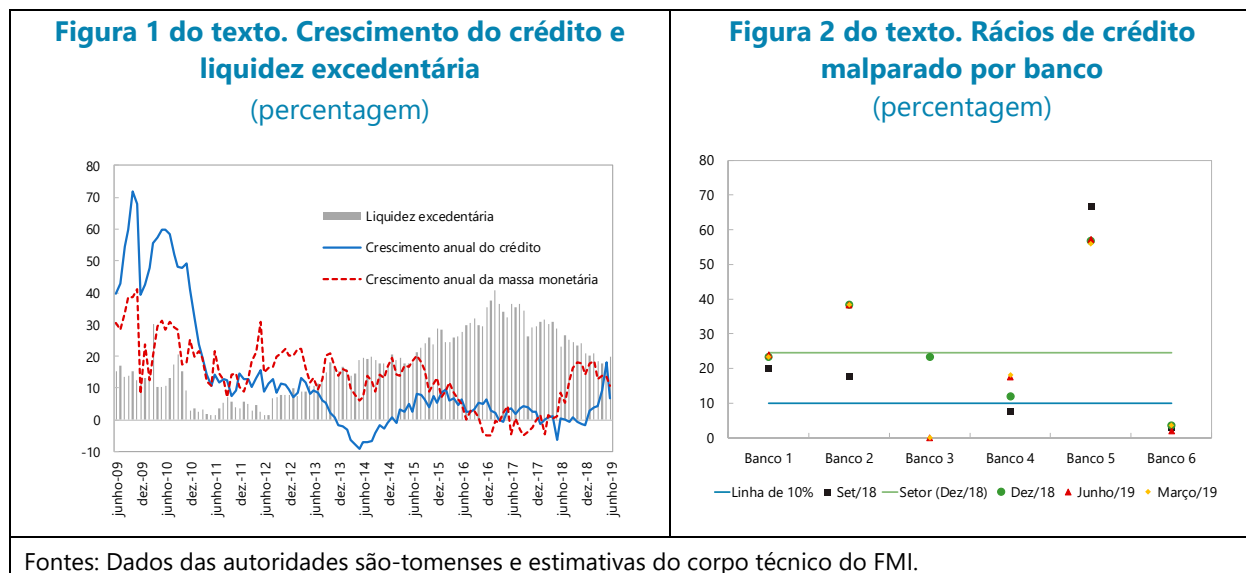
7. Até ao final de junho, o DPI de 2019 era consideravelmente superior ao esperado, em parte devido às derrapagens nas políticas. A cobrança dos impostos de consumo e de importação foi inferior ao esperado, principalmente por causa dos cortes profundos nas tarifas sobre bebidas alcoólicas, dos atrasos na implementação de medidas destinadas a aumentar a arrecadação e dos preços administrados dos combustíveis, que não foram alterados a despeito da subida dos custos de transporte. Além disso, os impostos devidos pelo importador de petróleo ENCO, que somam quase 0,5% do PIB, não foram pagos até julho. Os custos com o pessoal foram também muito superiores ao previsto, devido ao aumento dos salários do pessoal militar. Assim, no final de junho de 2019, o DPI ascendeu a 1,8% do PIB – 1% do PIB superior às projeções.

8. As reservas internacionais brutas (RIB) caíram em flecha em 2018, recuperando-se parcialmente no início de 2019. O défice da conta corrente diminuiu em mais de dois pontos percentuais para 10,9%, refletindo o recuo nas importações devido à redução do IDE e do financiamento de projetos. Mesmo assim, a saída de divisas estrangeiras excedeu as entradas em virtude da expansão orçamental, das grandes despesas públicas – nomeadamente, o novo edifício do banco central – e dos encargos associados com a emissão das notas bancárias redenominadas.¹ Tal levou à redução das RIB (excluindo o fundo do petróleo) em USD 16,3 milhões (1,5 meses de importações prospetivas), para 3,3 meses de importações no final de 2018 – abaixo do nível adequado de reservas recomendado pelo FMI para os PBR, que é de 3,8 meses de importações.² Até ao final de junho de 2019, os desembolsos de donativos externos elevaram as RIB para USD 45 milhões (4,1 meses de importações), embora este nível esteja destinado a cair à medida que os projetos são executados.

9. O crédito à economia contraiu. Em 2018, a concessão de crédito contraiu em 1,6% e continuou anémica durante o primeiro semestre de 2019, em função da hesitação dos bancos em conceder empréstimos numa economia em abrandamento. O crédito malparado permaneceu elevado, em cerca de 25% no final de junho de 2019. Um sistema judiciário deficiente trava a cobrança dos créditos em incumprimento, e os atrasos nos pagamentos do governo dificultam ainda mais o serviço dos empréstimos dos fornecedores. Os balanços dos bancos estão também condicionados por exposições a empréstimos feitos a empresas públicas, particularmente à EMAE, que é deficitária. A avaliação da qualidade dos ativos (AQA), recentemente realizada, detetou erros generalizados de classificação de empréstimos, o que exigiu a criação de provisionamentos adicionais e a recapitalização de alguns bancos. Como resultado, o sistema bancário mal consegue manter o equilíbrio financeiro, e o facto de um grande banco parcialmente detido pelo Estado dominar o mercado pode contribuir para os prejuízos nos bancos mais pequenos. Entretanto, o excesso de liquidez dos bancos – ainda que elevado – diminuiu, em decorrência do maior endividamento público. (Figuras 1 e 2 do texto).

¹ Cerca de USD 4 milhões foram gastos em 2018 com a construção do novo edifício do banco central. A redenominação da dobra custou USD 1,7 milhões em 2018 e USD 1,1 milhões em 2017.

² A inclusão do fundo do petróleo do país elevaria as RIB para 5,1 meses de importações, e a linha de crédito contingente de €25 milhões do Tesouro português também serve de amortecedor.



DESEMPENHO DO PROGRAMA EM 2018

10. O desempenho no âmbito do programa de 2015-18 deteriorou-se no outono de 2018, e a última avaliação não foi concluída. Embora todos os critérios de desempenho (CD) e metas indicativas para o final de junho tenham sido cumpridos – excetuando o CD relativo às reservas internacionais líquidas (RIL) (Tabela 1 do MPEF) – o desempenho agravou-se subsequentemente. No final de 2018, as metas indicativas referentes ao DPI, ao crédito bancário líquido do banco central e às RIL não foram cumpridas por uma larga margem devido às derrapagens da despesa pública.

11. As reformas estruturais sofreram atrasos (Tabela 2 do MPEF). Uma lei do IVA foi apresentada à Assembleia Nacional em maio de 2018 mas não foi aprovada; ela foi reapresentada pelo novo governo e foi aprovada pela Assembleia Nacional na generalidade (em primeira leitura) em agosto de 2019. A submissão de uma tabela de monitorização do pagamento de impostos foi irregular. O Plano de Produção de Energia ao Menor Custo e o Plano de Melhoria da Gestão (PMG) da EMAE não foram adotados até julho de 2019. No contexto da conclusão do relatório inicial sobre a avaliação da qualidade dos ativos (QA), o indicador de referência reformulado foi cumprido. O relatório final, previsto para o final de 2017, foi completado em abril de 2019. Entretanto, a estratégia para o desenvolvimento do turismo foi lançada. As autoridades salientaram que os atrasos na implementação das reformas refletem, em parte, os procedimentos demorados dos seus parceiros de desenvolvimento.

PERSPETIVAS ECONÓMICAS E RISCOS

12. Prevê-se que, depois do abrandamento económico do ano passado, a economia comece a recuperar lentamente. Projeta-se que o PIB mantenha o mesmo ritmo de crescimento

em 2019, de 2,7%, e que venha a atingir 4,5% a médio prazo, assim que os projetos com financiamento externo arranquem e as reformas levadas a cabo na EMAE garantam uma fonte de energia mais fiável e económica. Agora que os estudos de viabilidade foram concluídos, os projetos de construção de estradas com o apoio financeiro externo e de extensão do aeroporto financiada pela China através de donativos terão início no princípio do próximo ano.³ Prevê-se que a inflação diminua para 7,8% até ao fim de 2019. Contudo, com a introdução do IVA em 2020, ela deve subir para 10% antes de abrandar para 3% a médio prazo, refletindo a recuperação da produção alimentar local anteriormente afetada pelos choques climáticos, preços de petróleo e de energia mais baixos do que o previsto e maior rigor orçamental e monetário.

13. São Tomé e Príncipe continua a ser classificado como país sobre-endividado devido aos seus atrasados externos de longa data, mas a dívida pública é considerada sustentável. As autoridades têm mantido conversações com Angola, Brasil e Guiné Equatorial para regularizar os atrasados externos pendentes (2,6% do PIB), e com a Nigéria, para resolver um empréstimo sob disputa. O grande volume de atrasados da EMAE à ENCO, o seu fornecedor de combustíveis, também reflete as restrições de liquidez severas encaradas pelo setor público. Mesmo assim, a análise de sustentabilidade da dívida (ASD) mostra que, ao abrigo do programa, a dívida externa e a dívida pública ou com garantia pública (PGP) é sustentável a médio prazo. No cenário de base, todos os rácios da dívida externa PGP permanecem bem abaixo dos limiares de alto risco. A formalização recente dos atrasados da EMAE com a ENCO resultou também numa redução significativa em termos de valor atual, e o cronograma de reembolso acordado será também aplicado a qualquer novo atraso que ocorra até que a EMAE volte a registar excedentes de exploração. Por conseguinte, o total da dívida PGP (que inclui os atrasados da EMAE à ENCO e os atrasados do Governo aos fornecedores) é considerado sustentável, desde que o país continue a contrair empréstimos externos apenas em condições concessionais e a um ritmo compassado, e que as reformas planeadas na ENCO sejam implementadas (ver parágrafo 8 da ASD e parágrafo 9 do MPEF). Relativamente aos atrasados externos de São Tomé e Príncipe junto a credores privados, as autoridades continuam e envidar esforços de boa fé para alcançar um acordo colaborativo. Em relação aos atrasados externos não soberanos devidos a um credor privado e resultante dos controlos cambiais (os atrasados da ENCO à sua empresa-mãe angolana, a Sonangol), as autoridades estão também empenhadas em facilitar um acordo colaborativo entre o devedor privado e o seu credor.

14. As perspetivas estão sujeitas a importantes riscos. A capacidade limitada da administração fiscal pode dificultar a cobrança de receitas e reduzir os ganhos advindos das medidas que visam o reforço da arrecadação. Derrapagens de políticas e gastos públicos adicionais devido à débil gestão das finanças públicas podem colocar pressões acrescidas sobre a dívida externa já elevada e as reservas internacionais. Os atrasos nas reformas da EMAE podem prolongar os cortes de energia, aumentar a acumulação de atrasados e fazer recrudescer os riscos dos atrasados associados da ENCO à sua empresa-mãe, Sonangol. A instabilidade política e a capacidade reduzida podem

³ O projeto rodoviário do Banco Mundial é financiado por um donativo de USD 29 milhões. O BEI está a trabalhar com o governo holandês num projeto de Reabilitação de Estradas e Proteção Costeira, o qual conta com empréstimos concessionais do BEI no valor de €12,5 milhões, e um donativo dos Países Baixos com o mesmo valor. A expansão do aeroporto abarca, principalmente, a ampliação da pista e melhorias nas instalações aeroportuárias.

retardar as reformas e a implementação dos projetos, assim como a entrada de divisas oficiais externas associadas. Além do mais, a implementação do IVA pode dificultar a descida da taxa de inflação, a qual será reavaliada assim que o plano de introdução do IVA tenha sido aperfeiçoado. Do lado ascendente, a implementação atempada de projetos com financiamento externo – tais como a ampliação do aeroporto e a reabilitação de estradas –, pode vir a impulsionar uma taxa de crescimento mais alta do que o previsto (Anexo II). Prosseguir políticas fortes pode ajudar a mitigar os riscos.

OBJETIVOS E POLÍTICAS DO PROGRAMA

O programa de 40 meses visa restabelecer a estabilidade macroeconómica, colocar a dívida numa trajetória descendente sustentável e destravar o potencial de crescimento. A consolidação orçamental apoiada pela reestruturação da dívida e pela um maior restritividade da política monetária abordarão as pressões colocadas sobre as reservas internacionais e restabelecerá a sustentabilidade orçamental e externa a médio prazo. As reformas estruturais visam mobilizar receitas, reforçar o controlo sobre a despesa pública, reduzir os passivos contingentes das empresas estatais, melhorar a estabilidade financeira e promover o crescimento inclusivo para reduzir a pobreza, nomeadamente através do empoderamento económico das mulheres. Um piso para a despesa em prol dos pobres, em conjunto com um programa de proteção social do Banco Mundial, protegerá os mais vulneráveis. O programa apoiado pelo FMI desempenhará, ainda, um papel catalisador e transmitirá sinais positivos às partes interessadas.

A. Abordar as pressões sobre a balança de pagamentos e restabelecer a sustentabilidade orçamental

15. O ajustamento orçamental é essencial para atender às pressões sobre a balança de pagamentos e para assegurar a sustentabilidade (Tabela 2 do texto). O ajustamento programado visa reduzir o DPI de 4,1% para 2,1% do PIB em 2019. As medidas planeadas para o segundo semestre do lado das receitas – incluindo a cobrança de atrasados fiscais e do diferencial de preços da ENCO (1% do PIB), uma sobretaxa do imposto do petróleo (0,25% do PIB), uma redução das deduções fiscais e um aumento do imposto sobre vendas aplicado ao setor das telecomunicações em antecipação da introdução do IVA – arrecadariam cerca de 2% do PIB e compensariam a queda das receitas fiscais diretas e sobre a importação no primeiro semestre do ano, enquanto as receitas não fiscais, que incluem os novos acordos de licenças de pescas, acrescentariam cerca de 0,6% do PIB (MPEF ¶16). Poupanças a nível das despesas são alcançadas graças à limitação dos custos com o pessoal, à racionalização do consumo de serviços públicos e ao corte na despesa de capital não prioritária, que em 2018 representava mais de 1% do PIB (MPEF ¶17). De modo a evitar o ressurgimento de pressão a nível da procura sobre as reservas externas e para assegurar o cumprimento da meta do DPI, a despesa discricionária será adiada até que os recursos previstos se tornem disponíveis; por outro lado, as despesas extraorçamentais (que ascenderam a 0,75% do PIB no ano transato) serão evitadas, por meio do reforço da gestão financeira pública. Se o apoio orçamental não for desembolsado, a meta do DPI terá de ser restringida para limitar o endividamento interno.

Tabela 2 do texto. Operações financeiras do Governo Central, 2018–2020
(percentagem do PIB)

	2018	2019		2020	
	Efetivo	S1 Efetivo	S2 Prog.	Prog.	Prog.
Total da receita (excl. pgto. à ENCO e receita do petróleo)	13.2	5.9	7.7	13.7	13.8
Receitas fiscais (excl. pgto. à ENCO)	12.5	5.2	7.3	12.5	12.6
Imposto sobre importação (excl. pgto. à ENCO)	5.5	1.7	3.7	5.4	5.2
Outros impostos	7.0	3.5	3.6	7.1	7.5
Receitas não fiscais	3.0	1.3	0.5	1.8	1.8
<i>d/q:</i> receita do petróleo	2.4	0.6	0.0	0.6	0.6
Total da despesa primária interna (excl. capitalização)	17.3	7.8	8.0	15.8	15.5
Despesas correntes	16.4	8.0	8.1	16.1	15.7
Custos com pessoal	9.1	4.8	4.4	9.2	8.8
Juros devidos	0.4	0.3	0.3	0.6	0.6
Bens e serviços	3.0	1.3	1.3	2.5	2.4
Transferências	3.1	1.4	1.7	3.1	3.3
Outras despesas correntes	0.8	0.3	0.4	0.6	0.6
Desp. de invest. financ. pelo Tesouro e habilitada à HIPC	1.5	0.0	0.3	0.3	0.4
<i>D/q:</i> capitalização do BIRD	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo primário interno¹	-4.1	-1.8	-0.3	-2.1	-1.7
<i>Por memória</i>					
Pagamento à ENCO	0.0	0.0	0.3

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Exclui as receitas relacionadas ao petróleo e uma fração da sobretaxa do petróleo para o reembolso da dívida da ENCO, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados, capitalização do BIRD e despesas de investimento com financiamento externo.

16. A mobilização de receitas e a consolidação orçamental continuarão, a médio prazo, a reforçar a sustentabilidade orçamental e externa e a ajudar a aumentar a despesa social e o investimento (Tabela 2). O DPI cai gradualmente até passar para um pequeno excedente até ao fim do programa, através de uma combinação de mobilização de receitas e contenção de despesas. A definição de um piso para os gastos sociais e a adoção do programa de proteção social de cinco anos e no valor de USD 10 milhões, apoiado pelo Banco Mundial, ajudarão a mitigar o impacto da consolidação sobre as camadas mais pobres da população (Anexo III). Os novos financiamentos externos limitar-se-ão a empréstimos concessionais, com um limite máximo de 3% anualmente para permitir um declínio constante da dívida pública, como indicado na ASD.

17. O Governo planeia introduzir o IVA no princípio do ano que vem para alcançar ganhos de receitas a médio prazo, na ordem de 2% do PIB (MPEF 122).⁴ Os preparativos para a introdução do IVA têm levado mais tempo do que o previsto, devido à capacidade limitada do país e às preocupações das autoridades com respeito ao potencial impacto sobre a economia e os cidadãos vulneráveis. Contudo, as autoridades estão empenhadas em acelerar o trabalho requerido rumo ao período de transição e no sentido de cumprir o calendário do próximo ano. Entre as prioridades identificadas estão: o lançamento de uma campanha educativa, a implementação de um sistema informático adequado, a finalização de alguns parâmetros do desenho do IVA e o realinhamento de outros impostos, sobretudo os impostos especiais de consumo. A adoção da Lei do IVA até 15 de outubro e o lançamento de uma campanha de comunicação pública até ao final de setembro de 2019 constituem indicadores de referência estruturais. É provável que o impacto do IVA sobre as camadas pobres da população seja limitado, na medida em que elas dependem sobretudo da agricultura de subsistência e do setor informal. Não obstante, esforços adicionais serão envidados para minorar o seu impacto, como a aplicação de taxas de IVA mais baixas a um conjunto pequeno de artigos.

18. A massa salarial e as despesas em bens e serviços serão contidas; por outro lado, a despesa social e a despesa de capital financiada internamente terão um ligeiro aumento.

Os salários nominais serão basicamente congelados no próximo ano, o que possibilitará uma economia de quase 0,5% do PIB, e na sequência serão mantidos em linha com o crescimento do PIB; serão lançadas reformas do serviço público para racionalizar a massa salarial. Entretanto, dar-se-á prioridade às transferências para o aumento dos gastos sociais, que serão objeto de um limite mínimo (piso). Conforme observado anteriormente, o piso para os gastos sociais e o programa de proteção apoiado pelo Banco Mundial ajudarão a amortecer o impacto da contenção de despesas.

19. Outras reformas estruturais têm por intuito reforçar a administração pública e a gestão das finanças públicas (GFP). As prioridades incluem a adoção de práticas de gestão do risco de conformidade, como programas de auditoria que tiram partido das informações recolhidas de terceiros e uma melhor monitorização dos grandes contribuintes, por forma a assegurar o pagamento atempado de impostos; o reforço das previsões e da execução orçamentais e da gestão de tesouraria, para evitar a acumulação de atrasados; e medidas para garantir a reconciliação dos dados de execução orçamental com o financiamento (MPEF 120, 21, 23 e 24). O Governo compromete-se a não acumular novos atrasados, recorrendo à emissão de bilhetes do Tesouro para cobrir os pagamentos correntes sempre que necessário, e a liquidar os atrasados anteriores. Além do mais, o Governo vai reforçar as leis e os regulamentos dos concursos públicos para assegurar a eficiência da despesa pública, incluindo a das entidades públicas, e reduzir as vulnerabilidades à corrupção.

20. O Governo continua a implementar as recomendações principais da Avaliação do Desempenho de Gestão da Dívida (DeMPA). Os esforços em curso incluem uma estratégia para a

⁴ O programa adota um pressuposto conservador de ganhos de menos de 0,3% do PIB com as reformas do IVA e da administração fiscal em 2020, tendo em conta as possíveis dificuldades iniciais.

gestão da dívida a médio prazo, uma base de dados referente à dívida e a formação sobre a gestão da dívida, incluindo a emissão de bilhetes do Tesouro. Também continuam os esforços para regularizar os atrasados pós-HIPC (MPEF ¶138 e 39).

B. Restringir a política monetária e reforçar a gestão do banco central para apoiar a paridade fixa

21. A política monetária continuará a ser ancorada na paridade fixa ao euro. A taxa de câmbio fixa (introduzida em 2010) tem ajudado a conter a inflação desta pequena economia insular que depende largamente das importações. As autoridades reconhecem que as ferramentas mais importantes para salvaguardar a paridade fixa são as políticas orçamentais, as reformas estruturais para fomentar as exportações e reduzir as importações energéticas e a implementação oportuna de projetos com financiamento externo.

22. Uma política monetária mais restritiva complementar a consolidação orçamental, para reconstituir as reservas estrangeiras. Atualmente, as taxas de depósito a prazo de mercado registam um valor médio de 3,5%, o que se situa bem abaixo da inflação, e as reservas excedentárias dos bancos depositadas no banco central não são remuneradas. A maior restritividade da política monetária pode ajudar a aumentar as taxas dos depósitos, incentivar as contas de poupança em dobras, aliviar a procura de divisas e conter a inflação (MPEF ¶125). Medidas iniciais incluem a emissão de certificados de depósito do banco central com um valor de pelo menos 50 milhões de novas dobras (indicador de referência estrutural para o final de março de 2020), apoiada pela assistência técnica do Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI. Tendo em conta a fragilidade do canal de crédito, é provável que este maior rigor em matéria de política monetária tenha um impacto limitado sobre o crédito concedido. Porém, os custos orçamentais potenciais associados com a retirada de liquidez exigem uma abordagem gradual, com uma recalibração baseada na eficácia observada dos novos instrumentos monetários.

23. O controlo interno, a independência e a supervisão serão reforçados para assegurar o funcionamento eficiente e eficaz do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) (MPEF ¶129, 35). De acordo com a avaliação das salvaguardas, a Lei (Orgânica) do Banco Central será revista para fortalecer a independência do banco central, proporcionar uma estrutura de governação para a supervisão independente das operações do banco central e melhorar a comunicação de relatórios financeiros e a resolução bancária, sendo que a lei das instituições financeiras será também revista conformemente (a apresentação à Assembleia Nacional de ambas estas leis é um indicador de referência estrutural para o final de dezembro de 2019). O BCSTP nomeou um novo diretor de auditoria para melhorar a capacidade em matéria de auditoria interna, e adotará uma abordagem baseada no risco para a planificação das atividades de auditoria.

C. Salvar a estabilidade financeira

24. As autoridades comprometem-se a implementar as recomendações da Avaliação da Qualidade dos Ativos (AQA), assim como outras medidas que visam salvar a solidez do setor bancário (indicador de referência estrutural para o fim de março de 2020; MPEF ¶30-31, Anexo IV). Tal exigirá provisões adicionais e aumentos de capital – providenciados pelos proprietários dos bancos privados, conforme necessário. O BCSTP também vai considerar realizar testes de stress numa base regular para melhor avaliar a adequação das reservas de capital dos bancos sob condições severamente adversas (MPEF ¶30). A capacidade para identificar e corrigir as infrações regulatórias será também reforçada, em parte através da realização de auditorias de campo mais regulares, apoiadas por um nível apropriado de pessoal, melhor formação e uma melhoria do mecanismo de fiscalização. Ademais, as autoridades estão a implementar um modelo de notação dos bancos para a supervisão presencial e à distância, atualizar os regulamentos sobre a gestão do risco e de ativos, e estão a trabalhar com o Banco Mundial na atualização do registo de crédito.

25. Os esforços no sentido de resolver o crédito malparado antigo serão acelerados. Dados preliminares relativos a junho de 2019 indicam que o rácio de crédito malparado continua elevado. Por forma a conseguir uma redução significativa desse rácio, o BCSTP orientará os bancos no sentido de anular os empréstimos em situação de incumprimento, melhorar a eficiência do processo de execução do crédito judicial e revitalizar o projeto sobre os tribunais de arbitragem e os acordos extrajudiciais.

26. As autoridades vão acelerar a resolução bancária de dois bancos falidos. Espera-se que a liquidação do Banco Equador seja concluída este ano, e espera-se que o produto da liquidação cubra a maior parte dos pagamentos aos pequenos depositantes. Se a recuperação de ativos for insuficiente, o adiantamento feito pelo banco central e destinado a esses pagamentos (1,7 milhões de euros ou 0,5% do PIB) será absorvido pelo orçamento.⁵ A liquidação voluntária está a ser discutida com os acionistas do Banco Privado (BPSTP) de acordo com a lei, tendo em consideração que a licença do banco foi retirada por razões ligadas à governação e ao incumprimento repetido das diretivas do BCSTP. Passar-se-á agora à fase de liquidação através dos tribunais.

27. Vários projetos foram iniciados para melhorar o acesso das pequenas e médias empresas ao financiamento e para promover a inclusão financeira (MPEF ¶34). As autoridades adotaram a lei do microfinanciamento em setembro de 2018 e completaram um inquérito sobre a inclusão financeira. Com o apoio do Banco Mundial, um registo de garantias está a ser desenvolvido com o objetivo de facilitar a concessão de crédito às pequenas empresas (indicador de referência estrutural para o fim de junho de 2020). A estratégia nacional de inclusão financeira será concluída

⁵ O custo de liquidação, principalmente na forma de pagamentos efetuados a pequenos depositantes que não têm ligação com o banco, não excedeu, até ao momento, 0,3% do PIB. Tomando em consideração a recuperação de ativos esperada, prevê-se que o custo orçamental líquido – que será excluído da meta do défice primário interno – seja mínimo e não seja incluído no quadro macroeconómico do cenário de base.

até ao fim de 2019, e o plano de ação nacional sobre igualdade de género também focaliza a inclusão financeira.

D. Acelerar as reformas estruturais em prol do crescimento sustentável e inclusivo

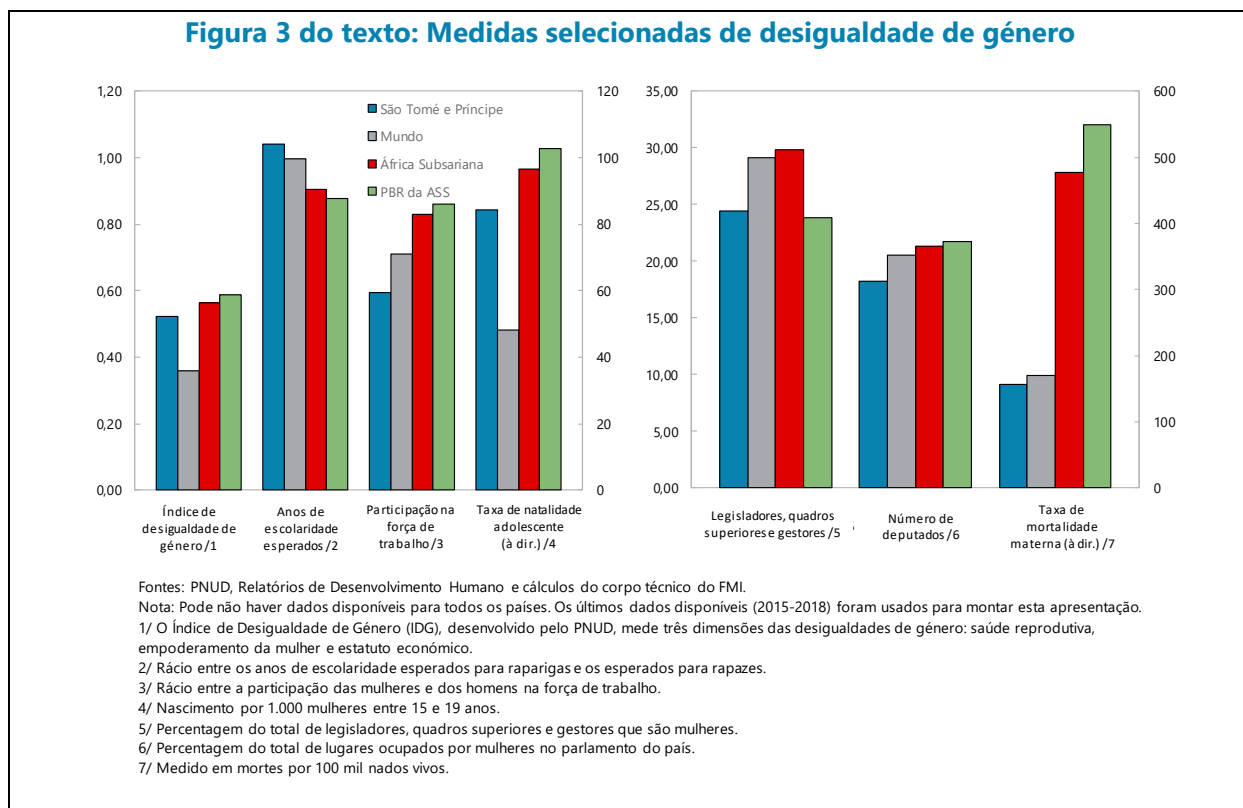
28. Reformas abrangentes no setor da energia são essenciais para apoiar o crescimento (Anexo V). O elevado custo e a precariedade do fornecimento de eletricidade impedem a atividade económica e subvertem a competitividade. A despeito de algumas melhorias em matéria de cobranças e cortes involuntários na produção, as perdas elevadas da EMAE (cerca de USD 16 milhões) não abrandaram em 2018 e aumentaram no primeiro semestre de 2019 (USD 9,4 milhões), o que reflete a ineficiência do setor energético e a subida dos preços internacionais do petróleo. Com o apoio do Banco Mundial, estão em curso reformas abrangentes para reabilitar o setor energético, reduzir o custo da energia e atingir, no médio prazo, a recuperação dos custos. Tais reformas ajudarão também a reduzir as importações de combustíveis e reforçar as reservas internacionais no médio a longo prazo. Entretanto, as autoridades estão a implementar várias medidas de curto prazo para conter as perdas da EMAE, nomeadamente: instalação de contadores pré-pagos inteligentes e redução das perdas comerciais; exigência aos grandes clientes de pagamento regular e pontual; transição para as lâmpadas LED – esta medida será financiada pelo Banco Mundial – para reduzir o consumo máximo de energia em 10% dentro de 12 meses; e implementação de reformas tarifárias (MPEF 144).

29. Serão realizadas reformas regulamentares e outras reformas estruturais para promover um crescimento liderado pelo setor privado (MPEF 141-43). Embora o inquérito *Doing Business* de 2019 do Banco Mundial denote uma melhoria em relação a 2018, a pontuação geral do país é de 45,1, o que é inferior à pontuação média da África Subsariana, que é de 51,6. Dados do inquérito Indicadores de Governança Mundial demonstram que São Tomé e Príncipe se situa abaixo da média regional nas rubricas de Eficácia Governamental e Qualidade Regulamentar. Entre as medidas específicas para melhorar o ambiente de negócios figuram a implementação das recomendações fundamentais da Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo (indicador de referência estrutural para o fim de junho de 2020), incluindo a publicação de procedimentos codificados para a aprovação dos investimentos privados, o que vai aumentar a transparência, solidificar a confiança e reduzir as condições propícias à corrupção. Esforços continuarão a ser envidados para desenvolver um sistema de pagamentos com capacidade para processar os cartões de crédito internacionais, o que viria a estimular os gastos dos turistas. Infraestruturas de melhor qualidade apoiarão a agricultura e as pescas locais e facilitarão a abertura de empresas. Espera-se que a escola de turismo, criada com o apoio do Banco Mundial, entre em operação até ao final de 2019, contribuindo para desenvolver a capacidade local e para colmatar a procura localmente.

30. O país tem registado alguns avanços no domínio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo com respeito aos indicadores Erradicar a Fome, Saúde de Qualidade e Bem-Estar, Ação Climática e Vida Marinha. Contudo, no que concerne aos

indicadores Educação de Qualidade, Igualdade de Género e Água Potável e Saneamento, há menos sinais de melhoria. Em parceria com as agências das Nações Unidas, as autoridades realizaram uma reunião do comité diretivo para elaborar estratégias adicionais sobre a consecução das metas dos ODS (MPEF ¶140).

31. Tendo como base consultas amplas com as partes interessadas, as autoridades estão a preparar um plano nacional de ação para promover o empoderamento económico das mulheres e a inclusão financeira (MPEF ¶140 e indicador de referência estrutural para o final de dezembro de 2019). Embora as disparidades de género na educação tenham sido reduzidas e a igualdade de género esteja consagrada no enquadramento jurídico, continuam a existir disparidades de género em termos salariais, de participação na força de trabalho e de acesso ao financiamento; por isso, a execução das leis e dos regulamentos inerentes à igualdade de género precisa de ser reforçada (Figura 3 do texto). Os participantes de um workshop realizado em junho de 2019 e coorganizado pelas autoridades, o FMI e as Nações Unidas, prepararam uma versão preliminar do plano de ação. Em julho, o mesmo grupo de organizadores acolheu uma conferência de alto nível centrada na busca de soluções de política para aumentar a autonomia económica das mulheres e a inclusão financeira. O plano de ação nacional será finalizado pelas autoridades até dezembro de 2019; posteriormente, em conjunto com outras partes interessadas, as autoridades vão monitorizar os progressos registados ao longo do tempo.



MODALIDADES DO PROGRAMA

32. As autoridades solicitaram um acordo de 40 meses no âmbito da ECF. O acordo possibilita o acesso aos fundos do PRGT a 90% da quota (DSE 13.320.000) para cobrir as necessidades da balança de pagamentos (Tabela 6) – parte delas associada com as necessidades de financiar o orçamento – e recolocar a cobertura das reservas num nível apropriado. O acordo apoia também as reformas robustas do governo, inclusivamente aquelas nos domínios do IVA, da GFP, do setor energético, do reforço da proteção social e do empoderamento económico das mulheres. Tendo em conta que a mobilização de receitas vai levar algum tempo a produzir efeitos, a proteção social e o investimento público prioritário vão exigir recursos adicionais. O défice de financiamento deverá ser colmatado durante o período do programa, à medida que as reformas forem sendo implementadas. O programa apoiado pelo FMI constará de seis avaliações, sendo que os desembolsos serão faseados uniformemente ao longo da vigência do acordo (Tabela 9). Os desembolsos serão disponibilizados como apoio orçamental indireto, depositados na conta do Tesouro junto do BCSTP e subseqüentemente levantados para financiar o orçamento, conforme necessário. Um memorando de entendimento foi estabelecido entre o banco central e o governo, o qual trata dos seus respetivos papéis e obrigações.

33. O programa está sujeito a importantes riscos descendentes. Em especial, a capacidade administrativa limitada e o enfraquecimento das reformas de políticas poderiam prejudicar a implementação do programa, e isto, por sua vez, pode atrasar o financiamento externo. O adiamento das reformas da EMAE pode agravar a vulnerabilidade da dívida e as pressões no setor energético.

34. Para mitigar os riscos, o desempenho do programa será monitorizado através de avaliações semestrais, baseadas em critérios de desempenho quantitativos, metas indicativas e indicadores de referência estruturais (MPEF, Tabelas 3 e 4). À luz da fragilidade do país, a condicionalidade do programa é priorizada e seletiva. Os indicadores de referência estruturais fundamentais que não foram cumpridos ao abrigo do acordo ECF de 2015–2018, tais como a implementação do IVA e o reforço da governação do banco central, foram reintroduzidos. Outros indicadores de referência têm como meta a contenção das perdas avultadas da EMAE, a melhoria das operações monetárias e da supervisão do setor financeiro, o empoderamento económico das mulheres e a promoção do crescimento inclusivo. A aprovação do programa está subordinada ao cumprimento das seguintes ações prévias: i) a adoção de um decreto do governo para alinhar o orçamento para 2019 com o programa e da legislação necessária para introduzir medidas acordadas do lado da receita (incluindo a sobretaxa do imposto sobre o petróleo, a redução das isenções fiscais e um aumento do imposto sobre as vendas na área de telecomunicações) e com a versão revista da Lei do IVA, em conformidade com as recomendações do FMI (MPEF ¶16-18), ii) um plano de melhoria da gestão e um plano de produção de energia ao menor custo para a EMAE e iii) um plano de alocação orçamental mensal para o restante de 2019.

35. É essencial que haja um desenvolvimento de capacidades contínuo e prático para criar capacidade e abordar a fragilidade e o risco. No curto prazo, a assistência técnica concentrar-se-á na administração fiscal, nos preparativos para a introdução do IVA, na gestão das finanças públicas para evitar novas derrapagens da despesa e acumulação de atrasados, na implementação da política monetária com o propósito de elaborar instrumentos apropriados para reduzir a liquidez excedentária e na implementação das recomendações referentes à avaliação das salvaguardas (Anexo VI).

36. O corpo técnico considera que a capacidade do país para reembolsar o FMI é adequada (Tabela 8). Existem garantias de financiamento adequadas e o programa encontra-se plenamente financiado, na medida em que ao longo dos próximos 12 meses há compromissos firmes de financiamento, e posteriormente as perspectivas são boas. Os reembolsos ao FMI permanecerão abaixo dos 0,7% das exportações de bens e serviços durante o período do programa, atingindo um pico de 2% das exportações de bens e serviços em 2028. O programa teria um papel catalisador e incentivaria o apoio de alguns doadores (Tabela 3 do texto).

Tabela 3 do texto. Desembolsos do FMI e fluxos de entrada oficiais

	2019	2020	2021	2022	2019-22
Programa do FMI proposto					
em milhões de DSE	1.9	3.8	3.8	3.8	13.3
em milhões de USD	2.7	5.3	5.3	5.3	18.6
Entrada de recursos externos oficiais (em milhões de USD) 1/					
Total	31.9	44.4	44.5	44.5	165.3
Donativos	25.2	37.8	37.0	36.3	136.3
Donativos em apoio ao orçamento	8.4	8.4	8.4	8.4	33.7
União Europeia (UE)	3.4	3.4	3.4	3.4	13.7
Banco Mundial	5.0	5.0	5.0	5.0	20.0
Donativos para projetos (excl. HIPC)	17	29	29	28	103
Empréstimos concessionais	6.6	6.6	7.5	8.2	28.9

1/ Designadamente: Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, União Europeia e Banco Europeu de Investimento.

37. As autoridades estão também a solicitar a aprovação temporária, por mais um ano, da manutenção das medidas que geram restrições cambiais e uma prática de taxas de câmbio múltiplas sujeitas à jurisdição do FMI ao abrigo das Secções 2(a) e 3 do Artigo VIII, respetivamente. Estas medidas cambiais incluem: i) uma restrição cambial decorrente da alínea (g) do artigo 3.º e do artigo 18.º do Código de Investimento de 2016 devido às limitações da transferibilidade do rendimento líquido dos investimentos; e ii) uma restrição cambial decorrente das limitações da disponibilidade de moeda estrangeira para o pagamento das transações internacionais

correntes, devido ao racionamento da moeda estrangeira por parte do BCSTP. Estas restrições cambiais também geram uma prática de taxas de câmbio múltiplas, pois têm resultado no desvio de transações para o mercado paralelo, cuja taxa de câmbio apresenta um diferencial superior a 2% em relação à taxa do mercado formal.⁶ As autoridades solicitaram a aprovação dessas medidas por um período de 12 meses porque são temporárias, não discriminatórias e necessárias para efeitos da balança de pagamentos. O Conselho de Administração do FMI havia aprovado a aplicação destas medidas por um período de um ano, até julho de 2019. No âmbito das reformas previstas no programa, as autoridades pretendem remover as restrições no curto prazo.

38. A atualização da avaliação de salvaguardas do BCSTP foi concluída em agosto. Embora continuem a ser realizados exames de auditoria externas por empresas de boa reputação, o corpo técnico constatou que a implementação das recomendações da avaliação anterior avançou lentamente. As recomendações-chave incluem i) o reforço da lei do banco central, especialmente nas áreas de governação e autonomia; ii) a transição para as normas internacionais, a fim de aperfeiçoar as práticas em matéria de comunicação de dados financeiros, iii) o estabelecimento de uma estrutura de governação que proporcione uma supervisão independente às operações do banco central, iv) melhorias na capacidade da auditoria interna e v) a diversificação dos haveres em reservas para reduzir o risco de crédito. O banco central está a tomar medidas para corrigir as vulnerabilidades identificadas, inclusive com a assistência técnica do FMI no que respeita às alterações na legislação.

39. Os dados económicos terão de melhorar ainda mais, embora no geral sejam adequados para a monitorização do programa. Estão em curso trabalhos para implementar o Sistema Geral de Divulgação de Dados reforçado (e-GDDS), um passo positivo no sentido de promover uma melhor acessibilidade aos dados e de identificar as áreas prioritárias em matéria da melhoria da qualidade dos dados. São necessários mais esforços para aprimorar as estatísticas macroeconómicas, especialmente os principais indicadores da atividade económica e dos dados sobre o turismo (MPEF ¶41, 45). A monitorização pode também ser melhorada com a incorporação de dados ao nível macroeconómico recolhidos durante o recente inquérito sobre inclusão financeira e agregados familiares.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

40. A economia de São Tomé e Príncipe encara graves desafios nos curto e médio prazos. As taxas de crescimento recentes têm sido demasiado fracas para reduzir a pobreza e os grandes desequilíbrios orçamentais e externos que surgiram em 2018 ameaçam a estabilidade macroeconómica do país. Um setor energético ineficiente continua a acumular dívidas e é um empecilho para o setor empresarial, as receitas fiscais são muito baixas para satisfazer as necessidades de desenvolvimento social e um setor bancário vulnerável está a travar o financiamento do investimento privado. Atender a estes desafios exige ajustamentos imediatos e sustentados à política macroeconómica, centrados na consolidação orçamental e reformas

⁶ Os dados pontuais sugerem que os diferenciais entre as taxas de câmbio formais e informais sejam de cerca de 2% no caso do euro.

estruturais abrangentes, com o propósito de mobilizar receitas, reduzir a dívida, melhorar a estabilidade financeira e desencadear o potencial de crescimento.

41. As autoridades comprometem-se a restringir a política fiscal e monetária para abordar as pressões imediatas sobre a balança de pagamentos. O DPI será reduzido consentaneamente em cerca de 2% do PIB em 2019, através de medidas geradoras de receitas e de racionalização da despesa, em simultâneo aos esforços para evitar o endividamento de empresas públicas autónomas para a realização de despesas não orçamentadas. Tomando em conta os custos para o banco central, a política monetária será também restringida, sempre que necessário, para incentivar a poupança em dobras.

42. A consolidação orçamental no médio prazo continuará a reforçar a sustentabilidade orçamental e externa. Prevê-se que o DPI caia para uma posição próxima do equilíbrio a médio prazo, através de uma combinação de mobilização de receitas e contenção de despesas, com a expansão gradativa da despesa social e da despesa de capital com financiamento interno. O impacto destas políticas é mitigado por medidas que visam proteger os mais vulneráveis e pelo lançamento planeado de projetos avultados financiados com recursos externos.

43. A mobilização de receitas internas é fundamental para permitir a elevação da despesa social e do investimento. A introdução planeada do IVA no ano que vem, juntamente com reformas na administração fiscal, vai ampliar a base tributária e ajudar a aumentar as receitas fiscais em dois pontos percentuais no médio prazo. Contudo, para cumprir o calendário estabelecido, os preparativos necessários – sobretudo a campanha de sensibilização requerida, a contratação e formação de funcionários especializados, a implementação de um sistema informático apropriado e o realinhamento dos impostos – devem ser acelerados.

44. A GFP precisa de ser reforçada para evitar a acumulação de atrasados. O Governo está empenhado em não acumular novos atrasados e vai emitir bilhetes do Tesouro para cobrir os pagamentos correntes, quando necessário, e liquidar atrasados antigos. Igualmente importante serão o planeado reforço dos procedimentos de adjudicação de contratos públicos e de supervisão que visam assegurar a execução rigorosa das leis dos concursos públicos e evitar que as entidades públicas autónomas se endividem.

45. Considera-se que a dívida pública seja sustentável, graças à recente formalização dos atrasados da EMAE com a ENCO e partindo do pressuposto de que as reformas previstas no programa serão implementadas. O país encontra-se em situação de sobre-endividamento devido aos atrasados externos de longa data. O acordo firmado recentemente entre a EMAE e a ENCO produziu uma redução significativa da dívida em termos de valor atual, e prosseguem as discussões sobre a regularização dos atrasados externos pendentes. Em vista do endividamento já elevado, serão contraídos empréstimos externos somente em condições concessionais, e limitados a menos de 3% do PIB por ano. Devem prosseguir os trabalhos que visam implementar as recomendações da DeMPA e ultimar a estratégia de gestão da dívida a médio prazo.

46. A reabilitação do setor da energia constitui uma prioridade. O elevado custo da energia está a travar o crescimento e as perdas recorrentes da EMAE apresentam um risco fiscal sério. Neste contexto, as medidas de curto prazo para conter os prejuízos da EMAE e a abrangente estratégia de reforma apoiada pelo Banco Mundial para reabilitar o setor e conseguir a recuperação dos custos a médio prazo, devem ser implementadas sem mais atrasos. A implementação destas reformas ajudará, ainda, a reduzir as importações de petróleo e os desequilíbrios externos.

47. As recomendações da AQA sobre a constituição de provisões e a recapitalização precisam de ser implementadas para fortalecer a solidez da banca. As disposições adicionais decorrentes da reclassificação de empréstimos e da valorização atualizada de garantias devem ser aplicadas e, onde necessário, os amortecedores de capital devem ser adequadamente reconstituídos. Por forma a assegurar uma supervisão e execução eficazes, a capacidade e número de efetivos do BCSTP precisam de ser reforçados. Todos os trabalhos levados a cabo para aperfeiçoar os regulamentos, dar formação ao pessoal sobre a gestão do risco e dos ativos e melhorar o registo de crédito são importantes.

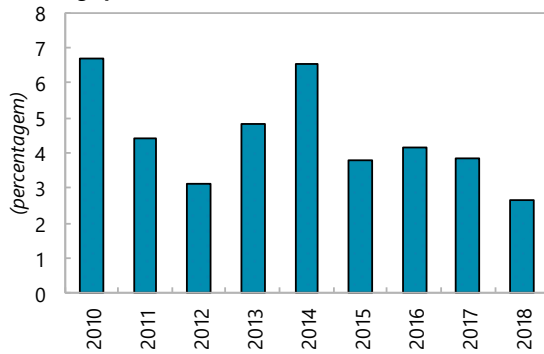
48. São necessários mais esforços para reduzir os altos níveis de crédito malparado. O BCSTP deve orientar os bancos no sentido de anularem mais celeremente os empréstimos em situação de incumprimento. Para ajudar na recuperação de empréstimos, será premente reformar o ordenamento jurídico, ampliar a capacidade dos tribunais e criar tribunais de arbitragem no caso dos acordos extrajudiciais. Ademais, as recomendações advindas da avaliação de salvaguardas devem ser implementadas sem demora.

49. A reformas do ambiente de negócios e um maior grau de igualdade de género são essenciais para promover o crescimento inclusivo e reduzir a pobreza. Os projetos infraestruturais planeados – incluindo a reabilitação de estradas e a extensão do aeroporto – vão apoiar os setores chave, tais como o turismo, a agricultura e as pescas. A implementação da recém-adoptada estratégia para o desenvolvimento do turismo ajudaria a promover este setor e criaria postos de emprego. De modo a aumentar a transparência, urge publicar procedimentos codificados para a aprovação dos investimentos privados, e torna-se necessário dispor de um sistema de pagamentos com capacidade para processar os cartões de crédito internacionais, o que viria a estimular os gastos locais dos turistas. A adoção de um plano nacional de ação até ao fim de 2019 vai ajudar a promover o empoderamento económico das mulheres e a inclusão financeira.

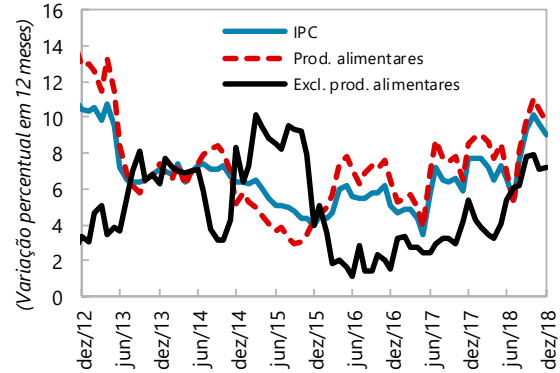
50. O corpo técnico apoia o pedido das autoridades de um novo acordo de 40 meses no âmbito da ECF, o qual incorpora um acesso a 90% da quota. O corpo técnico também apoia o pedido feito pelas autoridades no sentido de prorrogar por um ano a aprovação temporária respeitante à manutenção das medidas que levam a restrições cambiais e à prática de taxas de câmbio múltiplas sujeitas à jurisdição do FMI ao abrigo das Secções 2(a) e 3 do Artigo VIII, porque estas medidas são temporárias, não discriminatórias e necessárias por razões ligadas à balança de pagamentos.

Figura 1. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Evolução Macroeconómica Recente, 2010–2018

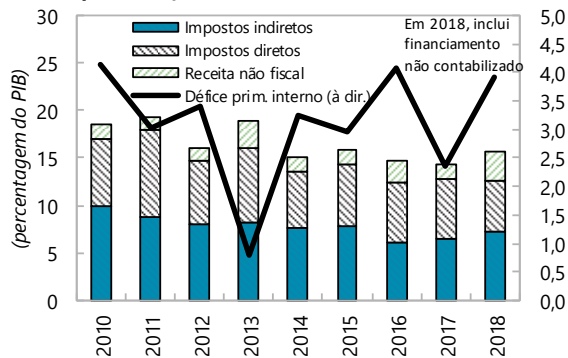
O crescimento do PIB real ficou abaixo da média de longo prazo de 4%...



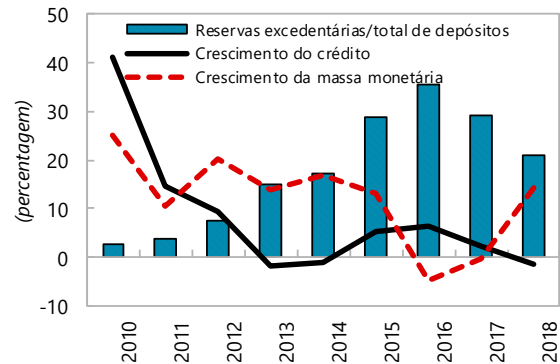
...e a subida dos preços dos combustíveis e alimentos provocou um aumento da inflação.



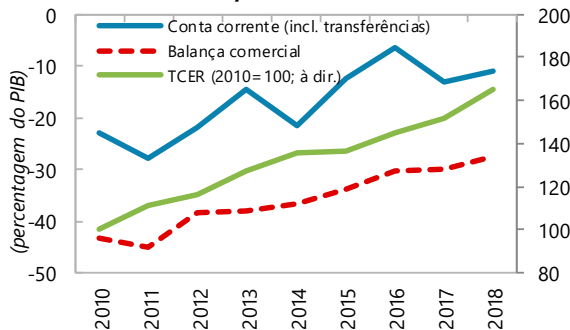
A consolidação orçamental foi interrompida pelas eleições e a receita fiscal declinou.



Apesar do excesso de liquidez, os bancos ainda hesitam em conceder crédito.



A conta corrente melhorou em 2018, com o aumento das export. de cacau e do turismo...



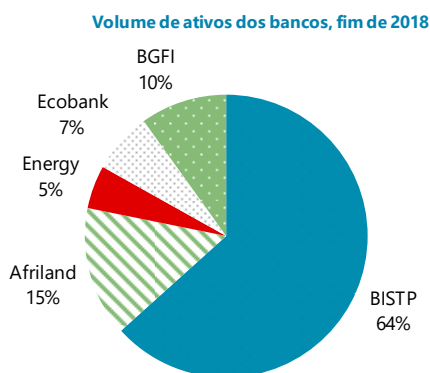
...enquanto as reservas internacionais continuaram a declinar.



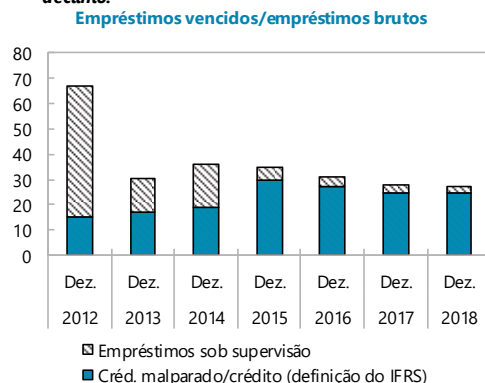
Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 2. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Evolução do Setor Financeiro, 2011–2018¹
(em percentagem)

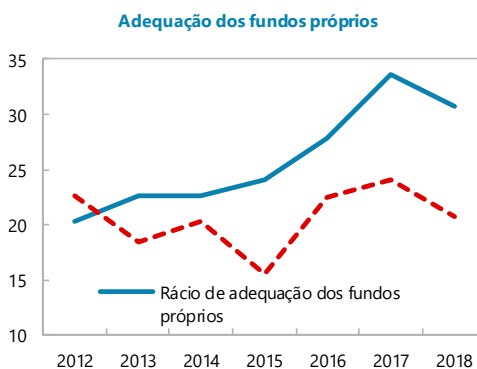
O maior banco detém quase dois terços do total de ativos num sistema bancário altamente concentrado.



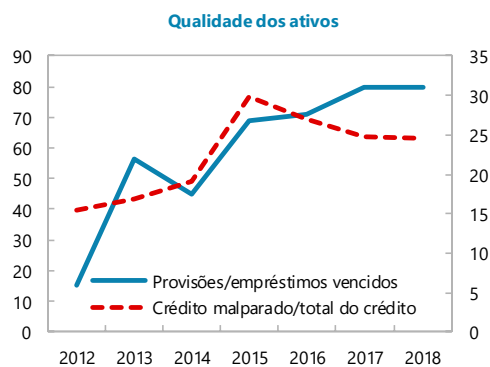
O crédito malparado variou pouco desde o fim de 2017, e os empréstimos sob supervisão tiveram ligeiro declínio.



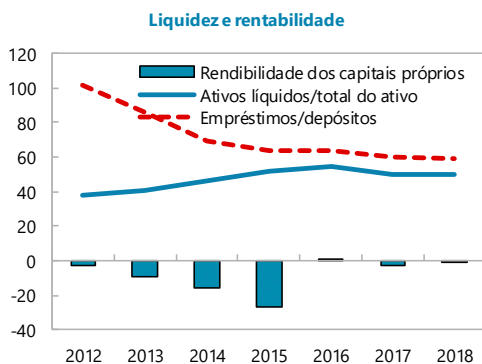
Os rácios de fundos próprios diminuíram, mas ainda são bem superiores às exigências regulamentares.



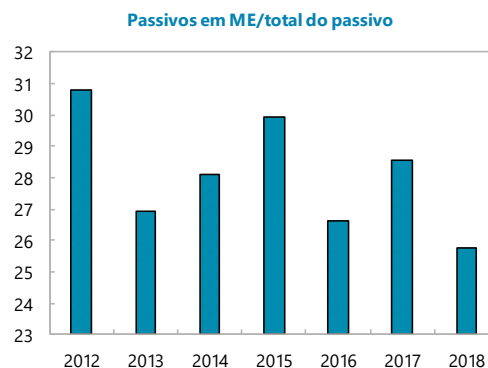
A estratégia de redução do crédito malparado não avançou, mas o provisionamento ainda é elevado.



A rentabilidade ainda é baixa, mas é muito melhor do que nos últimos anos.



Os passivos em moeda estrangeira têm se mostrado voláteis e declinaram recentemente.



Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Excluindo o Banco Equador (desde dezembro de 2016) e o BPSTP (desde junho de 2018).

Tabela 1. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Indicadores Económicos Seleccionados, 2015–22
(variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2015	2016	2017	2018		2019	2020	2021	2022
	Efetivo	Efetivo	Efetivo	5.ª aval.	Est.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Rendimento nacional e preços									
PIB a preços constantes	3.8	4.2	3.9	4.0	2.7	2.7	3.5	4.0	4.5
Deflador do PIB	5.1	5.1	2.0	3.9	4.7	3.7	3.5	3.0	3.0
Preços no consumidor									
Fim de período	4.0	5.1	7.7	6.0	9.0	7.8	10.0	4.0	3.0
Média do período	5.3	5.4	5.7	6.8	8.2	8.4	8.9	6.9	3.5
Comércio externo									
Exportações de bens e serviços não fatoriais	3.3	7.3	-10.8	5.4	14.1	10.5	11.0	14.9	10.4
Importações de bens e serviços não fatoriais	-18.8	-0.6	4.5	13.1	2.6	1.5	6.7	6.0	7.8
Taxa de câmbio (novas dobras por USD; fim de período) 1	22.4	23.4	20.5	...	21.7
Taxa de câmbio efetiva real (média do período, deprec. = -)	0.6	5.7	4.9	...	8.7
Moeda e crédito									
Base monetária	37.5	5.0	-9.6	9.3	0.8	-0.5	2.6	7.1	7.6
Massa monetária (M3)	13.1	-4.8	-0.4	12.6	14.3	0.0	7.1	7.1	7.6
Crédito à economia	5.4	6.6	2.5	5.8	-1.6	-6.7	0.6	6.6	7.1
Velocidade (PIB/M3; fim de período)	2.5	2.9	3.0	3.1	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0
Taxa de juro de referência do banco central (%)	10.0	10.0	9.0	...	9.0
Taxa média dos empréstimos bancários (percentagem)	23.3	19.6	19.6	...	19.9
Finanças públicas (em percentagem do PIB)									
Total de receita, donativos e bônus de assinat. do petróleo	28.0	28.2	24.9	27.5	23.7	21.0	23.6	23.5	23.8
D/q : receitas fiscais	14.3	12.3	12.7	11.8	12.5	12.5	13.0	13.8	14.8
Receitas não fiscais	1.5	2.3	1.7	2.9	3.0	1.8	1.8	1.6	1.7
Donativos	11.4	13.5	10.5	12.8	8.2	6.7	8.9	8.1	7.3
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	34.2	32.4	27.6	27.2	25.6	21.9	23.9	23.3	22.9
Custos com pessoal	8.9	8.9	8.3	7.7	9.1	9.2	8.8	8.8	8.8
Juros devidos	0.8	0.4	0.5	0.6	0.4	0.6	0.6	0.6	0.6
Despesa corrente excl. juros e salários	8.5	8.0	6.9	5.9	6.9	6.3	6.3	6.4	6.6
Despesas de investimento financiadas pelo Tesouro	0.7	0.7	0.7	0.1	1.4	0.1	0.2	0.2	0.2
Despesas de investimento financiadas por doadores	14.7	14.2	11.0	12.8	7.7	5.5	7.8	7.2	6.7
Despesas de investimento relacionadas à Iniciativa HIPC	0.6	0.2	0.2	0.2	0.1	0.2	0.2	0.1	0.2
Saldo primário interno ²	-2.9	-4.1	-2.4	-1.3	-4.1	-2.1	-1.7	-0.8	0.1
Endividamento interno líquido	-0.5	2.8	1.8	0.8	3.4	0.7	1.2	0.5	-0.2
Saldo global (base de compromissos)	-6.3	-4.2	-2.7	0.3	-1.9	-0.9	-0.3	0.2	0.9
Dívida pública ³	89.6	94.5	84.3	...	95.5	94.2	93.8	91.3	87.6
Setor externo									
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)									
Incl. transferências oficiais	-12.2	-6.6	-13.2	-6.8	-10.9	-11.5	-9.0	-7.9	-8.0
Excl. transferências oficiais	-24.8	-20.5	-24.3	-6.8	-19.4	-18.2	-17.9	-16.0	-15.3
VA da dívida externa (percentagem do PIB)	39.7	31.5	26.6	26.9	27.1	25.6	24.0	20.9	21.0
Serviço da dívida externa (% das exportações) ⁴	3.8	3.3	3.8	4.6	4.2	5.1	5.3	4.7	4.5
Export. de bens e serviços não fatoriais (milhões de USD)	90.0	96.6	86.1	111.5	98.2	108.6	120.5	138.5	152.9
Reservas internacionais brutas ⁵									
Milhões de USD	61.9	55.9	51.4	58.2	35.1	36.0	40.0	45.4	50.7
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ⁶	5.4	4.9	4.6	4.4	3.3	3.3	3.6	3.9	4.2
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	10.3	11.5	11.3	11.4	19.5	18.5	17.8	16.9	16.5
Por memória:									
Produto Interno Bruto									
Milhões de novas dobras	7,031	7,698	8,154	9,222	8,763	9,333	9,997	10,709	11,527
Milhões de USD	318.3	347.5	375.8	466.1	422.6	429.8	462.6	499.3	541.0
Per capita (em USD)	1,570	1,673	1,768	2,143	1,943	1,933	2,036	2,152	2,283
Taxa de desemprego (percentagem)	13.4	13.4	13.5	11.7

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹O ponto médio da taxa do BCSTP.

²Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

³Exclui os atrasados da EMAE à ENCO, os atrasados aos países fora do Clube de Paris e um empréstimo da Nigéria no montante de USD 30 milhões que está a ser contestado.

⁴Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

⁵As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

⁶Importações de bens e serviços não fatoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 2a. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2015–22
(milhões de novas dobras)

	2015	2016	2017	2018		2019	2020	2021	2022
	Efetivo	Efetivo	Efetivo	5.ª aval.	Efetivo	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Total de receitas e donativos ¹	1965	2168	2034	2537	2081	1956	2362	2516	2744
Total da receita	1108	1130	1174	1353	1365	1335	1472	1651	1900
Receitas fiscais	1006	949	1036	1084	1099	1166	1297	1474	1707
<i>Imposto sobre importação</i>	455	371	388	451	486	502	547	586	631
<i>d/q: sobretaxa do petróleo para a despesa orçamental</i>	44	30	46	51
<i>sobretaxa do petróleo para pagamento à ENCO</i>	0	32	21	21
<i>Outros impostos</i>	550	578	647	633	613	664	750	888	1076
Receitas não fiscais	102	181	138	269	266	169	175	177	193
<i>d/q: receita do petróleo</i>	0	74	51	198	212	60	60	54	60
Donativos	804	1038	860	1184	715	621	889	865	844
Donativos para projetos	610	891	594	908	557	366	635	613	593
Donativos não destinados a projetos ²	61	81	198	192	125	182	182	181	180
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	133	65	67	83	33	73	72	71	70
Total da despesa	2405	2494	2253	2508	2243	2042	2390	2494	2643
<i>d/q: Despesa primária interna</i>	1315	1370	1316	1279	1536	1472	1550	1657	1812
Despesas correntes	1274	1334	1287	1303	1436	1503	1569	1684	1833
Custos com pessoal	623	684	681	706	798	856	875	937	1009
Juros devidos	54	34	43	50	34	60	61	64	64
<i>d/q: coberto por donativos HIPC</i>	0	0	0	0	0	73	72	71	70
Bens e serviços	239	249	253	205	260	236	243	255	285
Transferências	248	282	234	278	273	290	325	359	401
Outras despesas correntes	110	84	76	64	71	61	65	69	75
Despesas de investimento	1087	1141	952	1191	795	522	799	795	791
Financiadas pelo Tesouro	51	50	58	12	122	13	20	21	23
<i>d/q: Capitalização do BIRD</i>	...	0	0	0	21	0	0	0	0
Financiadas por fontes externas	1036	1090	894	1179	673	509	779	774	768
Despesas de investimento relacionadas à Iniciativa HIPC	44	19	15	14	12	17	22	15	20
Saldo primário interno ³	-207	-314	-193	-124	-362	-198	-170	-82	7
Saldo orçamental global (base de compromissos)	-440	-326	-219	29	-162	-86	-28	21	100
Varição líquida dos atrasados internos	-82	0	6	-66	76	0	-66	-81	-76
Float e discrepâncias estatísticas	10	0	-53	0	-24	0	0	0	0
Saldo orçamental global (base de caixa)	-524	-30	-215	-37	-111	-86	-94	-59	25
Financiamento	524	30	215	37	111	86	94	59	-25
Externo líquido	576	62	103	123	67	0	-11	6	13
Desembolsos ⁴	742	143	160	200	116	143	143	161	174
Financiamento programático (empréstimos) ⁵	20	32	37	37	16
Amortização programada	-187	-112	-94	-114	-65	-143	-154	-155	-161
<i>d/q: coberto por donativos HIPC</i>	0	0	0	0
Interno líquido	-51	-32	112	-86	44	86	105	53	-37
Crédito bancário líquido ao governo	-51	-32	112	-86	44	86	137	74	-16
Crédito do sistema bancário (líq., excl. Conta Nacional do Petróleo) ⁵	-42	-5	103	66	210	61	117	52	-28
Crédito do sistema bancário (bruto, excl. Conta Nacional do Petróleo)	-33	218	103	221	286	347	465	517	489
<i>D/q: Recursos do FMI retrocedidos pelo banco central</i>	58	114	113	113
<i>D/q: Conta de privatizações</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização da dívida interna	-155	0	-286	-348	-465	-517
Conta Nacional do Petróleo	-10	-27	9	-152	-167	25	20	22	12
Financiamento não bancário	0	0	0	0	0	0	-32	-21	-21
Déficit de financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Déficit de financiamento sem o programa com o FMI	166	296	294	293
<i>D/q: apoio orçamental</i>	109	182	181	180
Empréstimo do FMI	58	114	113	113
Por memória									
Perdas da EMAE	122	438	285	...	349

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ A receita é medida em base de caixa.

² O banco central apresenta o recebimento de USD 5 milhões do Banco Mundial em apoio orçamental nos últimos dias de 2016, enquanto o Tesouro regista esse apoio em 2017, quando o recebeu.

³ Exclui as receitas relacionadas ao petróleo e uma fração da sobretaxa do petróleo para pagamento da dívida da ENCO, bem como donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados, despesas de investimento financiadas com recursos externos e a capitalização de organismos regionais, segundo a definição do MTE.

⁴ Inclui o empréstimo de Angola em 2016 e 2017.

⁵ Inclui o uso do apoio do FMI ao programa.

Tabela 2b. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2015–22
(percentagem do PIB)

	2015	2016	2017	2018		2019	2020	2021	2022
	Efetivo	Efetivo	Efetivo	5.ª aval.	Efetivo	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Total de receitas e donativos ¹	28,0	28,2	24,9	27,5	23,7	21,0	23,6	23,5	23,8
Total da receita	15,8	14,7	14,4	14,7	15,6	14,3	14,7	15,4	16,5
Receitas fiscais	14,3	12,3	12,7	11,8	12,5	12,5	13,0	13,8	14,8
Imposto sobre importação	6,5	4,8	4,8	4,9	5,5	5,4	5,5	5,5	5,5
<i>d/q: sobretaxa do petróleo para a despesa orçamental</i>	0,5	0,3	0,4	0,4
<i>sobretaxa do petróleo para pagamento à ENCO</i>	0,0	0,3	0,2	0,2
Outros impostos	7,8	7,5	7,9	6,9	7,0	7,1	7,5	8,3	9,3
Receitas não fiscais	1,5	2,3	1,7	2,9	3,0	1,8	1,8	1,6	1,7
<i>d/q: receita do petróleo</i>	0,0	1,0	0,6	2,1	2,4	0,6	0,6	0,5	0,5
Donativos	11,4	13,5	10,5	12,8	8,2	6,7	8,9	8,1	7,3
Donativos para projetos	8,7	11,6	7,3	9,9	6,4	3,9	6,4	5,7	5,1
Donativos não destinados a projetos ²	0,9	1,1	2,4	2,1	1,4	2,0	1,8	1,7	1,6
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	1,9	0,8	0,8	0,9	0,4	0,8	0,7	0,7	0,6
Total da despesa	34,2	32,4	27,6	27,2	25,6	21,9	23,9	23,3	22,9
<i>d/q: Despesa primária interna</i>	18,7	17,8	16,1	13,9	17,5	15,8	15,5	15,5	15,7
Despesas correntes	18,1	17,3	15,8	14,1	16,4	16,1	15,7	15,7	15,9
Custos com pessoal	8,9	8,9	8,3	7,7	9,1	9,2	8,8	8,8	8,8
Juros devidos	0,8	0,4	0,5	0,6	0,4	0,6	0,6	0,6	0,6
Bens e serviços	3,4	3,2	3,1	2,2	3,0	2,5	2,4	2,4	2,5
Transferências	3,5	3,7	2,9	3,0	3,1	3,1	3,3	3,3	3,5
Outras despesas correntes	1,6	1,1	0,9	0,7	0,8	0,6	0,6	0,6	0,6
Despesas de investimento	15,5	14,8	11,7	12,9	9,1	5,6	8,0	7,4	6,9
Financiadas pelo Tesouro	0,7	0,7	0,7	0,1	1,4	0,1	0,2	0,2	0,2
<i>d/q: Capitalização do BIRD</i>	0,2
Financiadas por fontes externas	14,7	14,2	11,0	12,8	7,7	5,5	7,8	7,2	6,7
Despesas de investimento relacionadas à Iniciativa HIPC	0,6	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2
Saldo primário interno ³	-2,9	-4,1	-2,4	-1,3	-4,1	-2,1	-1,7	-0,8	0,1
Saldo orçamental global (base de compromissos)	-6,3	-4,2	-2,7	0,3	-1,9	-0,9	-0,3	0,2	0,9
Variação líquida dos atrasados internos	-1,2	0,0	0,1	-0,7	0,9	0,0	-0,7	-0,8	-0,7
Float e discrepâncias estatísticas	0,1	0,0	-0,7	0,0	-0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo orçamental global (base de caixa)	-7,5	-0,4	-2,6	-0,4	-1,3	-0,9	-0,9	-0,6	0,2
Financiamento	7,5	0,4	2,6	0,4	1,3	0,9	0,9	0,6	-0,2
Externo líquido	8,2	0,8	1,3	1,3	0,8	0,0	-0,1	0,1	0,1
Desembolsos ⁴	10,6	1,9	2,0	2,2	1,3	1,5	1,4	1,5	1,5
Financiamento programático (empréstimos) ⁵	0,3	0,4	0,5	0,4	0,2
Amortização programada	-2,7	-1,5	-1,2	-1,2	-0,7	-1,5	-1,5	-1,4	-1,4
Interno líquido	-0,7	-0,4	1,4	-0,9	0,5	0,9	1,1	0,5	-0,3
Crédito bancário líquido ao governo	-0,7	-0,4	1,4	-0,9	0,5	0,9	1,4	0,7	-0,1
Crédito do sistema bancário (líq., excl. Conta Nacional do Petróleo) ⁵	-0,6	-0,1	1,3	0,7	2,4	0,7	1,2	0,5	-0,2
Conta Nacional do Petróleo	-0,1	-0,3	0,1	-1,7	-1,9	0,3	0,2	0,2	0,1
Financiamento não bancário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,3	-0,2	-0,2
Déficit de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Déficit de financiamento sem o programa com o FMI	1,8	3,0	2,7	2,5
<i>D/q: apoio orçamental</i>	1,2	1,8	1,7	1,6
Empréstimo do FMI	0,6	1,1	1,1	1,0
Por memória									
Perdas da EMAE	1,7	5,8	3,7	...	3,8

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ A receita é medida em base de caixa.

² O banco central apresenta o recebimento de USD 5 milhões do Banco Mundial em apoio orçamental nos últimos dias de 2016, enquanto o Tesouro regista esse apoio em 2017, quando o recebeu.

³ Exclui as receitas relacionadas ao petróleo e uma fração da sobretaxa do petróleo para pagamento da dívida da ENCO, bem como donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados, despesas de investimento financiadas com recursos externos e a capitalização de organismos regionais, segundo a definição do MTE.

⁴ Inclui o empréstimo de Angola em 2016 e 2017.

⁵ Inclui o uso do apoio do FMI ao programa.

Tabela 3. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2015–2020
(milhões de novas dobras)

	2015	2016	2017	2018		2019	2020
	Efetivo	Efetivo	Efetivo	5.ª aval.	Efetivo	Proj.	Proj.
Ativos externos líquidos	1.903	1.775	1.474	1.590	1.416	1.448	1.469
Créditos sobre não residentes	2.243	2.144	1.840	1.958	1.798	1.851	1.861
Reservas internacionais oficiais	1.864	1.752	1.442	1.588	1.352	1.402	1.465
Outros ativos externos	379	392	398	370	446	449	396
Passivos com não residentes	-341	-368	-366	-368	-382	-403	-393
Passivos de curto prazo com não residentes	-120	-144	-158	-175	-169	-188	-179
Outros passivos externos	-221	-224	-208	-193	-213	-215	-213
Ativos internos líquidos	-341	-135	9	31	80	41	58
Crédito interno líquido	130	259	172	93	133	54	187
Crédito a outras sociedades de depósitos	128	198	195	195	195	145	145
Crédito líquido ao governo central	-113	-69	-157	-244	-201	-125	9
Crédito ao governo central	266	446	260	371	310	370	484
<i>D/q: uso de DSE/PRGF</i>	196	180	211	83	147	205	315
Passivos com o governo central	-380	-515	-417	-615	-511	-494	-475
Depósitos do governo central	-11	-33	-41	-262	-20	-20	-20
Recursos de contrapartida	-120	-82	-60	-60	-65	-65	-65
Depósitos em divisas	-249	-400	-316	-293	-426	-409	-390
<i>D/q: Conta Nacional do Petróleo</i>	-230	-271	-234	-224	-419	-402	-383
Crédito a outros setores	115	131	135	142	139	33	33
Outras rubricas (líquido)	-470	-394	-163	-62	-53	-13	-129
Base monetária (M0)	1.562	1.640	1.484	1.621	1.496	1.488	1.527
Emissão de moeda:	315	309	324	354	393	461	504
Reservas bancárias	1.247	1.332	1.160	1.267	1.103	1.027	1.023
<i>D/q: moeda nacional</i>	980	1.183	1.013	1.107	947	867	863
<i>D/q: moeda estrangeira</i>	266	149	147	160	157	160	160
Por memória:							
Reservas internacionais brutas (milhões de USD) ¹	61,9	55,9	51,4	58,2	35,1	36,0	40,0
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ²	5,4	4,9	4,6	5,4	3,3	3,3	3,6
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD) ³	56,5	49,7	43,8	49,3	27,2	27,4	31,6
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ²	4,9	4,4	3,9	3,7	2,5	2,5	2,8
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	10,3	11,5	11,3	11,4	19,5	18,5	17,8
Reservas em divisas dos bancos comerciais (milhões de USD)	11,9	6,3	7,1	8,2	7,3	7,4	7,4
Depósitos garantidos (milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Base monetária (variação percentual anual)	37,5	5,0	-9,6	9,3	0,8	-0,5	2,6

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

² Importações de bens e serviços não fatoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

³ As reservas internacionais líquidas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

Tabela 4. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2015–2020
(milhões de novas dobras)

	2015	2016	2017	2018		2019	2020
	Efetivo	Efetivo	Efetivo	5.ª aval.	Efetivo	Proj.	Proj.
Ativos externos líquidos	2.527	2.105	1.582	1.709	1.636	1.615	1.639
Ativos externos líquidos of the BCSTP	1.903	1.775	1.474	1.590	1.416	1.448	1.469
Ativos externos líquidos of other depository corporations	624	330	108	119	220	167	171
Ativos internos líquidos	301	586	1.099	1.310	1.429	1.450	1.644
Crédito interno líquido	1.680	1.779	1.972	2.011	2.228	2.165	2.316
Crédito líquido ao governo central	-303	-336	-196	-283	94	175	314
Crédito ao governo central	275	483	687	798	977	1.041	1.161
Passivos com o governo central	-578	-819	-883	-1.081	-883	-866	-847
Depósitos orçamentais	-11	-33	-41	-262	-20	-20	-20
Recursos de contrapartida	-120	-82	-60	-60	-65	-65	-65
Depósitos em divisas	-448	-704	-782	-759	-798	-781	-762
<i>D/q: Conta Nacional do Petróleo</i>	-230	-271	-234	-224	-419	-402	-383
Crédito a outros setores	1.984	2.115	2.168	2.293	2.134	1.990	2.003
<i>D/q: créditos em moeda estrangeira</i>	609	515	442	468	395	388	390
<i>(Milhões de USD)</i>	27	22	21	24	18	18	18
Outras rubricas (líquido)	-1.379	-1.193	-873	-700	-799	-715	-672
Massa monetária (M3)	2.828	2.691	2.681	3.019	3.066	3.065	3.283
Passivos em moeda nacional incl. na massa monetária (M2)	1.894	1.898	1.966	2.213	2.325	2.325	2.490
Moeda (M1)	1.431	1.522	1.578	1.777	1.849	1.849	1.981
Notas e moedas em poder do público	247	259	295	323	314	296	317
Depósitos transferíveis em dobras	1.184	1.264	1.283	1.454	1.535	1.553	1.664
Outros depósitos em dobras	463	375	388	436	476	476	509
Depósitos em divisas	934	794	716	806	741	740	793
Por memória:							
Velocidade (rácio PIB/M3; fim de período)	2,5	2,9	3,0	3,1	3,0	3,0	3,0
Multiplicador monetário (M3/M0)	1,8	1,6	1,8	1,9	2,0	2,1	2,2
Base monetária (taxa de crescimento em 12 meses)	37,5	5,0	-9,6	9,3	0,8	-0,5	2,6
Crédito a outros setores residentes (taxa de cres. em 12 meses)	5,4	6,6	2,5	5,8	-1,6	-6,7	0,6
M3 (taxa de crescimento em 12 meses)	13,1	-4,8	-0,4	12,6	14,3	0,0	7,1
Rácio de euroização	35,9	32,3	27,1	28,5	26,2	23,9	23,7

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 5. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Indicadores de Solidez Financeira, dezembro de 2012–dezembro de 2018¹
(percentagem)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2018	2018	2018
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Adequação de capital										
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	20,3	22,7	22,6	24,1	27,8	33,6	34,9	31,9	31,2	30,7
Percentual de bancos (em relação ao total) cujo rácio capital reg./ativos pond. pelo risco ... é igual ou superior a 10 por cento	87,5	75,0	75,0	85,7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
... situa-se entre 6 e 10 por cento	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
... é inferior ao mínimo de 6 por cento	12,5	12,5	25,0	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Capital (património líquido)/ativos	22,7	18,4	20,3	15,5	22,5	24,0	23,8	22,3	21,4	20,8
Depósitos nos bancos com rácio capital/ativos inferior a 6 por cento ... (em milhões de dobras)	83,2	59,0	325,1	455,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
... (% dos depósitos)	4,6	2,9	13,7	17,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
... (% do PIB)	1,7	1,1	5,1	6,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Qualidade dos ativos										
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	57,9	53,9	46,5	42,1	27,5	17,2	16,5	14,3	9,9	9,7
Empréstimos vencidos/empréstimos brutos	66,7	30,4	36,2	35,0	30,7	27,6	28,3	26,6	23,4	26,9
Crédito mal parado/crédito (definição do IFRS)	15,4	16,9	19,1	29,8	27,0	24,9	25,4	22,0	17,9	24,6
Empréstimos sob supervisão	51,3	13,6	17,2	5,2	3,7	2,8	2,9	4,6	5,5	2,3
Provisões como percentagem dos empréstimos vencidos	15,4	56,3	45,1	68,7	71,2	80,0	80,8	80,8	73,9	79,7
Lucros e rentabilidade										
Rendibilidade dos ativos (ROA)	-0,8	-2,1	-3,2	-5,2	0,0	-0,6	0,4	0,4	0,7	-0,1
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	-3,3	-9,3	-15,9	-27,1	0,2	-3,0	1,8	1,9	3,5	-0,8
Despesas (incl. amortização e provisões)/rendimento	117,8	471,1	164,5	215,9	108,6	112,8	92,0	96,6	92,0	106,7
Liquidez										
Ativos líquidos/total do ativo	37,8	40,8	45,8	52,0	54,0	49,7	50,8	47,2	50,0	50,1
Ativos líquidos/passivo de curto prazo	61,5	39,6	72,7	72,5	84,6	69,1	68,2	62,4	66,4	66,3
Empréstimos/total do passivo	64,7	56,3	47,3	47,1	47,0	53,1	50,2	55,6	50,9	51,6
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	30,8	27,0	28,1	30,0	26,6	28,6	27,8	26,6	25,1	25,8
Empréstimo/depósitos	101,7	85,8	69,6	63,5	63,5	59,7	57,3	63,8	58,2	59,1
Sensibilidade ao risco de mercado										
Passivo em moeda estrangeira/capitais próprios	105,0	119,3	110,3	162,8	91,5	90,5	88,7	88,5	92,2	98,2

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: A partir de junho de 2013, os dados baseiam-se na metodologia melhorada e não são rigorosamente comparáveis com os dados anteriores.

¹ Excluindo o Banco Equador (desde dezembro de 2016) e o BPSTP (desde junho de 2018).

Tabela 6a. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2015–22
(milhões de USD)

	2015	2016	2017	2018		2019	2020	2021	2022
	Efetivo	Efetivo	Efetivo	5.ª aval.	Est.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Balança comercial	-107,6	-105,5	-112,1	-141,3	-116,8	-119,0	-125,1	-132,8	-144,5
Exportações, FOB	11,3	13,6	15,6	14,0	16,0	16,2	19,7	20,7	21,6
Cacau	7,9	8,6	8,6	11,3	8,2	8,0	11,0	11,3	11,8
Reexportação	2,2	3,2	4,7	5,1	6,8	5,5	5,3	5,5	5,5
Importações, FOB	-118,9	-119,1	-127,7	-155,3	-132,9	-135,2	-144,7	-153,5	-166,1
Produtos alimentares	-34,3	-36,1	-31,6	-38,4	-31,1	-32,6	-34,3	-36,1	-38,8
Produtos petrolíferos	-31,3	-21,7	-27,6	-39,2	-33,6	-30,6	-29,1	-29,4	-30,6
Bens de investimento não petrolíferos	-27,9	-31,2	-33,5	-42,4	-31,3	-33,5	-41,0	-45,5	-51,0
Bens de investimento lig. ao setor petrolífero	-15,9	-12,7	-21,2	-25,9	-28,7	-36,6	-40,4	-45,9	-51,0
Outros	-9,6	-17,4	-13,8	-9,4	-8,1	-1,9	-0,1	3,4	5,3
Serviços e rendimentos (líquido)	10,6	18,2	3,9	29,1	18,6	25,0	26,2	35,4	42,9
Exportações de serviços não fatoriais	78,7	82,9	70,5	97,4	82,2	92,4	100,9	117,8	131,3
<i>D/q:</i> viagens e turismo	62,1	68,8	59,9	81,4	71,9	81,6	89,5	105,7	118,6
Importações de serviços não fatoriais	-67,1	-65,7	-65,5	-63,1	-65,4	-66,1	-70,1	-74,2	-79,3
Serviços fatoriais (líquido)	-1,0	1,0	-1,1	-5,2	1,8	-1,2	-4,6	-8,2	-9,1
<i>D/q:</i> Relacionados ao petróleo	0,0	0,0	-1,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Transferências privadas (líquido)	18,1	15,9	16,7	19,1	16,3	15,8	16,3	17,4	18,8
Transferências oficiais (líquido)	40,0	48,5	41,7	61,3	36,0	28,6	41,2	40,3	39,6
<i>D/q:</i> donativos para projetos (excl. donativos HIPC)	27,6	40,2	27,4	45,9	26,9	16,8	29,4	28,6	27,9
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	6,0	2,9	3,1	4,2	1,6	3,4	3,4	3,3	3,3
Saldo da balança corrente									
Incl. transferências oficiais	-38,9	-22,9	-49,8	-31,7	-46,0	-49,5	-41,5	-39,7	-43,2
Excl. transferências oficiais	-78,9	-71,4	-91,5	-93,0	-82,0	-78,1	-82,6	-80,0	-82,9
Saldo da conta de capital e financeira	59,2	-9,5	74,8	36,9	26,0	47,0	40,9	39,9	44,4
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	60,2	-9,5	74,8	36,9	26,0	47,0	40,9	39,9	44,4
Investimento direto estrangeiro	25,3	22,3	33,9	50,0	28,8	39,2	43,2	49,1	54,7
Investimento relacionado ao petróleo	24,2	19,3	32,1	39,3	30,2	38,5	42,5	48,3	53,7
Investimento de carteira (líquido)	0,3	0,2	0,6	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Bónus de assinatura do petróleo	2,4	3,3	2,3	10,0	10,2	2,8	2,8	2,5	2,8
Outros investimentos (líquido)	31,3	-35,4	37,9	-13,1	-13,1	5,1	-5,1	-11,8	-13,0
Ativos	9,5	-19,5	2,2	-9,5	-9,5	-9,7	-9,9	-10,1	-10,3
Setor público (líquido)	26,1	2,7	3,1	3,5	2,5	0,4	-0,5	0,3	0,6
Empréstimos para projetos	33,6	6,4	7,4	10,1	5,6	6,6	6,6	7,5	8,2
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-7,5	-3,7	-4,3	-6,0	-3,1	-6,2	-7,1	-7,2	-7,6
<i>D/q:</i> Donativos ligados à Iniciativa HIPC	-5,1	-2,5	-2,6	-3,3	-1,4	-2,9	-2,9	-2,9	-2,9
Setor privado (líquido)	-4,3	-18,6	32,6	-7,1	-6,1	14,4	5,3	-2,0	-3,4
Bancos comerciais	9,7	13,8	8,8	-0,8	-5,0	2,5	-0,2	-0,2	-0,2
Capital privado de curto prazo	-14,0	-32,3	23,8	-6,3	-1,1	11,8	5,5	-1,8	-3,2
Erros e omissões	30,9	27,8	-35,6	0,0	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	18,5	-4,6	-10,6	4,4	-8,2	-2,5	-0,5	0,2	1,2
Financiamento	-18,5	4,6	10,6	-4,4	8,2	-0,2	-4,8	-5,6	-6,5
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-18,2	5,0	6,6	-5,7	15,9	-0,8	-5,3	-6,0	-6,3
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0,0	0,9	2,8	1,4	0,5	-0,3	-0,3	-0,4	-0,6
Compras	0,9	1,8	2,8	1,8	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-0,9	-0,9	0,0	-0,4	-0,4	-0,3	-0,3	-0,4	-0,6
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-0,4	-1,3	0,2	-0,1	-8,2	0,9	0,7	0,9	0,4
Déficit de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-2,7	-5,3	-5,3	-5,3
Programa do FMI proposto	2,7	5,3	5,3	5,3
Por memória:									
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)									
Incl. transferências oficiais	-12,2	-6,6	-13,2	-20,0	-10,9	-11,5	-9,0	-7,9	-8,0
Excl. transferências oficiais	-24,8	-20,5	-24,3	-6,8	-19,4	-18,2	-17,9	-16,0	-15,3
Rácio do serviço da dívida (% das exportações) ¹	3,8	3,3	3,8	4,6	4,2	5,1	5,3	4,7	4,5
Reservas internacionais brutas ²									
Milhões de USD	61,9	55,9	51,4	58,2	35,1	36,0	40,0	45,4	50,7
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ³	5,4	4,9	4,6	4,4	3,3	3,3	3,6	3,9	4,2

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

³ Importações de bens e serviços não fatoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 6b. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2015–22
 (percentagem do PIB)

	2015	2016	2017	2018		2019	2020	2021	2022
	Efetivo	Efetivo	Efetivo	5. ^a aval.	Est.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Balança comercial	-33,8	-30,3	-29,8	-30,3	-27,6	-27,7	-27,0	-26,6	-26,7
Exportações, FOB	3,6	3,9	4,1	3,0	3,8	3,8	4,3	4,1	4,0
Cacau	2,5	2,5	2,3	2,4	1,9	1,9	2,4	2,3	2,2
Reexportação	0,7	0,9	1,3	1,1	1,6	1,3	1,2	1,1	1,0
Importações, FOB	-37,4	-34,3	-34,0	-33,3	-31,4	-31,4	-31,3	-30,7	-30,7
Produtos alimentares	-10,8	-10,4	-8,4	-8,2	-7,4	-7,6	-7,4	-7,2	-7,2
Produtos petrolíferos	-9,8	-6,2	-7,3	-8,4	-8,0	-7,1	-6,3	-5,9	-5,7
Bens de investimento não petrolíferos	-8,8	-9,0	-8,9	-9,1	-7,4	-7,8	-8,9	-9,1	-9,4
Bens de investimento lig. ao setor petrolífero	-5,0	-3,7	-5,6	-5,6	-6,8	-8,5	-8,7	-9,2	-9,4
Outros	-3,0	-5,0	-3,7	-2,0	-1,9	-0,4	0,0	0,7	1,0
Serviços e rendimentos (líquido)	3,3	5,2	1,0	6,2	4,4	5,8	5,7	7,1	7,9
Exportações de serviços não fatoriais	24,7	23,9	18,8	20,9	19,5	21,5	21,8	23,6	24,3
D/q: viagens e turismo	19,5	19,8	15,9	17,5	17,0	19,0	19,3	21,2	21,9
Importações de serviços não fatoriais	-21,1	-18,9	-17,4	-13,5	-15,5	-15,4	-15,2	-14,9	-14,7
Serviços fatoriais (líquido)	-0,3	0,3	-0,3	-1,1	0,4	-0,3	-1,0	-1,6	-1,7
D/q: Relacionados ao petróleo	0,0	0,0	-0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências privadas (líquido)	5,7	4,6	4,4	4,1	3,9	3,7	3,5	3,5	3,5
Transferências oficiais (líquido)	12,6	14,0	11,1	13,2	8,5	6,7	8,9	8,1	7,3
D/q: donativos para projetos (excl. donativos HIPC)	8,7	11,6	7,3	9,9	6,4	3,9	6,4	5,7	5,1
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	1,9	0,8	0,8	0,9	0,4	0,8	0,7	0,7	0,6
Saldo da balança corrente									
Incl. transferências oficiais	-12,2	-6,6	-13,2	-6,8	-10,9	-11,5	-9,0	-7,9	-8,0
Excl. transferências oficiais	-24,8	-20,5	-24,3	-20,0	-19,4	-18,2	-17,9	-16,0	-15,3
Saldo da conta de capital e financeira	18,6	-2,7	19,9	7,9	6,1	10,9	8,9	8,0	8,2
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	18,9	-2,7	19,9	7,9	6,1	10,9	8,9	8,0	8,2
Investimento direto estrangeiro	7,9	6,4	9,0	10,7	6,8	9,1	9,3	9,8	10,1
Investimento relacionado ao petróleo	7,6	5,6	8,5	8,4	7,2	9,0	9,2	9,7	9,9
Investimento de carteira (líquido)	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bónus de assinatura do petróleo	0,8	1,0	0,6	2,1	2,4	0,6	0,6	0,5	0,5
Outros investimentos (líquido)	9,8	-10,2	10,1	-2,8	-3,1	1,2	-1,1	-2,4	-2,4
Ativos	3,0	-5,6	0,6	-2,0	-2,3	-2,3	-2,1	-2,0	-1,9
Setor público (líquido)	8,2	0,8	0,8	0,8	0,6	0,1	-0,1	0,1	0,1
Empréstimos para projetos	10,6	1,9	2,0	2,2	1,3	1,5	1,4	1,5	1,5
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-2,4	-1,1	-1,1	-1,3	-0,7	-1,5	-1,5	-1,4	-1,4
D/q: Donativos ligados à Iniciativa HIPC	-1,6	-0,7	-0,7	-0,7	-0,3	-0,7	-0,6	-0,6	-0,5
Setor privado (líquido)	-1,4	-5,3	8,7	-1,5	-1,4	3,3	1,1	-0,4	-0,6
Bancos comerciais	3,0	4,0	2,3	-0,2	-1,2	0,6	-0,1	0,0	0,0
Capital privado de curto prazo	-4,4	-9,3	6,3	-1,4	-0,3	2,8	1,2	-0,4	-0,6
Erros e omissões	9,7	8,0	-9,5	0,0	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	5,8	-1,3	-2,8	0,9	-1,9	-0,6	-0,1	0,0	0,2
Financiamento	-5,8	1,3	2,8	-0,9	1,9	0,0	-1,0	-1,1	-1,2
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-5,7	1,4	1,8	-1,2	3,8	-0,2	-1,1	-1,2	-1,2
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0,0	0,3	0,7	0,3	0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
Compras	0,3	0,5	0,7	0,4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-0,3	-0,3	0,0	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-0,1	-0,4	0,1	0,0	-1,9	0,2	0,2	0,2	0,1
Déficit de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,6	-1,1	-1,1	-1,0
Programa do FMI proposto	0,6	1,1	1,1	1,0
Por memória:									
Rácio do serviço da dívida (% das exportações) ¹	3,8	3,3	3,8	4,6	4,2	5,1	5,3	4,7	4,5
Reservas internacionais brutas ²									
Milhões de USD	61,9	55,9	51,4	58,2	35,1	36,0	40,0	45,4	50,7
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ³	5,4	4,9	4,6	4,4	3,3	3,3	3,6	3,9	4,2

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

³ Importações de bens e serviços não fatoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 7. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2015–22
(milhões de USD)

	2015	2016	2017	2018		2019	2020	2021	2022
	Efetivo	Efetivo	Prel.	5.ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Necessidades brutas de financiamento	-105,6	-70,1	-92,0	-105,7	-69,6	-85,4	-95,3	-93,6	-97,3
Conta corrente, excl. transferências oficiais	-78,9	-71,4	-91,5	-93,0	-82,0	-78,1	-82,6	-80,0	-82,9
Exportações, FOB	11,3	13,6	15,6	14,0	16,0	16,2	19,7	20,7	21,6
Importações, FOB	-118,9	-119,1	-127,7	-155,3	-132,9	-135,2	-144,7	-153,5	-166,1
Serviços e rendimentos (líquido)	10,6	18,2	3,9	29,1	18,6	25,0	26,2	35,4	42,9
Transferências privadas	18,1	15,9	16,7	19,1	16,3	15,8	16,3	17,4	18,8
Conta financeira	-8,5	-3,6	-7,1	-7,0	-3,5	-6,6	-7,4	-7,6	-8,2
Amortização programada	-7,5	-3,7	-4,3	-6,0	-3,1	-6,2	-7,1	-7,2	-7,6
Reembolsos ao FMI	-0,9	-0,9	0,0	-0,4	-0,4	-0,3	-0,3	-0,4	-0,6
Varição nas reservas externas (- = aumento)	-18,2	5,0	6,6	-5,7	15,9	-0,8	-5,3	-6,0	-6,3
Financiamento disponível	138,1	71,0	88,2	106,5	69,6	82,8	90,0	88,3	92,0
Fundo Nacional do Petróleo (líquido)	2,0	2,1	2,6	9,9	2,1	3,7	3,5	3,4	3,2
Bônus de assinatura do petróleo	2,4	3,3	2,3	10,0	10,2	2,8	2,8	2,5	2,8
Poupança (- = acum. do fundo de reserva petrol.)	-0,4	-1,3	0,2	-0,1	-8,2	0,9	0,7	0,9	0,4
Desembolsos previstos	73,6	54,9	49,1	71,4	41,6	35,2	47,8	47,8	47,8
Assistência intercalar multilateral HIPC	6,0	2,9	3,1	4,2	1,6	3,4	3,4	3,3	3,3
Donativos	34,0	45,6	38,6	57,1	34,4	25,2	37,8	37,0	36,3
Empréstimos concessionais	33,6	6,4	7,4	10,1	5,6	6,6	6,6	7,5	8,2
Empréstimos para projetos	33,6	6,4	7,4	10,1	5,6	6,6	6,6	7,5	8,2
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Setor privado (líquido)	61,6	12,2	33,7	23,3	25,0	43,9	38,7	37,1	41,0
FMI	0,9	1,8	2,8	1,8	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Déficit de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-2,7	-5,3	-5,3	-5,3
Financiamento excepcional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Déficit residual de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-2,7	-5,3	-5,3	-5,3
Programa do FMI proposto	2,7	5,3	5,3	5,3

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 8. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2019–2033
(em 31 de julho de 2019)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Obrigações com o FMI com base no crédito existente (milhões de DSE)															
Capital	0,11	0,26	0,41	0,60	0,75	0,76	0,76	0,57	0,38	0,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos e juros	0,04	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07
Obrigações com o FMI com base no crédito existente e potencial (milhões de DSE)															
Capital	0,11	0,26	0,41	0,60	0,75	0,76	1,33	1,90	2,47	2,79	2,66	2,09	1,33	0,57	0,00
Encargos e juros	0,04	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07
Obrigações totais baseadas no crédito existente e potencial															
Milhões de DSE	0,15	0,33	0,48	0,67	0,82	0,83	1,40	1,97	2,54	2,86	2,73	2,16	1,40	0,64	0,07
Milhões de USD	0,21	0,46	0,68	0,95	1,18	1,19	2,01	2,82	3,64	4,10	3,91	3,10	2,01	0,92	0,10
Porcentagem das exportações de bens e serviços	0,20	0,40	0,51	0,66	0,75	0,71	1,13	1,48	1,79	1,88	1,68	1,24	0,75	0,32	0,03
Porcentagem do serviço da dívida ¹	3,77	7,28	10,50	13,84	15,42	10,63	18,64	27,02	35,56	41,08	39,62	30,06	19,68	9,12	1,00
% da quota	1,01	2,23	3,24	4,53	5,54	5,61	9,46	13,31	17,16	19,32	18,45	14,59	9,46	4,32	0,47
Porcentagem das reservas internacionais brutas ²	0,60	1,20	1,54	1,92	2,27	2,15	3,41	4,83	6,30	7,19	6,95	5,59	3,69	1,72	0,19
Saldo em dívida com o FMI															
Milhões de DSE	6,5	10,1	13,5	16,7	15,9	15,2	13,8	11,9	9,5	6,7	4,0	1,9	0,6	0,0	0,0
Milhões de USD	9,1	14,2	19,1	23,7	22,8	21,7	19,8	17,1	13,5	9,5	5,7	2,7	0,8	0,0	0,0
Porcentagem das exportações de bens e serviços	8,6	12,3	14,4	16,3	14,6	13,1	11,1	9,0	6,7	4,4	2,5	1,1	0,3	0,0	0,0
Porcentagem do serviço da dívida ¹	163,9	222,1	294,3	344,4	299,4	194,2	184,1	163,5	132,3	95,7	58,0	26,4	8,0	0,0	0,0
% da quota	44,1	68,0	90,9	112,6	107,6	102,4	93,4	80,5	63,9	45,0	27,0	12,8	3,9	0,0	0,0
Porcentagem das reservas internacionais brutas ²	26,1	36,5	43,1	47,9	44,0	39,4	33,7	29,2	23,4	16,7	10,2	4,9	1,5	0,0	0,0
Por memória:															
Exportações de bens e serviço (milhões de USD)	106,0	115,3	132,1	145,5	156,4	166,5	178,0	190,4	203,6	217,8	233,0	249,2	266,6	285,2	305,2
Serviço da dívida (milhões de USD)	5,6	6,4	6,5	6,9	7,6	11,2	10,8	10,5	10,2	10,0	9,9	10,3	10,2	10,1	10,0
Quota (milhões de DSE)	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8
Reservas internacionais brutas ²	34,9	38,8	44,2	49,6	51,9	55,2	58,8	58,4	57,8	57,0	56,3	55,4	54,4	53,3	52,1
PIB (milhões de USD)	437	472	510	552	594	641	689	739	792	849	910	976	1046	1122	1203

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Alívio da dívida HIPC e MDRI. O total do serviço da dívida inclui recompras e reembolsos ao FMI.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

Tabela 9. República Democrática de São Tomé e Príncipe: Calendário de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2019–22

Data de disponibilidade¹	Condições para o desembolso	Montante em DSE	% da quota
10/02/19	Aprovação do acordo pelo Conselho.	1.902.857	12,86
03/15/20	Observância dos critérios de desempenho (CD) contínuos e para o fim de junho de 2019 e conclusão da primeira avaliação.	1.902.857	12,86
09/15/20	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2019 e conclusão da segunda avaliação.	1.902.857	12,86
03/15/21	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2020 e conclusão da terceira avaliação.	1.902.857	12,86
09/15/21	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2020 e conclusão da quarta avaliação.	1.902.857	12,86
03/15/22	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2021 e conclusão da quinta avaliação.	1.902.858	12,86
09/15/22	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2021 e conclusão da sexta avaliação.	1.902.857	12,86
	Total	13.320.000	90,0

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

¹ Com base na aprovação do Conselho após a conclusão de cada avaliação.

Anexo I. Avaliação Ex Post Revista Pelos Pares

A. Resumo

1. São Tomé e Príncipe tornou-se membro do FMI em 1977, dois anos após a sua independência de Portugal. O país empreendeu uma série de programas apoiados pelo FMI. A mais recente Avaliação Ex Post (EPA) de Programas do FMI de Longa Duração (SM/12/129) foi concluída em junho de 2012 e abrangeu três acordos de empréstimos e um programa monitorizado pelo corpo técnico entre 2000 e 2011.

2. Em vários aspetos, o país é frágil. Um nível de capacidade baixo e a instabilidade política têm impedido a implementação de reformas; o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe tem sido constringido pelo seu pequeno tamanho, pela sua insularidade, pela falta de recursos naturais e pela sua alta vulnerabilidade a choques externos. Entre 2001 e 2014, houve dez governos de coligação diferentes. Foi durante o período de 2014-2018 que o primeiro governo maioritário completou um mandato ininterruptamente. O novo governo de coligação, que tomou posse em dezembro de 2018 na sequência das eleições de outubro de 2018, poderá vir a encarar desafios semelhantes àqueles enfrentados por anteriores governos de coligação.

3. O presente relatório analisa dois acordos com São Tomé e Príncipe firmados desde 2012.

- Um acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) para o período de 2012-15 foi aprovado em julho de 2012 (DSE 2,6 milhões, 35% da quota); duas avaliações foram concluídas.
- Um acordo ECF (2015-18) foi aprovado em julho de 2015 (DSE 4,4 milhões, 60% da quota). Foram concluídas cinco das seis avaliações previstas e o programa expirou no fim de 2018, pouco tempo depois de um novo governo de coligação assumir o poder.

B. Objetivos dos Programas

4. O foco do acordo ECF de 2012-15 incidia na manutenção da estabilidade macroeconómica e na aceleração das reformas estruturais. O objetivo do programa era fortalecer as finanças públicas, a política monetária, a supervisão bancária e o combate ao branqueamento de capitais. Esperava-se que a produção de petróleo começasse em 2015, mas essa previsão não se materializou devido aos elevados custos de extração.

5. O objetivo global do acordo ECF de 2015-18 era abordar a elevada vulnerabilidade da dívida e, paralelamente, criar as condições para o crescimento sustentável. O programa buscava reforçar a mobilização de receitas internas; aperfeiçoar a gestão das finanças públicas, nomeadamente ao atacar o problema dos pagamentos em atraso do governo; aumentar a estabilidade financeira e melhorar o ambiente de negócios.

C. Desempenho no âmbito dos Programas

6. Os progressos alcançados no âmbito do programa ECF de 2012-15 foram limitados.

O programa sofreu um desvio quando um empréstimo contraído em março de 2014 não cumpriu os requisitos em matéria de concessionalidade; posteriormente, a política orçamental derrapou no período que antecedeu as eleições de 2014. O critério de desempenho quantitativo (CDQ) relativo ao saldo primário interno (SPI)¹ não foi cumprido em ambas as avaliações, como reflexo do fraco desempenho das receitas (Tabela 1, Figura 1) em razão da falta de progressos na melhoria da administração fiscal, nomeadamente no que respeita ao aumento do número de contribuintes. Foram feitos alguns progressos na gestão financeira pública e foi introduzido um mercado interno de bilhetes do tesouro (Tabela 3), mas outras reformas estruturais foram adiadas, incluindo a regularização dos atrasados entre o Tesouro, a Empresa Nacional de Combustíveis, ENCO e a Empresa de Água e Eletricidade, EMAE; a implementação de um novo Índice de Preços no Consumidor (IPC) e a implementação do Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE-e).

7. Os progressos registados no âmbito do acordo ECF de 2015-18 foram também limitados.

Durante o período 2015-18, a dívida do governo central (o foco central da ECF) baixou em 2 pontos percentuais do PIB; no entanto, a dívida pública total (incluindo os atrasados da EMAE ao seu fornecedor de petróleo e os atrasados do Governo com fornecedores privados) aumentaram em 6 pontos percentuais do PIB por causa dos atrasados elevados acumulados pela EMAE e pelo Governo. A base da economia continuou estreita, a inflação aumentou e as reservas internacionais declinaram, com uma perda que ascendeu a 1,5 meses de importações em 2018.

8. Contribuíram para a perda de reservas a não implementação da consolidação orçamental e o declínio na entrada de recursos externos.

Sobretudo durante os anos eleitorais de 2016 e 2018, as metas orçamentais foram ultrapassadas em mais de 2% do PIB. O CDQ sobre o défice primário interno (DPI) deixou de ser cumprido em quatro das cinco avaliações, como reflexo da fraca arrecadação de receitas, que diminuiu de 14,1 para 11,8% do PIB no período 2014-2018. Os fatores que mais contribuíram para isso foram a base tributável reduzida, que é fortemente dependente dos impostos sobre a importação; os poucos progressos na área de administração fiscal e a fraca cobrança de impostos sobre os rendimentos durante o período eleitoral. A descida dos preços internacionais do petróleo nesse período reduziu consideravelmente as receitas fiscais provenientes das importações. Embora as políticas orçamentais tenham servido de ferramenta primária, tendo em conta o regime de taxas de câmbio fixas, a implementação de instrumentos eficazes de política monetária podia ter incentivado a detenção de depósitos em moeda nacional e aliviado a pressão sobre as reservas cambiais.

9. Houve alguns progressos nas vertentes estruturais, porém com atrasos (Tabela 4). Em especial, foram regularizados os atrasados do governo com a ENCO relativos aos subsídios ao preço

¹ O cálculo das receitas exclui os donativos e, portanto, concentra-se na mobilização de receitas internas. Excluiu-se também o investimento financiado por empréstimos e donativos externos para projetos, a fim de reduzir possíveis problemas de declaração de dados incorretos dada a fraca capacidade de monitorização dessas atividades bastante voláteis. Os limites ao endividamento foram utilizados como forma de administrar a vulnerabilidade da dívida.

do petróleo; foram adotados um mecanismo de ajuste automático de preços, um plano para a reforma da EMAE, uma estratégia abrangente para o problema dos créditos malparados e um novo IPC; além disso, um novo projeto de Lei de Resolução Bancária foi submetido à Assembleia Nacional. Contudo, algumas reformas importantes ainda estão por concluir, nomeadamente a adoção do IVA e as reformas da administração fiscal.² Embora os planos de melhoria da gestão e de produção energética a custos reduzidos para a EMAE tenham sido elaborados, a sua adoção foi adiada por causa das eleições. Além disso, a Avaliação da Qualidade dos Ativos (AQA) do sistema bancário só foi concluída em abril de 2019, um atraso significativo relativo à data inicialmente prevista de dezembro de 2017. Embora a economia tenha crescido a um ritmo constante de 3 a 4% ao ano, este desempenho não foi suficiente para gerar o número de postos de trabalho necessários para atender a uma população jovem e em rápido crescimento.

10. A capacidade reduzida, a economia pequena e a dependência em relação ao financiamento externo também contribuíram para os atrasos na execução das reformas. Por exemplo, demorou algum tempo para as autoridades conseguirem obter o financiamento necessário para conduzir a AQA. Posteriormente, as autoridades enfrentaram também dificuldades na contratação de consultores, dada a dimensão reduzida do projeto.

D. Desenho dos Programas

11. O acordo ECF de 40 meses revelou ser o instrumento mais apropriado em vista da situação do país como um estado frágil e de baixos rendimentos. Embora o nível de acesso no âmbito do acordo de 2012-15 pareçam ter sido apropriado, um programa de maiores dimensões em 2015-18 talvez tivesse sido benéfico, uma vez que a entrada de recursos externos foi muito inferior ao inicialmente esperado. Alguns pressupostos básicos, nomeadamente sobre o crescimento, o impacto das medidas da administração fiscal e a entrada de recursos externos, poderiam ter sido mais conservadores.

12. Várias características do desenho dos programas contribuíram para uma política orçamental subjacente mais expansionista. Especificamente, os programas permitiram excluir da condicionalidade referente à meta para o DPI os investimentos ligados ao donativo da UE em apoio ao orçamento, bem como a contratação de financiamentos internos num montante equivalente para financiar o DPI. Em 2017, essas exceções corresponderam a cerca de 1,2% do PIB. Além disso, o programa permitiu o endividamento interno de até USD 3 milhões (quase 1% do PIB) para compensar a insuficiência de recursos externos. Em 2017, este fator de ajustamento foi plenamente utilizado.

² A Lei do IVA foi submetida à Assembleia Nacional em julho de 2018 e reintroduzida pelo novo governo. A lei foi aprovada pela Assembleia Geral na generalidade em agosto de 2019.

E. Lições aprendidas

- 13. As metas dos programas devem ser ambiciosas porém realistas, ao reconhecer que, num ambiente frágil, as reformas estruturais exigem tempo e persistência.** Por exemplo, em retrospecto, as projeções do impacto das medidas fiscais sobre as receitas poderiam ser sido mais conservadoras. Isto porque reformas de grande envergadura exigem a gestão de mudanças e só produzem resultados depois de algum tempo. Algumas mudanças não podem ser concluídas num único ciclo programático, sobretudo num contexto de baixa capacidade, fragilidade e suscetibilidade a choques externos. Pode-se citar como exemplos o cumprimento de alguns dos parâmetros do programa de 2012-15 durante o programa de 2015-18, como a implementação do novo Índice de Preços no Consumidor e do SAFE-e.
- 14. As metas orçamentais devem ser formuladas de modo a mitigar o impacto de grandes flutuações nas entradas de recursos externos sobre as reservas estrangeiras, no contexto de um regime de paridade cambial fixa.** A mobilização de receitas, inclusivamente com o alargamento da base de tributação através da adoção de um IVA e do fortalecimento da administração da receita, será fundamental para o cumprimento da meta orçamental e a proteção da paridade cambial. Além disso, as projeções sobre a entrada de recursos externos devem ser conservadoras; ao considerar as exceções a aplicar ao apoio orçamental, deve-se ter em plena conta o possível impacto sobre o endividamento interno; e o endividamento interno deve ser limitado, face às constantes insuficiências de recursos externos.
- 15. A formulação dos programas deve franca e explicitamente considerar a fragilidade política.** Ficou claro, em ambos os programas, que o governo tende a se exceder nos gastos e a limitar a cobrança de impostos nos anos eleitorais. As datas das avaliações, as ações prévias, os critérios de desempenho e os parâmetros devem ser definidos de forma a mitigar os riscos de derrapagens. Além disso, as reformas devem ser priorizadas e o programa precisa de ser ajustado para ter em conta a evolução da conjuntura.
- 16. O desenvolvimento e a aplicação de ferramentas de política monetária são importantes para apoiar a paridade cambial.** Conforme ilustrado pela perda expressiva de reservas ocorrida em 2019, o aperto da política monetária poderia interromper e reverter a perda de reservas ao estimular a poupança e a procura de moeda nacional.
- 17. No futuro, os programas devem continuar a enfatizar a promoção do crescimento sustentável e inclusivo, em coordenação com outros parceiros.** Num país com uma população jovem e em rápido crescimento, acelerar o crescimento é um imperativo para que se consiga reduzir a pobreza. Tendo em conta a grande disparidade de género na participação na força de trabalho, promover o empreendedorismo feminino e as oportunidades económicas entre as mulheres poderia produzir resultados rápidos nessa área; além do mais, isto pode ajudar a construir uma base de apoio ao programa global, apoiando o crescimento inclusivo num cenário frágil. Uma vez que a igualdade de género, assim como outras reformas estruturais básicas – como a promoção do

turismo e a solução dos problemas no setor energético – está fora do âmbito de competências do FMI, torna-se essencial estreitar a colaboração com os parceiros de desenvolvimento.

18. As reformas estruturais exigem um envolvimento prolongado e a assistência técnica prática. Conforme observado na EPA de 2012, o êxito do programa de 2005-08 coincidiu com a presença de um representante residente e outros assessores de longo prazo, o que indica que um intenso diálogo de políticas – sobretudo através de um representante residente ou de assessores de longo prazo – é essencial para reagir prontamente à evolução das necessidades. A maioria das missões de assistência técnica, que fornecem diagnósticos e recomendações valiosos, são de curta duração. Por conseguinte, para assegurar a implementação, estas missões têm de ser complementadas por um acompanhamento sustentado e um apoio prático, particularmente na forma de assessores de longo prazo. Por exemplo, um perito itinerante, que visitou o país por períodos de alguns meses, contribuiu de uma forma crucial para que as autoridades pudessem começar a elaborar um projeto de lei do IVA e iniciar os preparativos relativos à sua implementação futura.

19. Opinião das autoridades: Num regime de taxas de câmbio fixas, a eficácia da política monetária é limitada, o que requer que as autoridades tenham uma política orçamental conservadora e coordenada para assegurar a sustentabilidade do regime cambial como âncora nominal da política monetária. A despeito do valor das missões de assistência técnica de curto prazo como fonte de diagnóstico e de recomendações, o apoio prático e alargado, a ser prestado por assessores com experiência relevante, é imprescindível. Mais concretamente, o sucesso da implementação do programa requer que a assistência técnica seja prestada por peritos com experiência no campo da política monetária sob condições de taxas de câmbio fixas.

Anexo I. Tabela 1. Critérios de Desempenho Quantitativos para o Acordo ECF de Três Anos, 2012–15

Descrição	Situação da condicionalidade			
	A1	A2	Pedido próx. prog.	
	Data do Conselho	Jun-13	Dez-13	Jul-15
	Data de teste	Dez-12	Jun-13	Dez-14
Piso do saldo primário interno				
Teto da variação do financiamento interno líquido do governo central (à taxa de câmbio do programa)				
Piso das reservas internacionais líquidas do banco central				
Teto dos atrasados de pagamentos externos do governo central (stock)				
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo governo central ou pelo BCSTP				
Teto do stock da dívida externa com vencimento original inferior ou igual a um ano devida ou garantida pelo governo central ou pelo BCSTP				

Cumprido
 Não cumprido

Anexo I. Tabela 2. Critérios de Desempenho Quantitativos para o Acordo ECF de Três Anos, 2015–18

Descrição	Situação da condicionalidade						
	A1	A2	A3	A4	A5		
	Data do Cons./obs.	Jun-16	Dec-16	Dez-17 (combin.)	Dez-17 (combin.)	Jul-18	Jun-19
	Data de teste	Dez-15	Jun-16	Dez-16	Jun-17	Dez-17	Jun-18
Piso do saldo primário interno							
Teto da variação do financiamento interno líquido do governo central (à taxa de câmbio do programa)							
Piso das reservas internacionais líquidas do banco central							
Teto dos atrasados de pagamentos externos do governo central (stock)							
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo governo central ou pelo BCSTP							
Teto do stock da dívida externa com vencimento original inferior ou igual a um ano devida ou garantida pelo governo central ou pelo BCSTP							

Cumprido
 Não cumprido

Anexo I. Tabela 3. Indicadores de Referência Estruturais no âmbito do Acordo ECF de Três Anos, 2012–15

Categoria	Descrição	Situação da condicionalidade			
			A1	A2	Pedido do próx. prog.
		Data de teste	Dez-12	Jun-13	Dez-14
		Data do Cons./obs.	Jun-13	Dez-13	Jul-15
Pedido do programa	Desenvolver um plano estratégico de reforma para modernizar a administração fiscal, em linha com as recomendações do FAD.				
	Reforçar o controlo interno ao preparar as contas do governo geral para 2012 e enviá-las ao Tribunal de Contas.				
	Reforçar o controlo interno ao reconciliar e certificar os atrasados cruzados entre a ENCO, a EMAE e o Tesouro, e definir uma estratégia comum para tratar desta questão e prevenir a acumulação futura de atrasados entre estas entidades.				
	Melhorar a gestão da liquidez através da criação de um quadro de previsão da liquidez, reservas internacionais e contas do Estado para identificar excessos ou défice de liquidez.				
	Reforçar a supervisão e regulamentação bancária, ao – Concluir o processo de supervisão in loco dos dois bancos comerciais restantes.				
	Reforçar a supervisão e regulamentação bancária, ao – Concluir o processo de supervisão in loco do maior banco comercial.				
	Reforçar a supervisão e regulamentação bancária, ao – Concluir o processo de supervisão in loco de dois bancos comerciais.				
	Reforçar o quadro CBC/FT através do envio à Assembleia Nacional das propostas de alteração da Lei CBC/FT.				
A1	Administração aduaneira: Concluir a segunda fase da implementação do SYDONIA World, ao Ativar todas as funcionalidades e estabelecer um procedimento totalmente informatizado.				
	Administração fiscal: Melhorar a gestão dos contribuintes e o cumprimento das obrigações fiscais, ao Aumentar a segurança do Registo de Contribuintes, estabelecer uma unidade dedicada aos grandes contribuintes e criar um dossiê único informatizado por contribuinte.				
	Reforçar o controlo interno ao finalizar um plano para liquidar, ao longo do tempo, os atrasados da EMAE com a ENCO e evitar a recorrência do problema de atrasados cruzados no futuro.				
	Estatísticas do IPC: Melhorar as estatísticas do índice de preços no consumidor, ao Redefinir as ponderações das componentes do IPC e incluir novos bens e serviços no cabaz do IPC.				
	Alargar a base de tributação ao lançar o projeto “Operação Inclusão de Contribuintes” e: Registrar 500 novos contribuintes a partir da data de lançamento do programa.				
	Alargar a base de tributação ao lançar o projeto “Operação Inclusão de Contribuintes” e: Registrar 800 novos contribuintes a partir da data de lançamento do programa.				
	Proceder aos preparativos para a instalação de um Guiché Único para o comércio internacional ao: Eliminar os documentos impressos e adotar a assinatura e aprovação eletrónicas de documentos.				
	Proceder aos preparativos para a instalação de um Guiché Único para o comércio internacional ao: Estabelecer a conectividade e a gestão do NIF aduaneiro/fiscal.				
	Reforçar o controlo interno ao eliminar todos os atrasados entre o Tesouro e a EMAE.				
	Reforçar a supervisão e regulamentação bancária ao elaborar um projeto de lei do Banco Central revisto que fortaleça a autonomia do Banco Central em linha com as normas internacionais, inclusive na resolução de bancos com problemas.				
	Reforçar a supervisão e regulamentação bancária ao: Assegurar que todos os bancos comerciais publiquem contas financeiras auditadas referentes a 2013 ou aplicar sanções pelo descumprimento.				
	Reforçar a supervisão e regulamentação bancária ao: Assegurar que todos os bancos comerciais abertos ao público apresentem rácios de fundos próprios/ativos ponderados pelo risco de pelo menos 12%.				

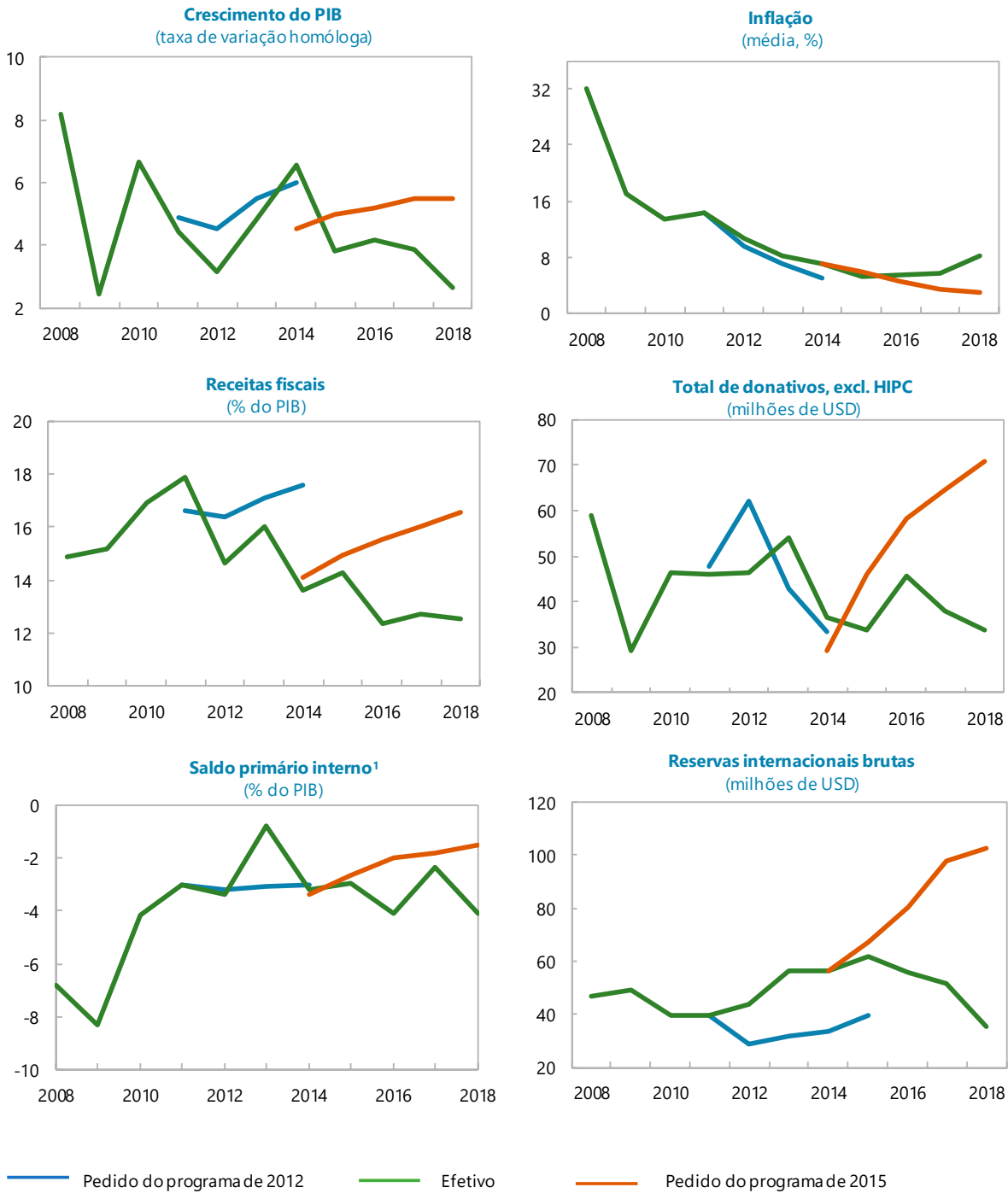
	Cumprido
	Não cumprido
	Parcialmente cumprido
	Cumprido com atraso
	A confirmar
	Ações prévias

Anexo I. Tabela 4. Indicadores de Referência Estruturais no âmbito do Acordo ECF de Três Anos, 2015–18

Categoria	Descrição	Situação da condicionalidade				
		A1	A2	A3 e A4 combin.	A5	
		Data de teste Data do Cons./Obs.	Dez-15 Jun-16	Jun-16 Dez-16	Dez-16 e Jun-17 Dez-17	Dez-17 Jul-18
Pedido do programa	Elaborar, em consulta com a ENCO e a EMAE, e apresentar ao FMI um plano abrangente com um calendário claro para regularizar todo o stock de atrasados e evitar a acumulação de novos atrasados.					
	Adotar um plano para reformar a EMAE (empresa pública de energia e água) para assegurar a plena recuperação dos custos.					
	Adotar um mecanismo automático de ajustamento de preços que permita a transmissão dos custos das importações com vistas à sua aplicação gradativa em 2016. (Ação prévia relativa à segunda avaliação)					
	Concluir uma avaliação detalhada da conformidade com os Princípios Fundamentais de Basileia.					
	Formular e apresentar ao corpo técnico uma estratégia abrangente para ajudar os bancos a fazer face aos empréstimos malparados elevados nos seus balanços.					
	Apresentar a nova Lei de Resolução Bancária à Assembleia Nacional.					
	Publicar a série revista das contas nacionais até 2013.					
	Iniciar a compilação mensal da nova série reponderada e alargada do IPC.					
A1	Desenvolver e apresentar à Assembleia Nacional uma estratégia de diversificação das exportações nacionais.					
	Apresentar à Assembleia Nacional a nova Lei do.					
	Adotar legislação para transferir a execução da cobrança de impostos atrasados da justiça fiscal para a administração.					
	Concluir uma avaliação da gestão do investimento público (PIMA) e apresentar ao corpo técnico um plano de reforma para fortalecer as práticas de gestão dos investimentos.					
A2	Criar uma política para o Conselho de Auditoria do BCSTP que especifique uma função semelhante à de um comité de auditoria convencional, com responsabilidade pela supervisão dos mecanismos de auditoria interna e externa e reporte.					
	Apresentar o projeto da lei das parcerias público-privadas (PPP) à Assembleia Nacional.					
A3 e A4	Concluir uma avaliação independente e pormenorizada da qualidade dos ativos (AQA) dos bancos.					
	Concluir a avaliação da regulamentação e supervisão em lugar de uma avaliação cabal da conformidade com os Princípios Fundamentais de Basileia.					
A5	Adotar um orçamento para 2018 que seja coerente com os parâmetros do programa.					
	Adotar o plano de gestão financeira e o plano de produção energética a custos reduzidos para a EMAE.					
A5	Adotar medidas de contenção das perdas da EMAE no curto prazo.					
	Transmitir mensalmente os quadros de controlo dos pagamentos de impostos dos dez maiores contribuintes no período de junho a outubro de 2018.					
	Exigir que o consultor externo complete o relatório inicial relativo ao exame da qualidade dos ativos dos bancos.					
	Emitir uma resolução para incorporar ao orçamento de 2018 medidas do lado da despesa, em linha com o programa.					
A5	Cobrar os impostos atrasados devidos pela Rosema e outros grandes contribuintes (38 milhões de dobras).					
	Cobrar os passivos fiscais acumulados em 2018 pelos grandes contribuintes (60 milhões de dobras).					

	Cumprido
	Não cumprido
	Cumprido com atraso
	A confirmar
	Ações prévias

Anexo I. Figura 1. Indicadores dos Programas, 2008–18



Fontes: Autoridades são-tomentes e cálculos do corpo técnico do FMI.

¹ Os dados de 2018 incluem o financiamento não contabilizado.

Anexo II. Matriz de Avaliação dos Riscos 2019¹

Fonte de riscos	Probabilidade relativa	Horizonte temporal	Potencial impacto	Resposta de política
Riscos internos				
Derrapagens da política orçamental	Média	CP	Alto. Despesa pública adicional e uma débil cobrança de receitas podem colocar pressão acrescida sobre as reservas internacionais e a taxa de inflação.	Identificar medidas concretas para cumprir as metas orçamentais de 2019, incluindo ações prévias destinadas a salvaguardar a consolidação e as reformas.
Risco político	Média	CP, MP	Alto. A fragilidade política pode perturbar a continuidade das políticas, desencorajar o investimento privado e atrasar as reformas e a implementação de projetos.	Melhorar a governação, codificar os procedimentos inerentes à aprovação do investimento privado e institucionalizar a agenda de reformas essenciais.
Capacidade de implementação limitada	Alto	CP, MP	Médio. Pode afetar a cobrança de impostos e os controlos sobre a despesa e retardar as reformas estruturais (por exemplo, a reforma da EMAE), assim como a implementação de projetos.	Prestar assistência técnica continuada e prática.
Fragilidade continuada do setor bancário	Média	CP, MP	Baixo. O alto nível persistente do crédito malparado pode paralisar, ainda mais, a já anémica expansão do crédito e a regulamentação insuficiente dos bancos pode negligenciar os riscos de estabilidade financeira.	Elaborar indicadores de referência estruturais para implementar as medidas que visam reduzir vulnerabilidades e atualizar os regulamentos bancários.
Riscos externos				
Atrasos nos desembolsos dos doadores	Média	CP, MP	Alto. O país depende muito do apoio externo e tais atrasos podem abalar o crescimento e exacerbar a perda de reservas internacionais.	Designar o Tesouro para coordenar os projetos com financiamento externo, de modo a evitar atrasos.
Endurecimento agudo das condições financeiras globais. Isto causa um aumento do serviço da dívida e dos riscos de refinanciamento; pressão sobre as empresas, os agregados familiares e os entes soberanos alavancados; pressão sobre a conta de capital e uma contração económica generalizada. Esse endurecimento poderia ser o resultado de: <ul style="list-style-type: none"> • A expectativa do mercado no sentido de os EUA aplicarem uma política monetária mais rigorosa, em função do forte aumento dos salários e uma inflação superior às previsões. • O aumento sustentado no prémio de risco em reação às preocupações sobre os níveis de dívida nalguns países da área do euro; um Brexit desordenado; ou deslizes políticos idiossincráticos em grandes mercados emergentes. 	Baixa Baixa	CP CP	Baixo. Pode levar a um menor grau de disponibilidade do crédito concessional e a taxas de juro mais altas para novos empréstimos.	Mobilizar receitas orçamentais e dar continuidade à consolidação orçamental para reduzir as necessidades de financiamento externo. Diversificar as fontes de financiamento.
Crescimento global mais fraco do que o previsto. O abrandamento do crescimento a nível mundial pode sincronizar-se, na medida em que as perspetivas mais fracas nos EUA, na Europa e na China alimentam-se mutuamente, com impacto sobre os resultados das empresas, os preços dos ativos e o desempenho do crédito.				Implementar a estratégia para o desenvolvimento do turismo, melhorar a produtividade da agricultura e reduzir gradualmente a dependência dos donativos externos.

¹ Fonte: Avaliação do corpo técnico do FMI.

A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra acontecimentos que podem alterar de forma relevante a trajetória de base (o cenário mais provável na opinião do corpo técnico do FMI). A probabilidade relativa representa a avaliação subjetiva do corpo técnico dos riscos em torno da base ("baixa", destina-se a indicar uma probabilidade inferior a 10%; "média", uma probabilidade de entre 10 a 30%, e "alta", uma probabilidade de entre 30 a 50%). A MAR reflete a perspetiva do corpo técnico sobre a fonte dos riscos e, de modo geral, as preocupações manifestadas na altura em que as discussões com as autoridades se realizaram. Os riscos exclusivos não mútuos podiam interagir e concretizar-se conjuntamente. "Curto prazo (CP)" e "médio prazo (MP)" destinam-se a indicar que o risco em questão pode materializar-se dentro de um período de 1 ano e 3 anos, respetivamente.

<p>• EUA: A confiança amaina no contexto de uma expansão duradoura, com as valorizações de ativos sob pressão, o aumento da alavancagem e a dissolução do estímulo fiscal, levando assim ao fecho repentino do hiato da produção em vez de uma 'aterragem económica suave'.</p> <p>• Europa: No curto prazo, a fraca procura externa leva a que as empresas da área do euro adiem o seu investimento, e o nível de confiança vacilante reduz o consumo privado. A reação financeira adversa do mercado à sustentabilidade da dívida abranda o crescimento ainda mais. Um Brexit desordenado pode causar uma perturbação do funcionamento do mercado com repercussões negativas. A médio prazo, o desrespeito pelas regras fiscais comuns e a rentabilidade crescente da dívida dos países altamente endividados põem à prova o quadro de políticas da área do euro, com efeitos adversos sobre a confiança e o crescimento.</p> <p>• China: No curto prazo, a intensificação das tensões comerciais e/ou uma quebra do mercado imobiliário provocam uma contração económica, que não é compensada pela flexibilização das políticas. A desalavancagem é protelada e surgem tensões financeiras, incluindo a saída de capitais e pressões cambiais. No médio prazo, os avanços insuficientes registados na desalavancagem e no rebalanceamento reduzem o crescimento e aumentam a probabilidade de um ajustamento disruptivo maior. Haveria repercussões negativas na economia global, refletidas nos volumes comerciais, nos preços das matérias-primas e nos mercados financeiros.</p>	<p>Média</p> <p>Alto</p> <p>Média</p>	<p>CP, MP</p> <p>CP, MP</p> <p>CP, MP</p>	<p>Baixo. As ligações económicas entre São Tomé e Príncipe e os Estados Unidos são limitadas e portanto o impacto potencial seria baixo.</p> <p>Baixo. A diminuição da procura externa pode prejudicar as exportações do país, sobretudo o seu setor do turismo, provocando a redução do crescimento do PIB real e da acumulação de reservas.</p> <p>Baixo. O apoio da China, até hoje apenas na forma de donativos, não deverá ser afetado dado que o montante envolvido é muito baixo e a relação diplomática entre a China e São Tomé e Príncipe foi renovada recentemente.</p>	
<p>Intensificação dos riscos de segurança em partes de África, Ásia, Europa, América Latina, e/ou o Médio-Oriente causa perturbações socioeconómicas e políticas a nível regional, com o potencial de se repercutirem globalmente.</p>	<p>Alto</p>	<p>CP, MP</p>	<p>Baixo. Este risco pode afetar negativamente o crescimento global do continente africano, o que acarreta o potencial de uma redução da procura das exportações são-tomenses, assim como uma redução dos fluxos turísticos para o país. Contudo, a situação deste país e a dos países vizinhos tem sido relativamente estável, e os turistas africanos constituem uma parcela relativamente diminuta das suas exportações totais, pelo que o impacto deve ser baixo.</p>	<p>Continuar a manter um ambiente estável e seguro e a diversificar a base turística.</p>
<p>Grandes oscilações nos preços energéticos. Os riscos sobre os preços equilibram-se, o que reflete choques grandes e incertos tanto do lado da oferta como do da procura. No curto prazo, a incerteza em torno dos choques traduz-se numa volatilidade elevada dos preços, complicando assim a gestão económica e afetando adversamente o investimento no setor da energia. Assim que os choques se vão concretizando, podem provocar grandes e persistentes flutuações nos preços. A nível agregado, a subida dos preços do petróleo prejudicaria o crescimento global, mas beneficiaria os exportadores de petróleo.</p>	<p>Média</p>	<p>CP, MP</p>	<p>Médio. O impacto dos preços energéticos <i>mais baixos</i> é misto: por um lado, o país é importador de petróleo, pelo que os preços mais baixos tendem a melhorar a conta corrente. Por outro lado, o imposto sobre a importação de petróleo é uma fonte importante de receitas fiscais, e por isso os preços mais baixos do petróleo podem fazer abrandar as receitas aduaneiras e impor, assim, uma pressão fiscal adicional. Por isso, um maior grau de <i>volatilidade</i> nos preços energéticos tem um impacto médio na gestão das receitas aduaneiras e na implementação do orçamento fiscal.</p>	<p>Melhorar a eficiência da geração de eletricidade, de modo a reduzir as importações de petróleo. Mobilizar receitas fiscais e diversificar as fontes de receitas.</p>

Anexo III. Salvaguardar as Despesas Sociais e Analisar o Impacto das Políticas sobre o Crescimento Inclusivo

- 1. O corpo técnico do FMI vai coordenar os seus trabalhos com os parceiros de desenvolvimento e outras organizações internacionais que se concentram no crescimento inclusivo.** Por exemplo, o corpo técnico, em conjunto com as Nações Unidas e as autoridades, organizou um workshop de dois dias em junho para começar a esboçar as componentes chave de um plano de ação nacional para fomentar o empoderamento e a participação económica das mulheres e a inclusão financeira. Em julho, realizou-se um evento de alto nível, com a duração de um dia, que incorporou painéis de discussão com peritos em igualdade de género para aperfeiçoar e informar o plano de ação nacional.
- 2. Com o objetivo de proteger as camadas mais vulneráveis do país e promover o desenvolvimento económico, vários planos de desenvolvimento já projetados devem iniciar-se em 2019.** No início de 2019, o Banco Mundial aprovou um projeto de cinco anos, no valor de USD 10 milhões, que visa reduzir a pobreza. As duas componentes essenciais do projeto são um programa de transferências monetárias e iniciativas de desenvolvimento de competências. No primeiro ano, o projeto concentrar-se-á no aprimoramento da capacidade governamental e das instituições destinadas a apoiar o sistema de rede de segurança social e o desenvolvimento de competências. O projeto também vai desenvolver um sistema de reconhecimento com vista à identificação adequada dos agregados familiares mais pobres em municípios selecionados e um mecanismo de pagamentos apropriado para a realização de transferências monetárias. Prevê-se que estas duas facetas do projeto venham a melhorar a eficiência e transparência. As transferências monetárias serão complementadas por iniciativas de desenvolvimento de competências, cujo propósito é o de ajudar a retirar as pessoas da pobreza.
- 3. O projeto vai ajudar a incrementar as transferências monetárias condicionais, as atividades ligadas à mudança de comportamento e a formação no domínio das competências empresariais e do turismo no país.** Espera-se que 2570 famílias beneficiem de transferências monetárias (o que equivale a 91% de todos os agregados familiares em estado de pobreza extrema) a um custo anual de cerca de USD 1 milhão (o que em 2016 representava 0,28% do PIB do país), um nível que o governo provavelmente seria capaz de manter no futuro. Um investimento da ordem de USD 7,2 milhões (2,0% do PIB do país) seria exigido para abranger todas as famílias pobres em São Tomé e Príncipe, o que se coaduna com as normas internacionais referentes às despesas em assistência social. Espera-se que as transferências monetárias condicionais sejam iniciadas até ao final de 2019.
- 4. Ademais, o projeto apoiará a criação de uma escola de hotelaria e turismo, para incentivar o desenvolvimento de competências laborais e a formação empresarial a nível do ensino secundário.** Prevê-se que o projeto proposto aumente a empregabilidade dos beneficiários, proporcione oportunidades económicas sustentáveis e reduza a pobreza no curto e longo prazos, especialmente a pobreza extrema.

5. A Organização Internacional do Trabalho anunciou planos para investir USD 1 milhão em São Tomé e Príncipe, em projetos destinados ao emprego juvenil. Entre outros aspetos, o projeto concentrar-se-á no emprego por conta própria. Em 2017, o desemprego juvenil feminino era de 33%, mais do dobro da taxa masculina.

Anexo IV. Constatações e Implicações da Avaliação da Qualidade dos Ativos

- 1. Em março de 2019 foi concluída uma Avaliação da Qualidade dos Ativos, cobrindo os riscos de crédito incorridos pelos bancos.** Apoiada pelo Banco Mundial, a AQA realizada pela Deloitte avaliou a classificação e valorização de uma amostra de exposições creditícias relativas ao final de junho de 2018. Mais concretamente, a AQA considerou se as exposições tinham sido classificadas como empréstimos produtivos quando na realidade eram improdutivos, segundo critérios específicos, e se a constituição de provisões adicionais seria necessária em tais casos. O número de empréstimos incluído na amostra foi de 21 a 57 clientes por banco, cobrindo entre 55 e 88% do crédito total. A avaliação também verificou, através de amostras, o valor das garantias bancárias (principalmente na forma de valores imobiliários) obtidas em substituição do reembolso dos empréstimos, e aplicou probabilidades de incumprimento à exposição dos bancos a entidades do governo central e do setor público (tanto garantias como empréstimos diretos) para calcular as perdas previstas que deviam ser alvo de um provisionamento adicional (embora em termos regulamentares, este provisionamento não seja necessário).
- 2. Os resultados da AQA apontam para erros generalizados na classificação de empréstimos e para a sobrevalorização de garantias.** A AQA descobriu que quase 30% dos empréstimos produtivos (35% dos valores do crédito) tinham sido alvo de erros na classificação, sendo que num dos bancos estes erros atingiram os 90% (em termos gerais, contudo, o crédito malparado foi adequadamente provisionado). Avaliou-se a capacidade dos clientes de assegurar o serviço da dívida com base nas suas operações, e onde isso foi considerado impossível, o valor da garantia subjacente. Nos casos de não viabilidade confirmada, taxas de provisionamento específicas foram então aplicadas aos diferentes casos de dificuldades operacionais – o que em muitos casos levou a défices de provisionamento consideráveis, que foram colmatados com provisões adicionais (em termos gerais, cerca de dois terços dos montantes líquidos dos empréstimos, acrescidos de provisões sobre os juros acumulados). Da mesma forma, os valores imobiliários cedidos ao governo foram avaliados aplicando diretamente fatores de desconto diferentes, e em alternativa, recorrendo ao parecer de peritos locais. Os dois métodos levaram a valorizações sensivelmente semelhantes, que exigiram a aplicação de grandes margens de desconto e, por isso, de provisões de cerca de metade do valor contabilístico do crédito. Além do mais, no caso de um dos bancos, concluiu-se que uma avultada exposição questionável a uma parte relacionada exigia uma provisão plena.
- 3. Em consequência das provisões adicionais que reduzem o valor dos ativos líquidos dos bancos, o valor do seu capital regulamentar deverá baixar consideravelmente,** e é provável que, nalguns casos, esse capital regulamentar tenha de ser reconstituído. Usando dados que se reportam a junho de 2018, a AQA calculou que se todas as provisões recomendadas fossem reconhecidas, o rácio de adequação dos fundos próprios de todo o sistema respeitante aos ativos sem ponderação por grau de risco baixaria em cerca de oito pontos percentuais, de 21,2% para 13,5%, e por conseguinte é provável que alguns bancos tenham de ser recapitalizados.

4. As constatações da AQA também apontam para a necessidade de se reforçar o processo de supervisão e os mecanismos de controlo do BCSTP. Em consequência das deficiências detetadas, a AQA recomenda que o número de funcionários do departamento de supervisão do BCSTP seja aumentado. A evidente falta de pessoal pode ter contribuído para as infrações generalizadas da regulação prudencial, sendo que as inspeções diretas foram realizadas algo infreqüentemente (antes da realização da AQA, dois dos bancos não tinham sido alvo de inspeção durante quatro anos). Para além de contratar mais supervisores, a AQA preconiza o reforço das capacidades, sobretudo no que se refere ao melhor planeamento das ações de supervisão. Ademais, a AQA recomenda o reforço da aplicação das normas em vigor através de um melhor acompanhamento das operações creditícias dos bancos, o que vai exigir recursos adicionais, bem como a imposição de requisitos adicionais para os sistemas de controlo interno e governação dos bancos.

5. Há esforços de reforma em curso, apoiados pela assistência técnica do FMI, que visam remediar as deficiências detetadas pela AQA. Um projeto de AT plurianual sobre a implementação da supervisão baseada no risco no BCSTP prevê: i) o desenvolvimento de um sistema de notação dos bancos com vista a melhorar a monitorização indireta e ii) a elaboração de novas normas sobre os requisitos de gestão de risco dos bancos. Contudo, estas medidas só podem ter um impacto se os supervisores estiverem aptos a identificar os erros de classificação e aplicar medidas corretivas. Este projeto de AT também prevê o reforço das capacidades dos funcionários do BCSTP, bem como uma solução para o problema da falta de pessoal.

Anexo V. Reformas na EMAE e no Setor da Energia

1. A EMAE tem registado grandes prejuízos e acumulado atrasados junto dos fornecedores. Após uma expansão da rede elétrica, o prejuízo da EMAE disparou para cerca de 4% do PIB ao ano em 2016-18, contra uma média de 1,5% do PIB na África Subsariana (ASS). As perdas refletem principalmente grandes perdas técnicas e comerciais (totalizando 42% da energia injetada na rede em 2018). Entretanto, a taxa de cobrança (91% em 2018), inclusivamente de instituições públicas, é inadequada. As perdas têm sido financiadas sobretudo pela acumulação de atrasados à empresa petrolífera nacional, ENCO,¹ os quais atingiram cerca de 20% do PIB no final de 2018.

Anexo V. Tabela 1. Principais Indicadores do Setor da Energia

Parâmetro	Números da EMAE de 2018	Comparador
Taxa de acesso à eletricidade (%)	59	43 ¹
Consumidores de eletricidade	44.535 em 2018	
Capacidade instalada	29,9 MW, sendo que apenas 15 MW são garantidos	
Cabaz energético (%)	94,5 gasóleo, o restante é hidroelétrico	
Custo médio do serviço	USD 0,27/kWh	USD 0,21/kWh ²
Tarifa média	USD 0,23/kWh	USD 0,15/kWh ²
Perdas médias de transmissão e distribuição (%)	37 (sendo 25 perdas comerciais)	15 ³
Taxa de cobrança das faturas (%)	91	93 ²

Notas:

¹ Média ponderada da África Subsariana.

² Valor mediano em 39 países subsarianos.

³ Valor médio ponderado em 39 países subsarianos.

Fontes: Tracking SDG7: The Energy Progress Report <https://trackingsdg7.esmap.org/results>. Banco Mundial, Washington, DC.; Kojima, Masami; Trimble, Chris. 2016. Making Power Affordable for Africa and Viable for Its Utilities. Banco Mundial, Washington, DC. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25091> License: CC BY 3.0 IGO.

2. O Projeto de Recuperação do Setor Energético, do Banco Mundial, presta apoio à melhoria estrutural a longo prazo da EMAE, assim como de todo o setor energético em São Tomé e Príncipe. O projeto consta de quatro componentes principais que cobrem a cadeia de abastecimento de energia, desde a geração até à distribuição, nomeadamente: i) melhoria das

¹ Detida maioritariamente pela Sonangol, uma empresa estatal angolana.

infraestruturas físicas, incluindo a reabilitação e expansão da central hidroelétrica principal, a reabilitação da rede de eletricidade e a instalação de contadores; ii) desenvolvimento do planeamento setorial, sobretudo do Plano de Desenvolvimento ao Menor Custo; iii) estabelecimento de quadros regulamentares, reforço das competências do regulador, AGER e realização de um estudo sobre as tarifas e iv) implementação de um Plano de Melhoria da Gestão (PMG) para a EMAE. O propósito é o de conseguir a recuperação dos custos no médio prazo, reduzindo os custos de produção e as perdas de distribuição, protegendo as receitas através da adaptação da estrutura tarifária e da melhoria da faturação e cobrança e reduzindo os prejuízos comerciais. Além do mais, o projeto está a propor uma atualização da estrutura tarifária em conformidade com uma nova estrutura para os custos da produção e definirá o quadro regulador para alinhar as tarifas com o custo dos serviços a cada quatro anos. Se as ineficiências operacionais (principalmente perdas não técnicas) fossem abordadas, as perdas podiam ser reduzidas para menos de 1% do PIB.

3. Prevê-se que o projeto produza os seguintes resultados no médio prazo:

- Reabilitação da única central hidroelétrica em operação na ilha, a Contador HPP, e expansão da sua capacidade para 3,2 MW até ao final de 2021, a fim de reduzir o custo global da geração de eletricidade.
- Identificação de recursos destinados ao desenvolvimento oportuno do recém-aprovado Plano de Desenvolvimento ao Menor Custo, que identificou como prioridade o desenvolvimento de unidades térmicas duais de 8,8 MW, a óleo pesado (HFO) ou gás natural liquefeito (GNL), e uma unidade solar fotovoltaica de 2 MW. Ademais, parcerias devem ser mobilizadas com o intuito de desenvolver o potencial hidrelétrico existente.
- Melhoria da cobrança feita aos grandes consumidores, através da instalação de contadores avançados, da adoção de práticas de faturação modernas, da instalação de um sistema moderno de informação de gestão e da vinculação do custo de serviços ao pagamento através de uma reforma tarifária.
- Melhoria da eficiência operacional da EMAE, implementando uma nova estrutura organizacional na Direção Comercial e redefinindo as funções da Direção de Finanças e das unidades de apoio à gestão. Tal significaria a seleção de pessoal de acordo com as competências exigidas por cada cargo existente na nova estrutura organizacional, com o apoio de uma empresa especializada em recursos humanos, que está a ser escolhida.
- Redução das perdas comerciais, estabelecendo para esse fim no seio da empresa uma unidade com metas de desempenho anual explícitas e responsabilização dos principais gestores pela consecução das metas anuais de redução de prejuízos.
- Implementação de uma nova estrutura tarifária com base numa estimativa do custo efetivo dos serviços para cada segmento de clientes, com a redução dos subsídios cruzados desproporcionais e a proteção dos segmentos mais vulneráveis através de uma tarifa social.

- Implementação de medidas de gestão da procura para suprimir a procura de eletricidade nas horas de maior procura e para reduzir o consumo global de eletricidade, incluindo: i) um programa para a “troca” das lâmpadas incandescentes por lâmpadas LED, no caso dos consumidores residenciais; e ii) um Programa Nacional de Eficiência Energética dentro da Administração Pública para reduzir o consumo de energia.
- Continuidade da campanha de comunicação em curso para assegurar a aceitação social das reformas e a mudança comportamental dos clientes, no sentido de reforçar a disciplina de pagamento e a redução do roubo de eletricidade.

4. Mais concretamente, as metas que se seguem podem ser alcançadas se houver um forte compromisso por parte do governo:

Anexo V. Tabela 2. Metas de Médio Prazo				
Ano	2018	2020	2021	2022
Perdas comerciais (%)	25	19	17	15
Condições	Base	PMG ¹ e campanha de sensibilização	PMG, sensibilização e PPR ²	PMG acrescido de sensibilização e PPR acrescido de reforço da rede
Perdas técnicas (%)	12	10	10	10
Condições	Base	Início dos trabalhos de modernização	Conclusão dos trabalhos de modernização	Melhoria do planeamento/funcionamento da rede
Cobrança de receitas (%)	91	92	95	95
Condições	PMG implementado, nova organização e sensibilização pública.	Objetivo do desempenho da gestão	Objetivo do desempenho da gestão	Objetivo do desempenho da gestão
¹ PMG: Plano de Melhoria da Gestão. ² PPR: Programa de Proteção das Receitas.				

5. Um estudo da estrutura tarifária já foi completado e foi recomendada uma nova grade de tarifas que permita alcançar a recuperação dos custos dentro de um prazo regulamentar de quatro anos. O projeto de documentação legal já foi elaborado e aguarda a aprovação do Governo. Este estudo financiado pelo Banco Mundial confirmou que a atual estrutura das tarifas possui duas deficiências inter-relacionadas: i) as tarifas médias do sistema são baixas quando comparadas com o custo do serviço e com as de outros sistemas insulares e ii) a estrutura tarifária é

ineficiente – há subvenções cruzadas significativas entre grupos de clientes. Ao longo do tempo, a nova estrutura de tarifas respeitante às categorias de consumidores não individuais será alinhada com os custos de abastecimento e indexada ao custo do combustível. Os potenciais subsídios cruzados nas várias categorias foram cuidadosamente elaborados de modo a manter as tarifas sociais para os clientes mais pobres. Com base num inquérito às famílias realizado em 2018, as tarifas assumem como referência, no caso dos clientes individuais, a disponibilidade de pagar e a acessibilidade. O ajustamento nas tarifas previsto ao longo do prazo regulamentar de 2020-2024 terá de ser alinhado com as melhorias na qualidade do serviço prestado, por forma a evitar um aumento no roubo de eletricidade ou a perda de clientes com meios de produzir a sua própria eletricidade. A atual tarifa média em São Tomé e Príncipe já é mais alta do que a tarifa média na África Subsariana. Espera-se que a implementação da reforma tarifária em 2020 gere cerca de USD 2 milhões em receitas adicionais com a geração de eletricidade no contexto atual.

6. O impacto do projeto do Banco no saldo da EMAE é estimado na tabela abaixo:

Anexo V. Tabela 3. Operações do Setor da Energia, Base 2017–24									
		Efetivo	Efetivo	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
		2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Clientes	u.	43,642	44,535	47,126	49,718	52,156	54,594	57,033	59,471
Produção	GWh	109	108	104	133	144	172	184	201
Térmica	GWh	104.03	102.93	98.33	127.36	124.49	142.09	141.40	128.04
Hidro	GWh	5.05	5.13	5.18	5.18	16.89	27.03	39.66	70.10
Solar	GWh	0.00	0.00	0.00	0.00	2.80	2.80	2.80	2.80
Perdas na central	GWh	4.18	3.53	3.55	3.98	4.24	5.07	5.43	5.94
Energia injetada na rede	GWh	104.9	104.5	100.0	128.6	139.9	166.9	178.4	195.0
Perdas totais do sistema	%	34%	37%	37%	37%	37%	37%	37%	37%
Perdas técnicas	%	11%	12%	12%	12%	12%	12%	12%	12%
Perdas comerciais	%	23%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%
Taxa de cobrança	%	89%	91%	91%	91%	91%	91%	91%	91%
Faturada	GWh	68.7	65.4	63.0	80.4	88.2	104.3	112.4	121.9
Receitas	GWh	61.2	59.5	57.3	73.1	80.2	94.9	102.3	110.9
Receita total da eletricidade	M.USD	12.9	12.7	12.3	15.9	17.5	21.7	23.6	26.0

Anexo V. Tabela 3. Operações do Setor da Energia, Base 2017–24 (fim)

Custos e encargos da EMAE com a eletricidade	M.USD	26.9	27.1	27.2	27.4	27.5	27.7	27.8	28.0
Custo médio da energia produzida	USD por kWh	0.25	0.25	0.26	0.21	0.19	0.16	0.15	0.14
Resultado bruto	M.USD	-14.0	-14.4	-14.9	-11.4	-10.0	-5.9	-4.2	-2.0
Amortização	M.USD	2.3	2.4	2.5	3.2	4.2	4.9	5.8	7.7
Resultado líquido	M.USD	-16.3	-16.7	-17.4	-14.6	-14.2	-10.9	-10.1	-9.7

Como pode ser visto neste modelo, sem uma alteração drástica do custo de produção ou uma revisão tarifária aprofundada (ou uma combinação de ambas as medidas), a EMAE continuará a acumular perdas no curto a médio prazo. Por conseguinte, urge implementar ações imediatas para reduzir a carga fiscal do setor energético.

Medidas prioritárias de recuperação:

- Aceleração do Plano de Melhoria da Gestão (PMG) para reduzir as perdas não técnicas e melhorar o nível de pagamentos. Tal podia incluir medidas que visam evitar a fuga e roubo de gasóleo para fins de produção de energia, estimados em 11% do volume total adquirido para a geração de energia. As perdas comerciais devem ser reduzidas em quatro pontos percentuais no primeiro ano de implementação (2020) e em dois pontos percentuais por ano subsequentemente.
- Implementação, com urgência, das medidas de gestão da procura para suprimir a procura máxima e reduzir o consumo global de eletricidade. Na medida em que a procura máxima pode ser fiavelmente reduzida, um programa de gestão da procura pode fornecer os chamados “Nega-Watts”, que funcionam como um tipo de capacidade negativa. Segundo o estudo realizado sobre a procura, 68% da procura máxima noturna relaciona-se com o consumo residencial, do qual as necessidades de iluminação constituem cerca de 70% do consumo. Atualmente, os requisitos de iluminação são principalmente satisfeitos por meios ineficientes de iluminação incandescente (74% dos agregados familiares utilizam lâmpadas incandescentes) ou lâmpadas CFL, que são moderadamente eficientes (29% das famílias). Caso a EMAE ou o governo levassem a cabo um programa de gestão da procura dos consumidores residenciais que “trocassem” as lâmpadas incandescentes por lâmpadas LED (cerca de três lâmpadas por conta), uma redução considerável da procura máxima de eletricidade e da procura global podia ser alcançada. A redução estimada da capacidade máxima de carga é de cerca de 8 MW, e a redução global de geração de energia é de 15%. Esta campanha reduziria, ainda, as contas dos clientes individuais, assim como o risco de os clientes residenciais virem a incorrer atrasados. Esta abordagem deve ser acompanhada de uma proibição do uso das lâmpadas incandescentes (ou um imposto sobre o seu uso). Todos os órgãos governamentais devem ser orientados para assegurar o uso eficiente de energia nos seus escritórios, quer através da redução do uso dos aparelhos de ar condicionado ou da implementação plena de um programa de lâmpadas LED nas administrações públicas.

- Substituição do atual cabaz energético oneroso, dominado pelo gasóleo, por um cabaz mais económico, constituído por energia hidrelétrica, energia solar, óleo pesado (HFO) ou GNL, dependendo das tendências do mercado, como recomendado pelo Plano de Desenvolvimento ao Menor Custo (PDMC). A eliminação do gasóleo eliminaria, obviamente, o seu roubo. Nesta fase, a opção principal disponível seria a de assegurar recursos para um projeto de energia independente (PEI), destinado a uma unidade dupla HFO/GNL (cuja instalação levaria 18 meses) e uma unidade solar fotovoltaica de 2 MW.

Ações de política requeridas no curto prazo:

Objetivo 1: Reduzir as perdas comerciais em quatro (seis) pontos percentuais e melhorar a taxa de cobrança em três (seis) pontos percentuais até junho de 2020 (junho de 2021), a fim de baixar as perdas comerciais para menos de 15% e elevar a taxa de cobrança para 95% até junho de 2021. Para o efeito, serão tomadas as seguintes medidas:

- a. Aprovação e implementação do PMG. Assinatura de um contrato de desempenho com o Presidente da EMAE e montagem de uma equipa dedicada na EMAE, até setembro de 2019, para implementar as medidas e cumprir os objetivos acima referidos.
- b. Reduzir à metade o roubo de gasóleo até junho de 2020, a fim de baixar para menos de 5% as perdas do volume fornecido para a geração de energia.
- c. Os planos de regularização dos atrasados são acordados com os grandes consumidores privados, as pequenas e médias empresas e os consumidores residenciais. O governo define quais são as instalações de consumo essenciais (sem possibilidade de interrupção do abastecimento) e não essenciais (passíveis de interrupção do abastecimento). Até outubro de 2019, será iniciado o corte do abastecimento devido à falta de pagamento. Entretanto, será lançado o pacote de comunicação para explicar a necessidade de uma ação coletiva para melhorar os serviços de fornecimento de eletricidade.
- d. Modernizar o facturamento e instalar contadores pré-pagos inteligentes. Até junho de 2020, a EMAE irá instalar 1200 contadores pré-pagos em todas as instalações categorizadas pelo governo como não passíveis de interrupção do abastecimento. O consumo não essencial continuará a ser interrompido em caso de não pagamento.
- e. O governo, juntamente com a EMAE, institui um mecanismo para limitar o consumo máximo e assegurar o pagamento atempado das contas pelas entidades públicas, inclusivamente com o corte de serviços da EMAE e com transferências diretas do Tesouro para pagamento da EMAE, a ser implementado até junho de 2019.

Objetivo 2: Reduzir em 15% o consumo global de energia nos próximos 12 meses e facilitar a substituição progressiva das lâmpadas incandescentes num prazo de dois anos. Tal resultará numa ligeira redução líquida da procura, uma vez que o atual crescimento é de 7% ao ano. A redução planeada será atingida através das seguintes medidas:

- a. O governo implementará gradualmente um programa para substituir as lâmpadas incandescentes/fluorescentes por lâmpadas de baixo consumo de energia (LED), o que

pode ser feito num prazo de nove meses. Esse programa terá um custo de USD 1 milhão e será financiado pelo Banco Mundial.

- b. O governo aprovará uma lei que proíbe a importação de lâmpadas incandescentes e fluorescentes, num prazo de dois anos. Realizará ações de sensibilização junto aos principais interessados, como importadores de lâmpadas, ajudando-os a ter acesso a fornecedores de lâmpadas LED.

Objetivo 3: Reformar as tarifas, ao i) instituir um mecanismo e ii) implementar a primeira reforma tarifária após a instalação dos contadores pré-pagos para os grandes consumidores (o que está previsto para ocorrer em 12 meses).

- a. A análise tarifária foi concluída, tendo sido identificada a necessidade de uma profunda reforma tarifária a ser liderada pela Autoridade Geral Reguladora, AGER. A fim de concretizar gradualmente uma estrutura tarifária que reflita os custos, até 2024, o governo terá de aplicar imediatamente, através de um decreto, os ajustamentos propostos relativamente i) à definição da estrutura de tarifas, ii) à definição das categorias de consumidores, iii) aos reajustes das tarifas sociais e iv) ao prazo acordado para alcançar a estrutura de plena recuperação dos custos. Um projeto de decreto foi submetido ao governo e deve ser aprovado até setembro de 2019.
- b. O primeiro aumento das tarifas será implementado após a instalação dos contadores nos grandes consumidores, em 2020.

As metas e medidas de curto prazo são resumidas a seguir:

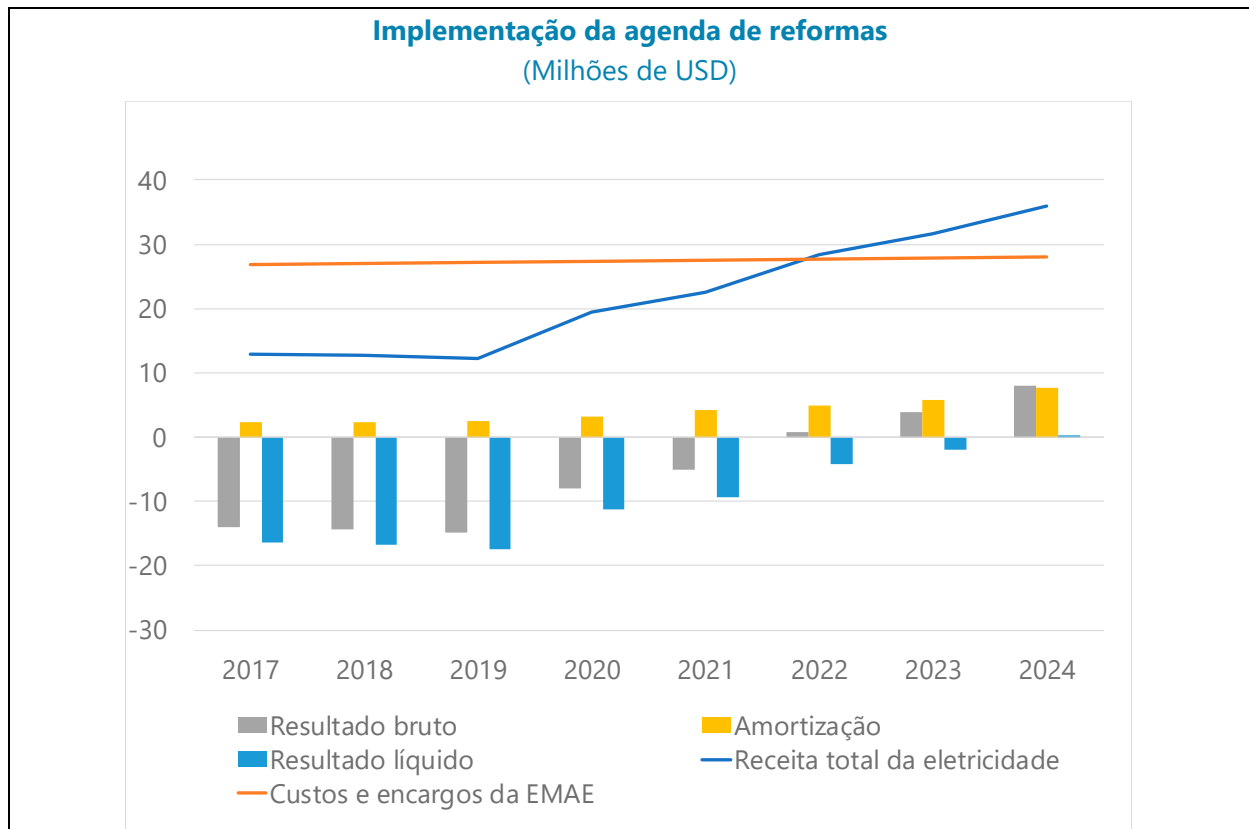
	Base	Junho de 2020	Metas
			Junho de 2021
Reduzir as perdas comerciais a	23 por cento	19 por cento	17 por cento
Reduzir as perdas técnicas a	11 por cento	10 por cento	
Elevar a taxa de arrecadação	89 por cento	93 por cento	95 por cento
Reduzir a perda de gásóleo	10 por cento	5 por cento	

Ações a realizar	Data-limite
1 Assinar um contrato com o Presidente da EMAE e montar uma equipa dedicada para alcançar o objetivo	Set/19
2 Aprovar um decreto sobre o reajuste das tarifas	Out/19
3 Formular um plano de regularização dos atrasados junto aos clientes e cortar a ligação dos clientes que não efetuarem o pagamento	Out/19
4 Instalar 1200 contadores pré-pagos em todos os utilizadores passíveis de interrupção do abastecimento e continuar a cortar a ligação dos clientes que não efetuarem o pagamento	Jun/20
5 Implementar um programa de lâmpadas de baixo consumo de energia (LED) e suspender a importação de lâmpadas incandescentes e fluorescentes	Jun/20
6 Aplicar o primeiro reajuste das tarifas	Fim/20

7. Estas medidas teriam o seguinte impacto nas contas da EMAE, pressupondo que os custos de produção são reduzidos de USD 0,25 por kWh em 2017 para USD 0,14 por kWh em 2024, consoante os resultados do Plano de Desenvolvimento ao Menor Custo:

Anexo V. Tabela 4. Operações do Setor da Energia									
		Efetivo	Efetivo	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
		2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Clientes	u.	43,642	44,535	47,126	49,718	52,156	54,594	57,033	59,471
Produção	GWh	109	108	104	133	144	172	184	201
Térmica	GWh	104.03	102.93	98.33	127.36	124.49	142.09	141.40	128.04
Hidro	GWh	5.05	5.13	5.18	5.18	16.89	27.03	39.66	70.10
Solar	GWh	0.00	0.00	0.00	0.00	2.80	2.80	2.80	2.80
Perdas na central	GWh	4.18	3.53	3.55	3.98	4.24	5.07	5.43	5.94
Energia injetada na rede	GWh	104.9	104.5	100.0	128.6	139.9	166.9	178.4	195.0
Perdas totais do sistema	%	34%	37%	37%	29%	27%	25%	25%	25%
Perdas técnicas	%	11%	12%	12%	10%	10%	10%	10%	10%
Perdas comerciais	%	23%	25%	25%	19%	17%	15%	15%	15%
Taxa de cobrança	%	89%	91%	91%	93%	95%	95%	95%	95%
Faturada	GWh	68.7	65.4	63.0	91.3	102.2	125.1	133.8	146.2
Receitas	GWh	61.2	59.5	57.3	84.9	97.1	118.9	127.1	138.9
Receita total da eletricidade	M.USD	12.9	12.7	12.3	19.4	22.5	28.5	31.6	36.0
Custos e encargos da EMAE com a eletricidade	M.USD	26.9	27.1	27.2	27.4	27.5	27.7	27.8	28.0
Custo médio da energia produzida	USD por kWh	0.25	0.25	0.26	0.21	0.19	0.16	0.15	0.14
Resultado bruto	M.USD	-14.0	-14.4	-14.9	-8.0	-5.0	0.8	3.8	8.0
Amortização	M.USD	2.3	2.4	2.5	3.2	4.2	4.9	5.8	7.7
Resultado líquido	M.USD	-16.3	-16.7	-17.4	-11.2	-9.3	-4.1	-2.0	0.3

Nota: Esta simulação presume: i) a implementação atempada do plano de desenvolvimento ao menor custo, ii) uma redução drástica das perdas comerciais o aumento da taxa de cobrança e iii) a implementação da reforma tarifária proposta, em 2020.



A estrutura dos atrasados por cada tipo de cliente refletida nas contas anuais da EMAE em 2018 é a que se segue, e um calendário correspondente de atrasados podia ser acordado com os maiores clientes para melhorar a situação financeira da EMAE nos próximos três anos.

Anexo V. Tabela 5. Atrasados devidos à EMAE, em novas dobras		
Descrição	31/12/2018	% do total
Governo central	37.261.754	12,6%
Instituição estatal autónoma	28.814.671	9,8%
Governo distrital	71.090.079	24,1%
Administração regional	6.401.508	2,2%
ENASA (autoridade aeroportuária)	21.075.607	7,2%
Outras empresas públicas	2.405.789	0,8%
Clientes industriais	6.662.196	2,3%
Clientes comerciais	23.361.742	7,9%
Clientes individuais	88.855.714	30,2%
Missões diplomáticas	957.942	0,3%
Setor das telecomunicações	2.571.267	0,9%
Setor financeiro	2.689.400	0,9%
Linhas aéreas	190.912	0,1%
Organização privada	2.102.141	0,7%
Trabalhadores da EMAE	147.380	0,1%
Outras entidades	0	0,0%
Credores dos clientes	-10.928	0,0%
TOTAL	294.577.174	
Tipo de cliente	31/21/2018	% do total
Clientes privados, incl. individuais	127.391.314	57%
Clientes públicos	167.185.860	43%
Empresas privadas, excl. individuais	38.535.600	27%
Clientes individuais	88.855.714	30%

Anexo VI. Prioridades da Assistência Técnica

1. As atividades de desenvolvimento de capacidades nos últimos anos refletiram a procura efetiva por parte das autoridades e são totalmente compatíveis com as prioridades de reforma identificadas no âmbito das consultas do Artigo IV e das avaliações do programa.

O FMI prestou assistência técnica (AT) substancial a São Tomé e Príncipe, com ênfase nos seguintes domínios: administração da receita e política tributária, reforma da GFP, resolução bancária e estatísticas macroeconómicas.

As principais realizações incluem:

- Implementação de um mecanismo de ajuste automático dos preços dos combustíveis
- Medidas para fortalecer a GFP
- Redação da lei do IVA e a preparação no sentido da introdução deste imposto
- Aprovação da lei de resolução bancária
- Adoção da supervisão baseada no risco
- Introdução dum mercado interbancário

2. Contudo, a capacidade limitada de recursos humanos atrasou a aplicação das reformas. As atividades de AT mais bem sucedidas foram aquelas seguidas de apoio prático e acompanhamento detalhado.

3. As reformas com prioridade máxima no futuro são:

- Manter a sustentabilidade orçamental e da dívida e reduzir o risco de sobre-endividamento através da consolidação orçamental e da melhoria da gestão das finanças públicas, inclusivamente nas EP.
- Melhorar a mobilização da receita, principalmente com a introdução dum regime de IVA, para criar margem orçamental para as despesas sociais e de investimento.
- Melhorar a política monetária e as operações do banco central.
- Reforçar a estabilidade e a intermediação financeiras mediante a redução dos créditos malparados, a otimização da regulamentação e da supervisão bancárias e a melhoria do quadro de resolução bancária.
- Melhorar a qualidade e a atualidade das estatísticas económicas.

4. Portanto, a estratégia de desenvolvimento de capacidades para São Tomé e Príncipe centra-se nas áreas descritas a seguir, por ordem de prioridade para os próximos três anos e com os principais objetivos a atingir.

Prioridades	Objetivos
Política fiscal e administração de receitas	Transição para o regime do IVA Reforçar a capacidade operacional da administração tributária Instituir um processo de modernização de médio prazo para a administração tributária
Gestão das finanças públicas	Melhorar a preparação e a previsão do orçamento Melhorar a execução orçamental e o controlo de atrasados Reforçar o quadro de despesas de investimento Introduzir o QDMP
Regulamentação e supervisão do setor financeiro	Implementar uma estratégia de redução do crédito malparado Melhorar a avaliação do risco de crédito e de liquidez
Política de despesas	Racionalizar a despesa corrente e melhorar a eficiência da despesa pública Criar margem orçamental
Política monetária e operações do banco central	Desenvolver instrumentos de política monetária Reforçar a lei do banco central e a lei das instituições financeiras e estabelecer uma estrutura de governação que assegure a supervisão independente das operações do banco central
Gestão de crises financeiras	Melhorar os quadros de resolução Apoiar a liquidação bancária em curso
Gestão da dívida	Melhorar a gestão da dívida e dos fluxos de caixa Promover o desenvolvimento do mercado interbancário
Reforma da lei de finanças e orçamento	Reforçar o quadro legal e regulamentar do setor financeiro
Análise de risco sistémico	Aplicar testes de stress
Compilação de estatísticas	Melhorar os dados macroeconómicos (especificamente, melhorar as séries do PIB e do IPC; Melhorar as estatísticas trimestrais da BdP e da PII; Melhorar as estatísticas monetárias e de finanças públicas)

Opinião das autoridades

5. **A experiência mostra que a assistência técnica** fornecida por peritos de longo prazo é mais eficaz porque não só permite o diagnóstico dos problemas, mas também apoia a aplicação das medidas. Por outras palavras, estes peritos podem viabilizar um ciclo completo de AT, do diagnóstico à aplicação de recomendações.

6. **A eficácia da AT** pode ser melhorada através da mobilização de peritos lusófonos para facilitar a interação, porque é mais provável que percebam o cerne do problema e estão mais bem posicionados para otimizar as capacidades dos quadros locais.
7. **Em particular, a AT que inclua formação prática** também se mostrou muito eficaz no contexto da supervisão bancária e das estatísticas.

Anexo I. Carta de Intenções

São Tomé, 17 de setembro de 2019

Senhor David Lipton
Diretor-Geral Interino
Fundo Monetário Internacional
700 19th Street N.W.
Washington, D.C. 20431
EUA

Senhor Diretor-Geral,

Um novo Governo liderado pelo Primeiro-Ministro Jorge Bom Jesus foi empossado em dezembro de 2018 na República Democrática de São Tomé e Príncipe na sequência da realização de eleições parlamentares. O Governo pretende continuar a estreitar a relação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) com vista à implementação de reformas económicas abrangentes para estimular o potencial de crescimento do país.

Em julho de 2015, o Conselho de Administração do FMI aprovou um acordo de três anos ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla inglesa), que expirou no final de 2018.

O objetivo do programa era a promoção do crescimento sustentável e a redução da pobreza. A última avaliação não foi concluída devido às eleições e às derrapagens associadas ao nível da implementação das políticas.

As condições económicas são desafiantes, conforme observado no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) em anexo. Em 2018, as reservas registaram uma perda de cerca de USD 16,3 milhões, a inflação no final do ano disparou para 9% e o crescimento real abrandou para 2,7%, face a um crescimento médio anual de 4% ao longo dos últimos anos.

O novo Governo solicita um novo acordo ECF de quarenta meses para apoiar o programa de reformas económicas de médio prazo do país entre 2019 e 2022. O principal objetivo é gerar um crescimento mais elevado, sustentável e mais inclusivo para criar emprego, reduzir a pobreza significativamente e melhorar as condições de vida da população. Para este efeito, o Governo está empenhado em reforçar a estabilidade macroeconómica, que é fundamental para o desenvolvimento e o crescimento económico. O Governo solicita também que o Conselho de Administração do FMI aprove a aplicação de medidas que resultam em restrições cambiais e numa Prática de Taxas de Câmbio Múltiplas, por um prazo de um ano.

Serão implementadas medidas de consolidação orçamental e restrição monetária para corrigir os desequilíbrios externos e internos patentes na significativa perda de reservas e na aceleração da inflação em 2018. A consolidação orçamental é crucial para gerir o excesso de procura interna no contexto de um regime de paridade cambial. De modo a garantir recursos adequados para estimular o crescimento e prestar serviços públicos – incluindo nas áreas da

proteção social, saúde, educação e manutenção de infraestruturas públicas – é importante mobilizar as receitas internas, de forma eficiente e equitativa, mediante o alargamento da base fiscal e, em especial, a introdução do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e a aplicação efetiva da legislação fiscal. É igualmente importante racionalizar a despesa pública para que a máquina do Estado não desencoraje as atividades económicas do setor privado. O Governo também está empenhado em acelerar o processo de reforma das empresas públicas, sobretudo da EMAE (empresa pública do setor da energia), de modo a reduzir os prejuízos e a aumentar a qualidade dos serviços prestados, o que é essencial para conter os riscos orçamentais e melhorar o ambiente de negócios. Uma política monetária restritiva também será importante para aliviar as pressões sobre a balança de pagamentos. Tais medidas contribuirão ainda para a remoção das restrições cambiais e da prática de taxas de câmbio múltiplas no curto prazo. Além disso, o Governo considera que o empoderamento económico das mulheres é fundamental para promover o crescimento inclusivo.

Para ajudar a atingir os objetivos do programa, o Governo solicita o acesso a 13.320.000 DSE (90% da quota), incluindo um primeiro desembolso de 1.902.857 DSE, quando o Conselho de Administração do FMI aprovar o acordo. Para monitorizar os progressos na implementação da agenda de reformas, o programa inclui um conjunto de critérios de desempenho periódicos e contínuos, metas indicativas, ações prévias e indicadores de referência estruturais, descritos no MPEF e no Memorando Técnico de Entendimento (MTE). Como sinal do nosso compromisso para com o programa, executámos todas as ações prévias necessárias para a aprovação do Acordo ECF.

O Governo acredita que as políticas incluídas no MPEF em anexo são adequadas para atingir os objetivos do programa, mas tomará outras medidas que poderão revelar-se pertinentes para esse efeito. O Governo irá consultar antecipadamente o FMI sobre a adoção dessas medidas antes de quaisquer alterações às políticas contidas no MPEF, em conformidade com as políticas do Fundo sobre esses processos de consulta. O Governo também irá consultar atempadamente o corpo técnico do FMI sobre os termos de eventuais financiamentos externos, para assegurar que estes não comprometem a sustentabilidade da dívida e estão em linha com a política do FMI relativa aos limites de endividamento. Além disso, o Governo compromete-se a i) não introduzir ou intensificar quaisquer restrições cambiais, ii) não introduzir ou impor restrições às importações, iii) não introduzir ou modificar práticas de taxas de câmbio múltiplas e iv) não firmar acordos bilaterais de pagamentos que sejam incompatíveis com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI, um compromisso que constitui um critério de desempenho contínuo no âmbito do Acordo ECF.

Em linha com o seu compromisso para com a transparência e responsabilização, o Governo autoriza o FMI a publicar a presente carta, os respetivos anexos, bem como o relatório do corpo técnico, inclusive na página do FMI na internet, em conformidade com os procedimentos do Fundo, após a aprovação do pedido pelo Conselho de Administração do FMI.

Atenciosamente,

/s/

Oswaldo Vaz,
Ministro das Finanças, do Comércio e da
Economia Azul

/s/

Américo Soares de Barros,
Governador do Banco Central de
São Tomé e Príncipe

Anexos

1. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF)
2. Memorando Técnico de Entendimento (MTE)

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2019–23

INTRODUÇÃO

1. O presente Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) define os principais objetivos do programa de reformas económicas do Governo de São Tomé e Príncipe para o período de setembro de 2019 a janeiro de 2023, para o qual o Governo procura o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) através de um novo acordo de quarenta meses ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla inglesa). O novo acordo ECF sucede ao que foi aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em julho de 2015 e expirou no final de 2018, sendo que a última avaliação deste não foi concluída. O objetivo geral do programa é lançar as bases do crescimento acelerado e inclusivo e catalisar o apoio financeiro de parceiros bilaterais e multilaterais. O acordo ECF dá resposta à pressão imediata sobre a balança de pagamentos através da consolidação orçamental, ao mesmo tempo que reforça a proteção social e apoia a emancipação e participação das mulheres no mercado de trabalho formal.

2. O presente MPEF também analisa o desempenho e a evolução económica recentes. Além disso, avalia as perspetivas e os riscos para a economia, bem como apresenta as políticas macroeconómicas para 2019 e anos seguintes.

EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPETIVAS ECONÓMICAS

3. A economia depara-se com fortes condicionalismos: as reservas internacionais registaram um declínio acentuado, o crescimento abrandou e a inflação subiu em 2018 e manteve-se elevada durante o primeiro semestre de 2019. As reservas de divisas diminuíram USD 16,3 milhões em 2018, como resultado, sobretudo, de um declínio nas entradas de fluxos externos e de um aumento dos gastos orçamentais. Tal verificou-se não obstante a subida significativa das receitas do turismo, que aumentaram cerca de 18%. Consequentemente, as reservas internacionais brutas (RIB) no final de 2018 cifraram-se em cerca de USD 35 milhões (3,3 meses de importações),¹ ficando aquém do nível adequado de reservas segundo a métrica do FMI para os países de baixo rendimento, que é de 3,8 meses de importações. A queda na entrada de fluxos externos juntamente com a perturbação provocada pelas eleições parlamentares e os cortes de energia contribuíram para o abrandamento do crescimento do PIB real em mais de um ponto percentual, para 2,7%. A inflação homóloga disparou para 9% em dezembro de 2018. O crédito à economia contraiu 1,6% em 2018. O ambiente macroeconómico continua a ser difícil. No final de junho de 2019, os desembolsos de donativos externos aumentaram as RIB para 45 milhões

¹ Para efeitos de cálculo da cobertura de reservas em meses de importações, as importações de bens de investimento e a assistência técnica, que são principalmente financiadas com fundos externos, estão excluídas da base de importações de bens e serviços não fatoriais.

(4,1 meses de importações) e a inflação desceu para 8,6% em junho de 2019. No entanto, informações preliminares sugerem que a atividade económica e o crédito à economia continuam letárgicos. Prevê-se que o défice da conta corrente em 2019 aumente devido ao menor volume de donativos e a um nível mais elevado de IDE relacionado com o petróleo, não obstante o crescimento significativo de outras exportações que não do cacau (aumento de 27% face ao período homólogo) e chegada de turistas (aumento de 14%) durante o primeiro semestre de 2019, muito embora a partir de uma base reduzida.

4. A política orçamental expansionista em 2018 contribuiu para a pressão sobre as reservas internacionais. O défice primário interno (DPI) cifrou-se em mais de 4% do PIB em 2018, excedendo por uma larga margem a meta indicativa do último programa de 1,3% do PIB. A posição subjacente foi ainda mais expansionista, cifrando-se em quase 5% do PIB após a inclusão do endividamento contraído pelas entidades orçamentais autónomas, com a aprovação do Ministério das Finanças. Os impostos diretos registaram uma quebra considerável devido ao abrandamento da economia e, porventura, a perturbações no processo de arrecadação fiscal provocadas pelas eleições. A queda nas receitas foi compensada, parcialmente, pela arrecadação bem-sucedida de atrasados fiscais, pelo aumento das receitas do imposto sobre as importações de produtos petrolíferos devido à subida dos preços do petróleo nos mercados internacionais, e pelos cortes na despesa interna. O atraso no desembolso do apoio orçamental da UE (3 milhões de euros) agravou ainda mais os atrasados e a dívida interna.

5. A situação orçamental permaneceu precária durante o primeiro semestre de 2019. Não obstante a melhoria na arrecadação fiscal – designadamente da cervejeira Rosema – e a recuperação de quase 11 milhões de novas dobras de atrasados fiscais, as receitas internas continuaram a deteriorar-se, refletindo a letargia da economia e o desagramento das taxas sobre as bebidas alcoólicas. Além disso, os custos mais elevados de transporte do petróleo, associados a uma diminuição do fornecimento de combustível de Angola, não foram passados para os consumidores, assim reduzindo ainda mais as receitas. Entretanto, os compromissos assumidos pelo anterior Governo, nomeadamente um aumento significativo dos salários do pessoal militar, anularam as poupanças obtidas nas rubricas de bens e serviços, e transferências. Consequentemente, o DPI no fim de junho de 2019 cifrou-se em 1,8% do PIB, ou seja, o dobro da meta.

6. O setor bancário sofre os efeitos de condições financeiras difíceis, custos operacionais elevados e provisionamento adicional constatados na avaliação da qualidade dos ativos (AQA) e na supervisão do BCSTP. A contração do crédito à economia observada em 2018 manteve-se no corrente ano. Os bancos estão hesitantes em conceder crédito devido a uma economia débil e ao elevado rácio de crédito malparado (22% no final de junho de 2019) resultante do mau funcionamento do sistema judiciário e de um lento processo de saneamento dos balanços dos bancos. O rácio de eficiência também é elevado. Não obstante, a provisão do crédito malparado permaneceu elevada, embora tenha diminuído nos últimos quatro anos. Na avaliação da qualidade dos ativos, que foi concluída recentemente, foi constatada uma generalizada classificação incorreta dos empréstimos, o que resultou em mais necessidades de

provisionamento, após o qual alguns bancos terão de ser recapitalizados. As implicações macrofinanceiras continuam a ser uma preocupação, uma vez que os atrasos nos pagamentos por parte das entidades públicas impedem os fornecedores de cumprir as suas obrigações inerentes a créditos contraídos, a cobrança dos créditos em incumprimento continua difícil e a concessão de empréstimos deverá manter-se em níveis baixos devido à economia frágil e aos constrangimentos dos balanços dos bancos.

7. O total da dívida pública ou com garantia pública (PGP), que inclui a dívida da EMAE, os empréstimos contraídos por entidades públicas (como a Assembleia Nacional e os Tribunais) e atrasados do Governo a fornecedores, situou-se acima de 90% do PIB no fim de junho de 2019. No período de 2015 a 2018, a acumulação contínua de atrasados da EMAE para com a ENCO², o seu fornecedor de combustível, mais do que compensou a redução da dívida em consequência do crescimento da economia real, da regularização da dívida resultante de subsídios ao preço do petróleo no passado (usando os proveitos da diferença entre os custos de importação e os preços mais elevados praticados internamente) e dos desembolsos limitados de novos empréstimos externos. Os atrasados da EMAE aumentaram USD 50 milhões nesse período, passando de 14% do PIB em 2015 para 23% do PIB em 2018. A acumulação de atrasados acelerou para USD 9,4 milhões durante o primeiro semestre de 2019 e pode subir ainda mais na segunda metade do ano devido à sazonalidade. Além disso, no âmbito de um apuramento exaustivo realizado pelo Ministério das Finanças, foram identificadas mais dívidas do Governo a fornecedores internos (além da EMAE e da empresa de telecomunicações, CST) num valor global de USD 25 milhões (cerca de 6% do PIB), acumuladas nos últimos anos, devido à queda dos donativos e empréstimos para projetos. Estão em curso esforços para identificar as circunstâncias desses atrasados.

8. O país continua sobre-endividado devido aos atrasados externos que há muito que estão por regularizar. No total, os atrasados externos por regularizar cifravam-se em 2,6% do PIB em 2018 (USD 10,7 milhões) e são devidos a Angola (USD 4,8 milhões), Brasil (USD 4,3 milhões) e Guiné Equatorial (USD 1,7 milhões). O Governo tem mantido contactos contínuos com os países credores. Foram enviadas novas correspondências em fevereiro de 2019 e subsequentemente tiveram lugar reuniões com a Guiné Equatorial e com Angola em maio e em julho, respetivamente. Foi alcançado um acordo com o Governo do Brasil, que carece ainda de ratificação pelo Senado brasileiro.

9. Além disso, os persistentes e elevados atrasados da EMAE à ENCO agravam a vulnerabilidade da dívida do país. Os atrasados da EMAE à ENCO foram recentemente formalizados com um prazo de amortização alargado (incluindo qualquer novo atrasado que possa ocorrer até que a EMAE volte a registar um excedente de exploração), o que ajudou a trazer o valor atual do total da dívida pública – que inclui os atrasados da EMAE à ENCO e a dívida recentemente apurada do Governo a fornecedores privados – para um valor inferior ao

² A ENCO, uma empresa maioritariamente detida por uma empresa pública de Angola, é o único fornecedor de petróleo do país. Os atrasados da EMAE com a ENCO aumentaram consideravelmente desde 2016 devido a uma expansão da rede de distribuição de eletricidade.

limiar de 55% definido ao abrigo do quadro de sustentabilidade da dívida do FMI e do Banco Mundial. Contudo, a acumulação contínua de atrasados pela EMAE também elevou o risco de um grande volume de atrasados da ENCO à sua controladora, a Sonangol. Além disso, os elevados atrasados da EMAE ao seu fornecedor também refletem os graves constrangimentos de liquidez do setor público. Como o Governo está empenhado em contrair apenas empréstimos concessionais e a um ritmo prudente, em utilizar donativos para financiar os grandes projetos (como a expansão e a reabilitação do aeroporto) em implementar reformas na EMAE para eliminar os seus prejuízos avultados, o rácio dívida/PIB do país deverá cair.

10. Uma vez que o Governo está empenhado em implementar reformas profundas, as perspectivas irão melhorar a médio prazo. Prevê-se que a economia recupere gradualmente das perturbações verificadas no ano passado relacionadas com as eleições e os problemas energéticos. O crescimento do PIB real deverá situar-se em 2,7% em 2019, o mesmo valor de 2018. Com a melhoria do fornecimento de energia e a implementação dos projetos com financiamento externo, prevê-se que o crescimento suba para 3,5% em 2020, 4,0% em 2021 e 4,5% nos anos subsequentes. As entradas de fluxos externos (incluindo IDE), que foram afetadas pelas incertezas em torno das eleições, estão a recuperar para níveis anteriores às eleições. Os preparativos para a expansão do aeroporto com donativos da China e a construção de estradas apoiada pelo Banco Mundial estão num estágio avançado, e estas obras poderão arrancar no início do próximo ano. No futuro, esses projetos poderão estimular o turismo e os agronegócios. Prevê-se que a inflação caia para 7,8% até ao final de 2019, como resultado da consolidação orçamental e restrição monetária. Devido ao efeito extraordinário da introdução prevista do IVA em 2020, estima-se que a inflação suba para 10%, mas a médio prazo, deverá descer gradualmente para 3% graças a uma consolidação orçamental significativa. O IVA poderá vir a aumentar as receitas fiscais em 2% do PIB. Após dois anos de preparação, prevê-se que as reformas da EMAE comecem a reduzir os prejuízos da empresa e a importação de petróleo ao longo do tempo. Além disso, um aumento do fornecimento de eletricidade, mais fiável e a menor custo também poderá impulsionar a atividade económica.

DESEMPENHO DO PROGRAMA PASSADO

11. Os progressos registados ao abrigo do último programa apoiado pelo acordo ECF foram limitados. Embora a dívida do governo central (que é uma meta ao abrigo desse acordo) tenha registado uma diminuição de cerca de 2% do PIB no período 2015-18, o total da dívida pública subiu aproximadamente 6% do PIB³, sobretudo devido à acumulação contínua de atrasados da EMAE com a ENCO e da dívida do Governo a fornecedores. A base económica também continuou limitada. A inflação aumentou, enquanto as reservas internacionais registaram uma descida. Os poucos progressos refletem a reduzida capacidade e as derrapagens de política. A consolidação orçamental foi interrompida pelas eleições, e o défice primário

³ Incluindo os atrasados da empresa pública EMAE ao seu fornecedor de petróleo, a ENCO, uma empresa maioritariamente detida pelo Governo de Angola e que é o único fornecedor de petróleo do país (excluindo a dívida do governo central à EMAE na consolidação).

interno (DPI) ultrapassou a meta em mais de 2% do PIB em 2016 e 2018, ambos anos de eleições. Além disso, as receitas fiscais caíram de 14,5% para 12,5% do PIB entre 2014 e 2018, em parte devido à elevada dependência dos impostos sobre as importações e ao baixo grau de cumprimento fiscal.

12. A sexta avaliação não foi concluída devido às derrapagens causadas pelas eleições. Quase todos os critérios de desempenho e metas indicativas no final de junho para a última data de teste foram cumpridos, com a exceção da meta para as reservas internacionais líquidas. Contudo, as metas indicativas para o final de 2018 relativas ao DPI, ao financiamento bancário líquido do governo central e às reservas internacionais líquidas não foram alcançadas por uma grande margem.

13. A nível estrutural, foram registados alguns progressos, apesar dos atrasos. Por exemplo, foram adotados um mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis, uma estratégia abrangente de redução do crédito malparado e um novo índice de preços no consumidor. O plano de produção de eletricidade ao menor custo e o Plano de Melhoria da Gestão da EMAE foram adotados em abril de 2019 e julho de 2019, respetivamente, quando a meta inicial era junho de 2018. A lei do IVA foi aprovada na generalidade (em primeira leitura) em agosto de 2019, após ter sido submetida à Assembleia Nacional em setembro de 2018. A avaliação da qualidade dos ativos (AQA) do sistema bancário foi também concluída em abril de 2019, o que consubstancia um atraso significativo face à data de conclusão inicialmente prevista: dezembro de 2017. Ainda estão pendentes algumas reformas essenciais, nomeadamente a introdução do IVA e as reformas da lei do banco central e da administração fiscal.

OBJETIVOS DE POLÍTICA PARA 2019–2022

Como resposta à elevada dívida, o Governo prosseguirá a consolidação orçamental, que é o principal instrumento de controlo da procura interna num regime de paridade cambial fixa, complementada por uma política monetária mais restritiva. O Governo promoverá a reforma da EMAE a fim de diminuir a sua acumulação de atrasados à ENCO, para reduzir a vulnerabilidade da dívida. Será também reforçada a supervisão, para fortalecer a estabilidade financeira e eliminar os estrangulamentos estruturais. Tais políticas ajudarão a manter a estabilidade macroeconómica, que é fundamental para apoiar o crescimento sustentável e inclusivo. No médio prazo, o Governo continuará a implementar reformas estruturais para diversificar a economia, reduzir a dependência das importações petrolíferas mediante a reforma do setor da eletricidade, e estimular os progressos na consecução dos principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A. Política orçamental

14. Tal como no anterior ECF, o acordo terá como meta o DPI, que exclui os donativos do lado da receita. Por conseguinte, o enfoque está claramente nos esforços de mobilização de receitas do país. O Governo limitará também o endividamento interno, em linha com os limites

de endividamento fixados no âmbito do programa (medidos com base na variação do crédito bancário líquido ao governo, que constitui um critério de desempenho). Não será permitido o endividamento das entidades públicas (à exceção das empresas públicas) sob a aprovação do Ministério das Finanças; se tal ocorrer, essa dívida será incluída como parte do DPI e do crédito bancário líquido ao governo.

15. É necessário mobilizar receitas e racionalizar as despesas. A médio prazo, a mobilização de receitas e a contenção da despesa irão ajudar a salvaguardar a paridade cambial e a reduzir o fardo da dívida, ao mesmo tempo que se aumentam, gradualmente, as despesas sociais e de investimento. Mais especificamente, o Banco Mundial está a apoiar o programa social do Governo com um projeto a cinco anos no valor de USD 10 milhões, que inclui uma subcomponente de transferência de dinheiro condicional (USD 3,5 milhões), que deverá chegar a 91% das famílias extremamente pobres.

16. O orçamento de 2019 terá como meta um DPI próximo de 2% do PIB, ou 198 milhões de novas dobras. Do lado da receita, a partir de agosto, o diferencial do preço dos combustíveis (retroativamente desde o início de 2019) previamente arrecadado pela ENCO será transferido para o Tesouro, e no segundo semestre o Governo adotará uma sobretaxa sobre os preços dos produtos petrolíferos equivalente a 2 novas dobras por litro de gasolina e gásóleo (sem ser aquele utilizado pela EMAE). A receita na segunda metade de 2019 será impulsionada pelo agravamento (subida de 5% para 15%) da taxa do imposto sobre as vendas no setor das telecomunicações (21 milhões de novas dobras), pela suspensão da dedução relativa ao Artigo 74 (15 milhões de novas dobras) e pelo restabelecimento das anteriores taxas e sobretaxas sobre as bebidas alcoólicas. Entretanto, o Governo reforçará a capacidade da administração fiscal para melhorar a arrecadação de impostos, sobretudo junto dos grandes contribuintes, como a Rosema, e recuperar atrasados fiscais num valor mínimo de 17 milhões de novas dobras durante o corrente ano. O Governo celebrou com a UE um novo protocolo de pesca comercial nas suas águas territoriais, que deverá render 7 milhões de euros em licenças de pesca entre 2019 e 2023. O Governo tomará medidas para garantir que os cidadãos a serviço de organismos internacionais (e das empresas petrolíferas) que operam no país paguem os impostos devidos sobre os rendimentos (4,2 milhões de novas dobras), consoante a lei.

17. Do lado da despesa, as medidas específicas incluem:

- Conter os gastos com pessoal, e aproveitar a diminuição natural do número de funcionários públicos para mitigar o custo da contratação de 25 indivíduos selecionados no ano passado para modernizar a administração fiscal; o retorno desse investimento a médio prazo em termos de melhoria da arrecadação deve mais do que compensar os seus custos. A massa salarial continuará a ser contida a médio prazo, nomeadamente através da racionalização e reforma da administração pública.
- Reduzir o consumo de eletricidade e água nas instituições públicas, definindo plafonds e dando instruções à EMAE para interromper o fornecimento a entidades que ultrapassarem a sua quota.

- Conter o aumento das transferências a menos de 10%, incluindo limitando as transferências para a Assembleia Nacional a 47 milhões de novas dobras, ao mesmo tempo que se reduzem as despesas consignadas dos serviços de cobrança. Neste contexto, o Governo não aprovará a contratação de empréstimos pelas entidades públicas para compensar a diminuição das transferências do Tesouro.
- Executar a despesa primária interna de forma prudente, de acordo com as receitas disponíveis e observando o limite de 1472 milhões de novas dobras. Mais especificamente, o Governo terá como base a seguinte desagregação:

	Final de dezembro de 2019 (milhões de novas dobras)
Total da despesa primária interna	1472
Total da despesa primária corrente	1442
Custos com pessoal	856
Bens e serviços	236
Transferências	290
Outros	61
Despesas de capital financiadas pelo Tesouro	13
Gastos sociais ligados à HIPC	17

18. Um decreto governamental será emitido para alinhar o orçamento com os parâmetros acima definidos, e será aprovada a legislação pertinente para a implementação das medidas do lado da receita, incluindo uma revisão da Lei do IVA para a adoção de uma taxa de 15%, a ser discutida pela Assembleia (*ação prévia*), e será adotado um plano de dotação orçamental mensal para o que falta de 2019 (*ação prévia*).

19. No médio prazo, o Governo prosseguirá a consolidação orçamental para alcançar um equilíbrio entre as despesas primárias internas e as receitas internas. A mobilização contínua de receitas produziria ganhos em termos de receitas fiscais equivalentes a 2% do PIB até 2022, com a consolidação gradual dos benefícios do IVA e o aumento da cobrança de impostos em atraso. Adicionalmente, o Governo manterá ou reforçará as medidas do lado da receita introduzidas este ano, incluindo a sobretaxa sobre os produtos petrolíferos, conforme seja necessário para cumprir os objetivos em termos de mobilização de receitas e arrecadação de impostos, enquanto o IVA estiver a ser implementado. Em simultâneo, o Governo conterà a massa salarial e as despesas com bens e serviços, e elevará progressivamente os gastos sociais e as despesas de investimento. O Governo irá também rever e racionalizar o emprego na função pública para apoiar a contenção da massa salarial e, em paralelo, abrir espaço para o desenvolvimento do setor privado.

20. Serão implementadas as recomendações do FMI em matéria de reforço da administração fiscal. As prioridades incluem: i) a reorganização da Direção dos Impostos para

melhorar a gestão e o planeamento estratégico centrados no cumprimento fiscal; ii) a adoção de práticas modernas de gestão do risco de conformidade, incluindo programas de auditoria que exploram informações de terceiros e iii) a reformulação global do quadro de monitorização do desempenho, incluindo indicadores de desempenho essenciais e programas de bônus. As 25 pessoas selecionadas no ano passado serão contratadas e terão formação tendo em vista a modernização da administração fiscal.

21. Além disso, a arrecadação fiscal, sobretudo dos grandes contribuintes, será monitorizada de perto para garantir o pagamento atempado dos impostos. Serão preparados e partilhados com a missão do FMI relatórios mensais sobre os pagamentos dos impostos e os atrasados fiscais pendentes. As autoridades estarão preparadas para aplicar procedimentos judiciais e administrativos para assegurar que os pagamentos são realizados.

22. O Governo tem como objetivo introduzir o IVA até março de 2020. O projeto de Lei do IVA foi aprovado pela Assembleia Nacional na generalidade em agosto de 2019, e o Governo pretende fixar em 15% a taxa do imposto para a aprovação final da lei na especialidade, até meados de outubro (*indicador de referência estrutural*); um sistema de e-fatura será implementado até setembro. Entretanto, o Governo dará continuidade a outros trabalhos preparatórios de acordo com o cronograma abaixo, incluindo o lançamento imediato da campanha de sensibilização, tal como recomendado pelo FMI; a disponibilização de instalações e equipamentos adequados para os novos funcionários; a implementação de um sistema informático intermédio ajustado à introdução do IVA, que poderá ser posteriormente expandido para um sistema mais abrangente, e a criação de quatro balcões de atendimento aos contribuintes. A formação será estendida aos administradores das repartições fiscais locais, inclusive aqueles do Príncipe. Além disso, as autoridades irão procurar celebrar acordos com os bancos para estes receberem os pagamentos relativos ao IVA. As autoridades irão decidir até ao final de setembro de 2019 sobre a estrutura do sistema fiscal, designadamente os escalões do IVA, e irão rever os outros impostos, designadamente os impostos especiais de consumo, para que estejam em linha com o IVA. Serão elaborados legislação e regulamentos conexos para a promulgação dessas decisões em lei.

Atividade	Prazo
Aprovação final da Lei do IVA (Governo de STP)	15 de outubro de 2019
Implantação do sistema de controle de faturas (DI)	Agosto-setembro 2019
Contratação de especialista em legislação do IVA (FMI)	Setembro 2019
Preparação e aprovação da lei do IEC (DI, advogado FMI)	Setembro-outubro 2019
Contratação de 5 técnicos de TI locais (MF, DI)	Setembro 2019
Atividade	Prazo
Preparação e aprovação de normas sobre reembolsos (DI, advogado FMI)	Setembro-outubro 2019
Preparação e aprovação do regime de pequenos contribuintes (DI, advogado FMI)	Setembro-outubro 2019
Programa de comunicação e educação (DI)	Agosto 2019-março 2020

Contratação de especialista em sistemas informáticos para a DI (FMI)	Setembro 2019
Desenvolvimento do sistema de cadastro (DI)	Outubro 2019
Desenvolvimento do sistema de declaração eletrónica (DI)	Novembro-dezembro 2019
Desenvolvimento do sistema de pagamentos (DI)	Novembro-dezembro 2019
Desenvolvimento do sistema de conta corrente IVA (DI)	Dezembro 2019-fevereiro 2020
Contratação de especialista em cruzamento de informações (FMI)	Janeiro 2020
Desenvolvimento do sistema de cruzamento de informações (DI)	Fevereiro 2020
Atualização do SYDONIA para cobrar o IVA (Alfândegas)	Janeiro-fevereiro 2020
Introdução efetiva do IVA (DI e Alfândegas)	1 de março de 2020

23. O Governo continuará a envidar esforços para implementar um sistema informático de gestão da informação para todo o sistema fiscal. O Governo procura apoios, pois o anterior projeto apoiado pelo BAfD estagnou. Este sistema terá como principais funcionalidades, a notificação automática dos contribuintes em falta, a extração de dados estatísticos, a supervisão e o apoio às atividades de cumprimento fiscal.

24. O Governo está empenhado em prosseguir as reformas da administração pública e a redução da dívida pública. As reformas específicas incluem:

- 1) Melhoria das projeções do quadro macro-orçamental (receitas e despesas), com especial ênfase na produção de previsões realistas de receitas. Mais especificamente, o Governo irá adotar um plano mensal de dotação orçamental para o que resta do presente ano com vista a reforçar a disciplina orçamental (*ação prévia*).
- 2) Reforço da gestão de tesouraria e das capacidades internas da Direção do Tesouro. Para o efeito, o Governo formulará e atualizará mensalmente um plano de financiamento para orientar a emissão de novos Bilhetes do Tesouro, em consonância com o orçamento anual e o plano de financiamento.
- 3) Reforço do controlo das despesas, não acumulação de novos atrasados e atualização do plano de regularização de atrasados para abranger todos os atrasados internos. No âmbito do exercício metódico recentemente realizado pelo Tesouro foram apurados montantes significativos de atrasados a fornecedores privados relativos a projetos contratados pelo Governo durante os últimos anos. De modo a evitar que tal volte a acontecer, será levado a cabo trabalho adicional para identificar as causas, a natureza e a data destes atrasados.⁴ No futuro, o Tesouro será a única entidade pública do governo central autorizada a contrair empréstimos. O Governo está empenhado em não acumular novos atrasados e, se necessário, utilizará a emissão de Bilhetes do Tesouro para cobrir os pagamentos. Além

⁴ Atualmente, esses atrasados não estão inscritos no orçamento.

disso, todos os recursos adicionais disponíveis serão dedicados ao pagamento dos atrasados internos.

- 4) Melhoria dos relatórios financeiros e da consistência entre os dados orçamentais acima da linha e abaixo da linha. O Tesouro procederá à reconciliação mensal dos dados financeiros junto ao BCSTP. A TOFE mensal será transmitida ao FMI até ao 21 dia do mês seguinte.
- 5) Reforço do cumprimento das leis dos concursos públicos para aumentar a eficiência da despesa pública e reduzir as vulnerabilidades à corrupção. A lei dos concursos públicos foi adotada em 2009 e está, de modo geral, alinhada com as recomendações do Banco Mundial. Está a ser atualizada com o apoio do Banco Mundial para dar resposta a questões sociais e sanitárias, de sustentabilidade, contratação eletrónica, contratos-quadro e o mecanismo de conformidade.

B. Política monetária e reservas cambiais

25. Serão implementadas uma série de medidas para aumentar as reservas internacionais. A prossecução da consolidação orçamental será complementada por uma política monetária mais restritiva para incentivar o aumento da poupança em dobras e aliviar a pressão sobre as reservas cambiais. Dada a ineficácia do canal de concessão de empréstimos, espera-se que o efeito adverso das políticas sobre a macroeconomia seja limitado. O Comité de Política Monetária decidiu implementar Operações de Mercado Aberto (OMA), através de operações de absorção de liquidez (cf. Artigo 9.º da NAP 018/2014-OMA). Em consulta com o FMI e os seus peritos em assistência técnica no domínio da política monetária, o BCSTP começará a emitir certificados de depósito no primeiro semestre de 2020 (*indicador de referência estrutural*) e irá calibrar e ajustar o tamanho, a frequência e a taxa de juro desse instrumento com base na avaliação das pressões sobre o câmbio e a inflação. Outras medidas que devem ajudar a estabilizar as reservas são o limite aos gastos públicos que exigem divisas e a atração de fluxos de capital da diáspora.

26. As reformas estruturais de médio prazo também contribuirão para reforçar as reservas. Conforme pormenorizado na secção sobre reformas estruturais, os planos em curso para diversificar a economia (assentes no turismo, na agricultura e nas pescas) e os esforços para reduzir a dependência das importações petrolíferas mediante a reforma do setor da eletricidade irão contribuir para gerar e poupar reservas.

27. A venda futura dos direitos de exploração de petróleo nas áreas administrativas também irá gerar divisas necessárias para o país, em complemento à realização de programas sociais, embora os bónus de assinatura associados não sejam considerados para efeitos de cálculo da meta de reservas do programa. A recente venda de direitos de exploração acrescentou USD 2,5 milhões de bónus de assinatura à Conta Nacional do Petróleo em 2019.

28. No médio prazo, o Governo irá promover o mercado interbancário e a negociação secundária. Atualmente, não existe um mercado secundário para os Bilhetes do Tesouro.

O interesse pelos BT mantém-se elevado, com a emissão de março de 2019 a registar uma procura superior à oferta, à semelhança do que já se tinha verificado nas emissões anteriores. O Governo procurará melhorar a coordenação entre a política monetária e orçamental. Atualmente, a Comissão de Dívida Pública reúne previamente à emissão de BT. No entanto, com a assistência técnica do FMI, o BCSTP e o Tesouro irão trabalhar no sentido de desenvolver e publicar um calendário anual para a emissão de Bilhetes do Tesouro alinhado com as previsões do fluxo de caixa e planos de endividamento. A Comissão de Dívida Pública deverá continuar a reunir regularmente.

29. O BCSTP está comprometido com a boa governação e a transparência. Conforme observado na próxima secção, serão implementadas as recomendações da avaliação das salvaguardas para fortalecer a governação e o funcionamento do BCSTP. Além disso, no início de 2019 foi realizada uma auditoria relativa aos custos de construção da nova sede do Banco Central e à emissão da nova família da dobra.⁵ Também foi nomeado um novo diretor de auditoria do BCSTP em resposta às recomendações da avaliação das salvaguardas.

C. Política do setor financeiro

30. O Governo está empenhado em implementar medidas para abordar as questões levantadas na AQA (indicador de referência estrutural), e tomará medidas adicionais para salvaguardar a solidez do setor bancário. Após a discussão das recomendações com os bancos comerciais, espera-se que sejam emitidas orientações em setembro relativas à reclassificação dos empréstimos, aos requisitos de provisionamento adicional e à consequente recapitalização, conforme seja necessário para a aplicação das medidas até março de 2020 (*indicador de referência estrutural*). Com a assistência técnica do FMI, está-se a trabalhar com vista à adoção de metodologias de avaliação de risco e testes de stress, de modo a conhecer e avaliar melhor a adequação da margem de proteção dos bancos num cenário de condições seriamente adversas.

31. São claramente necessárias medidas para reforçar a supervisão bancária, e diversas reformas já estão em curso. As conclusões da AQA salientam as deficiências na identificação de classificações incorretas das exposições, bem como outras infrações regulatórias, para as quais poderão ter contribuído a realização pouco regular de inspeções presenciais devido à falta de pessoal. Intensificaremos a supervisão à distância e as inspeções presenciais a fim de identificar precocemente os riscos e as situações de incumprimento. Para esse efeito, será preciso aumentar o número de funcionários e a capacidade do departamento de supervisão do BCSTP. Com a assistência técnica do FMI, estamos a implementar um modelo de notação dos bancos para a supervisão no local e à distância, a melhoria dos regulamentos bancários e a formação do pessoal até ao final de dezembro de 2019 (*indicador de referência estrutural*). Concluímos a elaboração de uma versão inicial de um manual operacional para a notação das instituições de

⁵ No dia 1 de janeiro de 2018, procedemos com êxito à redenominação da moeda, com o corte de três zeros e a introdução de uma nova nota de maior valor facial.

crédito, que será ultimado até dezembro de 2019, e um novo regulamento prudencial sobre a gestão do risco será finalizado até novembro de 2019.

32. A resolução do crédito malparado de longa data tem de ser acelerada. Os dados preliminares demonstram que o rácio de crédito malparado permanece elevado. Uma vez que os bancos não estão dispostos a abater o crédito malparado de longa data mas que está totalmente provisionado, planeamos elaborar orientações para que os bancos procedam com mais celeridade ao saneamento do crédito malparado. Entre as reformas ainda necessárias figuram a melhoria da eficiência do processo de recuperação judicial de empréstimos e a retoma do projeto de criação de tribunais de arbitragem para a resolução extrajudicial, especialmente tendo em conta os graves constrangimentos do sistema judicial formal.

33. O Governo fará o que for possível para facilitar a pronta liquidação dos dois bancos cujas licenças foram revogadas, uma por motivo de insolvência e a outra por problemas de governação. Prossegue a liquidação do Banco Equador, sendo que a venda dos ativos móveis está, em grande medida, concluída. A inexistência de registos eletrónicos provocou atrasos na venda dos ativos imóveis. Porém, o Governo continuará a envidar esforços para agilizar o processo, tendo como objetivo a conclusão da venda dos ativos até ao fim de 2019. A resolução do Banco Privado (BPSTP) é mais complexa, uma vez que a sua licença foi revogada devido a questões de governação e à reiterada não conformidade com as diretivas do BCSTP, e não propriamente à insolvência. As opções de resolução incluem a liquidação através dos tribunais ou um acordo extrajudicial com os acionistas do banco sobre uma liquidação voluntária. Também foi criada uma equipa técnica que se concentrará na criação do quadro jurídico necessário para permitir que os devedores do BPSTP paguem as suas dívidas ao BCSTP. De todo modo, o Governo está comprometido com a liquidação célere e económica do BPSTP.

34. O acesso das pequenas e médias empresas (PME) ao financiamento, bem como a inclusão financeira de modo mais geral, enfrentam barreiras, mas foram iniciados diversos projetos para saná-las. Os bancos muitas vezes hesitam em conceder empréstimos a pequenas empresas devido à ausência de garantias/cauções e outras salvaguardas. Contudo, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP) estabeleceu um programa de inclusão financeira com taxas preferenciais e encargos reduzidos. Com a assistência do Banco Mundial, o Governo está a desenvolver um quadro jurídico para uma central de garantias, que deve entrar em operação até 2020. Com essa central, as PME poderão utilizar garantias móveis e imóveis, facilitando o acesso ao financiamento bancário. Como parte do plano de ação para o desenvolvimento do setor financeiro, em setembro de 2018 foi adotada a lei sobre as microfinanças, e está em curso a aprovação dos regulamentos ligados à autorização e ao exercício das atividades de microfinanças, à gestão do risco do microcrédito, à adequação dos fundos próprios e ao rácio de solvabilidade. O Governo realizou também inquéritos sobre a inclusão financeira do lado da oferta e do lado da procura. Após discutir os resultados do inquérito com as partes interessadas, o Governo tem vindo a trabalhar na formulação de uma estratégia nacional de inclusão financeira, que será publicada até ao final de 2019. Por último, o

Governo examinará o alto custo do uso de caixas automáticos (ATM), uma questão já antiga, a fim de reduzir os custos e promover a inclusão financeira.

35. O Governo irá concluir a implementação das recomendações da última avaliação das salvaguardas e rever a estrutura de pessoal. Em coordenação com a AT do FMI, a lei Orgânica do Banco Central será revista com o objetivo de melhorar a auditoria, o controlo e a resolução em linha com as recomendações da avaliação das salvaguardas, em especial mediante a criação de uma nova comissão de auditoria. Além disso, os regulamentos e os procedimentos serão melhorados exigindo a perfuração das notas imediatamente após serem identificadas para destruição, depositando as reservas cambiais apenas em bancos com notação de investimento, quando possível, e evitando conflitos de interesse. A lei das Instituições Financeiras será também revista para que esteja alinhada com as alterações propostas à lei orgânica em matéria de controlo e resolução. Estas duas leis serão submetidas à Assembleia Nacional até ao final de 2019 (*indicador de referência estrutural*). A nova sede do BCSTP entrou em funcionamento em agosto de 2019, resolvendo-se assim os constrangimentos de espaço físico para o recrutamento de pessoal para a direção de supervisão e auditoria interna.

36. O BCSTP está igualmente a trabalhar noutras iniciativas de reforma do setor financeiro a médio prazo, nomeadamente a aceleração da implementação de um novo sistema de pagamentos. Tais iniciativas estão em linha com o nosso Plano de Implementação para o Desenvolvimento do Setor Financeiro (PIDSF). Com o apoio do BAfD, o BCSTP envidará esforços para modernizar o sistema de pagamento para possibilitar a aceitação de cartões de crédito internacionais, por forma a dinamizar o turismo e reforçar as reservas internacionais. Um dos constrangimentos é que o custo do sistema de pagamentos é superior ao financiamento disponível para este projeto. As autoridades estão a explorar várias opções, incluindo o apoio dos parceiros bilaterais e do setor privado. Além disso, está em curso o desenvolvimento de uma central de balanços de empresas, com o apoio técnico do Banco de Portugal e do Banco Mundial (o financiamento está pendente).

D. Políticas do setor externo

Restrições cambiais

37. O Conselho de Administração do FMI concedeu uma aprovação temporária à aplicação de restrições cambiais e de uma prática de taxas de câmbio múltiplas.⁶

⁶ Estas medidas cambiais incluem: i) uma restrição cambial decorrente da alínea (g) do artigo 3.º e do artigo 18.º do Código de Investimento de 2016 devido às limitações da transferibilidade do rendimento líquido dos investimentos; e ii) uma restrição cambial decorrente das limitações da disponibilidade de moeda estrangeira para o pagamento das transações internacionais correntes, devido ao racionamento da moeda estrangeira por parte do BCSTP. Esta última restrição cambial também dá azo à prática de moedas múltiplas, pois canalizou as transações para o mercado paralelo cuja taxa de câmbio tem uma diferença superior a 2% face à taxa de câmbio no mercado formal. Estas medidas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do FMI em julho de 2018,

A aprovação temporária de um ano expirou em julho de 2019. Tendo em conta os atuais problemas na balança de pagamentos, o Governo irá solicitar a aprovação da aplicação dessas medidas por mais um ano. Os esforços para reforçar as reservas, acima indicados, irão também apoiar a eliminação das medidas restritivas no curto prazo.

Dívida externa

38. Tendo em conta o nível elevado da dívida, o Governo continuará a contrair empréstimos judiciosamente. Serão contraídos empréstimos apenas em condições concessionais. A prossecução da reforma da EMAE (ver parágrafo 9) reduzirá o passivo orçamental. Juntas, estas medidas garantirão o recuo do rácio entre o valor atual da dívida e o PIB para um nível inferior ao limiar de alto risco de sobre-endividamento até 2024 (cf. Plano de Endividamento). A contração de novos empréstimos será limitada a 3% do PIB. Serão também envidados esforços para manter os desembolsos da dívida externa num nível inferior a 1,5% do PIB. Esses parâmetros serão ajustados de acordo com a evolução da vulnerabilidade da dívida e podem ser flexibilizados à medida que essa vulnerabilidade diminui. O Governo continuará também ativamente empenhado em manter contactos com os credores bilaterais para regularizar os seus atrasados pós HIPC.

39. O Governo está a implementar medidas para fortalecer a gestão da dívida. Estão a ser implementadas algumas das principais recomendações da Avaliação do Desempenho na Gestão da Dívida (DeMPA), que foi concluída em novembro de 2016 com o apoio do Banco Mundial, entre elas um projeto de estratégia de gestão da dívida a médio prazo. Ainda com a ajuda do Banco Mundial, está a ser criada uma base de dados da dívida, que é essencial para melhorar as projeções do serviço da dívida, conduzir análises de risco e divulgar informações mais pormenorizadas sobre o stock da dívida. Está a ser planeada a formação dos funcionários em matéria de gestão da dívida, incluindo a emissão de BT e a gestão de risco, com a ajuda do Banco Mundial e do BAfD. O Governo produzirá e publicará um calendário anual de emissão de BT que esteja alinhado com as previsões do fluxo de tesouraria e com os planos de envidamento.

por um período de 12 meses, porque são temporárias, não discriminatórias e necessárias para a balança de pagamentos.

Plano de Endividamento 2019–21

(Para fins de investimento, milhões de USD)

Nova dívida pública contraída ou garantida	2019	
	Volume 1/	Valor atual 1/
Fontes de financiamento da dívida	12,9	8,4
Dívida concessional da qual 2/	12,9	8,4
Dívida não concessional da qual 2/	0,0	0,0
Dívida semi-concessional 3/	0,0	0,0
Termos comerciais 4/	0,0	0,0
Utilizações do financiamento da dívida	12,9	8,4
<i>Por memória</i>		
Projeções indicativas		
2020	13,9	9,0
2021	15,0	9,7

1/ Contratação e garantia de nova dívida. O valor atual da dívida é calculado com base nos termos dos empréstimos individuais e aplicando uma taxa de desconto do programa de 5%.

2/ Dívida com um elemento de donativo que excede um limiar mínimo de 35%.

3/ Dívida com um elemento de donativo positivo inferior ao elemento de donativo mínimo.

4/ Dívida sem um elemento de donativo positivo. Para as dívidas comerciais, o valor atual será definido como o valor nominal/facial.

E. A implementação de outras reformas estruturais

Planeamento do desenvolvimento

40. O Governo decidiu centrar-se em cinco Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a saber: erradicação da pobreza; trabalho digno e crescimento económico; indústria, inovação e infraestruturas; recursos marinhos; e justiça e equidade. Estão a ser feitos progressos em cada um desses objetivos, e São Tomé e Príncipe ocupa a décima posição entre 51 países africanos em termos do desempenho geral na prossecução dos ODS. Contudo, a pobreza permanece elevada, estima-se que uma grande parte das crianças em idade escolar trabalhem e a infraestrutura ainda é inadequada. Em março de 2019, o Comité de Pilotagem reuniu com as agências da ONU para debater as estratégias e os progressos na prossecução dos ODS. O Governo está igualmente comprometido com a igualdade de género, que é também um ODS. O Governo iniciou a elaboração de um novo plano de ação nacional para o empoderamento económico e a inclusão financeira das mulheres, num workshop realizado em junho de 2019, organizado em coordenação com o FMI, as Nações Unidas e o Alto Comissariado do Canadá

(*indicador de referência estrutural*). O tema voltou a ser discutido no âmbito de uma conferência internacional de alto nível que teve lugar a 31 de julho de 2019.

Ambiente de negócios para a promoção do turismo

41. O Governo irá redobrar esforços para implementar a estratégia para o turismo, centrando-se nas seguintes ações específicas como indicadores de referência estruturais:

- Publicar procedimentos claramente codificados para a aprovação dos investimentos, a fim de facilitar o investimento no turismo.
- Publicar relatórios trimestrais com dados sobre as chegadas de turistas, em coordenação com as autoridades pertinentes (por exemplo, SMF, BCSTP, Turismo, INE), no prazo de dois meses após o fim do período.
- Ampliar o inquérito anual do BCSTP sobre os gastos dos turistas, para incluir informação geral sobre a visita e o grau de satisfação com a experiência. Será necessário para tal a colaboração entre o BCSTP, o Ministério do Turismo e o INE. Com o apoio do Banco Mundial, a Direção de Turismo já realizou a primeira fase do inquérito no aeroporto em 2016.

42. Estão em curso outras ações de curto prazo para melhorar o sistema de pagamentos, dar formação aos funcionários, aumentar a coordenação, reduzir os custos de transporte e facilitar o licenciamento. Como já foi mencionado, o Governo irá acelerar o desenvolvimento de um sistema de pagamentos que seja capaz de processar cartões de crédito internacionais, o que deve não apenas estimular o setor do turismo mas também reforçar as reservas internacionais. Com o apoio do Banco Mundial, temos vindo a trabalhar no sentido de criar uma escola de turismo com vista a desenvolver a capacidade local. Prevê-se a abertura desta escola no final de 2019. Para melhorar os esforços de coordenação e planificação, será estabelecida uma comissão de alto nível sobre o turismo que reunirá todos os ministérios pertinentes, o Governo do Príncipe e as associações empresariais. Além disso, serão tomadas medidas para efetuar melhorias no porto do Príncipe, o que contribuirá para reduzir o custo das importações (que atualmente é, em média, 20% mais elevado do que em São Tomé) e assegurar o fornecimento ininterrupto de mercadorias. Por último, o Governo integrará os pedidos de licenciamento do setor do turismo no portal GUEnet (portal online para criação de empresas). A plataforma foi desenvolvida com o apoio do Banco Mundial e a validação deverá estar concluída até setembro de 2019. O objetivo é aumentar a transparência dos procedimentos de licenciamento de empreendimentos turísticos.

43. A médio prazo, o Governo trabalhará para desenvolver os setores das pescas e da eco-agricultura, para alargar a cadeia de abastecimento local ao setor do turismo. Estes setores têm um enorme potencial para promover o crescimento inclusivo e sustentável e reduzir a pobreza, uma vez que cerca de 15% da população depende direta ou indiretamente das pescas para o seu sustento (utilizam, atualmente, pequenas embarcações) e 75% dependem da agricultura de subsistência. O Governo apoiará a agricultura e a pesca locais através de medidas

de melhoria e expansão das infraestruturas em todo o país, incluindo na Ilha do Príncipe. Os projetos concentram-se nas estradas, estufas, docas de pesca e sistemas de irrigação, bem como na melhoria da gestão das cooperativas agrícolas para incentivar a produção. O Governo busca ativamente o financiamento para realizar um novo inquérito agrícola para orientar a formulação de políticas, uma vez que o último inquérito nessa área foi realizado em 1991.

Reforma do setor energético

44. Está em curso a implementação dos Planos de Produção ao Menor Custo e do Plano de Melhoria da Gestão (PMG). Ajudar a EMAE a alcançar a recuperação dos custos é fundamental para assegurar a segurança energética do país, uma vez que esta empresa tem sido incapaz de honrar os seus pagamentos relativos ao abastecimento de combustíveis. Os últimos desenvolvimentos mostram que o país é vulnerável à falta de fornecimento de combustível. Como já foi discutido, o fornecimento alargado e estável de energia, a um baixo custo, é essencial para o crescimento robusto. Especificamente, o Governo implementará as medidas elencadas a seguir, nos prazos determinados. Pretende-se, com essas medidas, reduzir as perdas comerciais em 4% e o consumo máximo em 10%, melhorar a faturação e implementar uma reforma tarifária.

Objetivo 1: Reduzir as perdas comerciais em 4 (6) pontos percentuais e melhorar a taxa de cobrança em 3 (6) pontos percentuais até junho de 2020 (junho de 2021), a fim de baixar as perdas comerciais para menos em 15% e elevar a taxa de cobrança para 95% até junho de 2021. Para o efeito, serão tomadas as seguintes medidas:

- a. Aprovar e implementar o PMG. Assinar um contrato de desempenho com o Presidente da EMAE e montar uma equipa dedicada na EMAE, até setembro de 2019, para implementar as medidas e cumprir os objetivos acima referidos.
- b. Reduzir para metade as perdas de gásóleo até junho de 2020, a fim de baixá-las para menos de 5%.
- c. Acordar planos de regularização de atrasados com os grandes consumidores privados, as pequenas e médias empresas e os consumidores residenciais. O Governo define quais são as instalações de consumo essenciais (sem possibilidade de interrupção do abastecimento) e não essenciais (passíveis de interrupção do abastecimento). Até outubro de 2019, será iniciado o corte do abastecimento devido à falta de pagamento. Nos casos em que não seja possível cortar o abastecimento, recorreremos a outros instrumentos de execução, tais como a penhora da conta bancária da empresa infratora.
- d. Lançar uma campanha de comunicação para explicar a necessidade de uma ação coletiva para melhorar os serviços de fornecimento de eletricidade.
- e. Modernizar a faturação e instalar contadores pré-pagos inteligentes. Até junho de 2020, a EMAE irá instalar 1200 contadores pré-pagos em todas as instalações categorizadas pelo Governo como não passíveis de interrupção do abastecimento. O consumo não essencial continuará a ser interrompido em caso de não pagamento.
- f. Instituir, juntamente com a EMAE, um mecanismo para limitar o consumo máximo e assegurar o pagamento atempado das contas pelas entidades públicas, inclusivamente com o corte de serviços da EMAE, reduções das dotações orçamentais e transferências

diretas do Tesouro para pagamento à EMAE, a ser implementado até setembro de 2019 (ver parágrafo 17).

Objetivo 2: Reduzir em 15% o consumo global de energia no prazo de 12 meses, e facilitar a substituição progressiva das lâmpadas incandescentes até ao final de 2020. A redução planeada será atingida através das seguintes medidas:

- g. O Governo implementará gradualmente um programa para substituir as lâmpadas incandescentes/fluorescentes por lâmpadas de baixo consumo de energia (LED), o que pode ser feito num prazo de nove meses. Esse programa terá um custo de 1 milhão de USD e será financiado pelo Banco Mundial.
- h. O Governo aprovará uma lei que proíbe a importação de lâmpadas incandescentes/fluorescentes, até ao final de 2020. Realizará ações de sensibilização junto aos principais interessados, como importadores de lâmpadas, ajudando-os a ter acesso a fornecedores de lâmpadas LED.

Objetivo 3: Proceder à reforma tarifária, ao i) instituir um mecanismo e ii) implementar a primeira reforma da estrutura tarifária após a instalação dos contadores pré-pagos para os grandes consumidores.

- i. A análise tarifária preliminar foi concluída, tendo sido identificada a necessidade de uma profunda reforma tarifária a ser liderada pela AGER. A fim de concretizar gradualmente uma estrutura tarifária eficiente em termos de custos, o Governo terá de aplicar imediatamente, através de um decreto, os ajustamentos propostos relativamente i) à definição da estrutura de tarifas, ii) à definição das categorias de consumidores, iii) aos reajustes das tarifas sociais, e iv) ao prazo acordado para alcançar a estrutura de plena recuperação dos custos. Um projeto de decreto foi submetido ao Governo e deve ser aprovado até outubro de 2019.
- j. O primeiro aumento das tarifas será implementado após a instalação dos contadores nos grandes consumidores, até junho de 2020.

As metas e medidas de curto prazo são resumidas a seguir (*indicadores de referência estruturais*)

	Base	Metas	
		Junho 2020	Junho 2021
Reduzir as perdas comerciais a	23 por cento	19 por cento	17 por cento
Reduzir as perdas técnicas a	11 por cento	10 por cento	
		Metas	
	Base	Junho 2020	Junho 2021
Elevar a taxa de arrecadação	89 por cento	93 por cento	95 por cento
Reduzir a perda de gásóleo	10 por cento	5 por cento	

Ações a realizar	Data-limite
1 Assinar um contrato com o Presidente da EMAE e criar uma equipa dedicada para alcançar o objetivo	Set/19
2 Aprovar um decreto sobre o reajuste das tarifas	Out/19
3 Formular um plano de regularização dos atrasados junto dos clientes e cortar a ligação dos clientes que não efetuarem o pagamento	Out/19
4 Instalar 1200 contadores pré-pagos em todos os utilizadores passíveis de interrupção do abastecimento e continuar a cortar a ligação dos clientes que não efetuarem o pagamento	Jun/20
5 Implementar o primeiro ajustamento tarifário	Jun/20
6 Implementar um programa de lâmpadas LED e suspender a importação de lâmpadas incandescentes e fluorescentes	Fim 2020

Melhoria das estatísticas económicas

45. O Governo continuará a melhorar os dados económicos. Em março de 2019, uma missão do FMI ajudou as autoridades a implementarem o Sistema Geral de Divulgação de Dados reforçado (e-GDDS, na sigla inglesa) para promover uma maior acessibilidade dos dados e identificar áreas prioritárias de melhoria em matéria de qualidade dos dados. O Governo comprometeu-se a publicar dados fundamentais para monitorização através de uma Página Nacional de Síntese de Dados (PNSD) até 5 de maio de 2019, utilizando o formato SDMX de intercâmbio de dados e metadados estatísticos entre máquinas.

Desenvolvimento das capacidades

46. O Governo continuará a desenvolver as suas capacidades com o apoio dos organismos internacionais. Dada a capacidade limitada dos funcionários, a formação prática reveste-se de grande importância. Por conseguinte, o Governo procurará complementar a assistência técnica de curto prazo com aquela prestada pelos peritos itinerantes ou de longo prazo, o que não só permite o diagnóstico dos problemas, mas também apoia a aplicação das recomendações. Adicionalmente, o Governo solicitará a mobilização de peritos lusófonos para facilitar a interação, agilizar a identificação do cerne dos problemas e apoiar a transferência de conhecimentos.

MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

47. O programa será monitorizado semestralmente, com base em critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas (Tabela 3) e indicadores de referência estruturais (Tabela 4). São fixadas metas quantitativas para o final de dezembro de 2019 e o final de junho de 2020, bem como metas indicativas para o final de setembro de 2019 e final de março de 2020. A primeira avaliação deve ser concluída em ou após 15 de abril de 2020; a segunda, em ou após 15 de agosto de 2020.

Tabela 1 do MPEF. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2018 no âmbito do Acordo ECF Anterior
(Milhões de novas dobras, valor cumulativo desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

	2018							
	Junho				Dezembro			
	Critério de Desempenho ¹				Meta Indicativa			
	4ª Avaliação	c/ajust.	Prel.	Situação	5ª Avaliação	c/ajust.	Prel.	Situação
Critérios de Desempenho:								
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) ²	-90	-90	-43	Cumprido	-124	-124	-362	Não cumprida
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) ^{3,4,5}	75	86	10	Cumprido	70	9	219	Não cumprida
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) ^{2,4}	52	51	39	Não cumprido	50	47	27	Não cumprida
Teto do stock de atrasados de pagamentos externos do Governo Central (milhões de USD) ^{5,6,7,8}	0	...	0	Cumprido	0	...	0	Cumprida
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5,6,7,8,9}	0	...	0	Cumprido	0	...	0	Cumprida
Metas Indicativas:								
Teto das alterações dos novos atrasados internos do Governo	0	...	-17	Cumprido	0	...	76	Não cumprida
Piso das despesas em favor dos pobres	289	...	302	Cumprido	551	...	690	Cumprida
Piso das receitas fiscais	535	...	556	Cumprido	1.084	...	1.099	Cumprida
Por memória:								
Teto da base monetária em Dobras (stock) ¹⁰	1.578	...	1.224	...	1.499	...	1.339	...
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5,7,8,11}	17	...	0	...	17	...	0	...
Transferência da CNP para o Orçamento (milhões de USD)	1,5	...	2,1	...	2,2	...	2,1	...
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹²	40	...	0	...	79	...	87	...
Apoio externo oficial ao programa ¹²	85	...	19	...	179	...	144	...
Donativos para apoio orçamental ¹³	66	...	0	...	142	...	125	...
Gastos de investimento financiados pelo Tesouro	13	...	6	...	12	...	14	...

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho nas datas de teste de dezembro de 2017 será avaliado na quinta avaliação.

² O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições

³ O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do

⁴ Excluindo a Conta Nacional de Petróleo (CNP) no Banco Central.

⁵ O termo "Governo Central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais.

⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

⁷ O termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014).

⁸ Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 13 do MTE.

⁹ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento. Mais detalhes podem ser encontrados no parágrafo 17 do MTE.

¹⁰ Alterado para um item por memória.

¹¹ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento.

¹² Conforme definido no MTE valor à taxa de câmbio do programa, exclui as amortizações HIPC.

¹³ O apoio orçamental esperado do Banco Mundial em 2018 é de USD 6 milhões, dos quais USD 1 milhão será tratado como donativo para projetos e excluído do DPI caso seja gasto nas instalações da administração tributária.

Tabela 2 do MPEF. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estrutural para 2018 no âmbito do Acordo ECF Anterior

Objetivos e medidas de políticas	Prazo	Fundamentação macro	AT	Situação
Reforço das finanças públicas				
Apresentar à Assembleia Nacional a nova Lei do IVA.	Final de junho 2018	Apoiar a introdução do IVA	FAD/LEG	Cumprido
Adotar um plano de gestão financeira e um plano de produção de energia ao menor custo para a EMAE.	Final de setembro 2018	Conter o risco fiscal	Com o apoio do Banco Mundial	Não cumprido
Transmitir os quadros mensais de controlo dos pagamentos de impostos dos dez maiores contribuintes no período de junho a outubro de 2018.	Final de novembro 2018	Mobilizar receitas internas	Sem AT	Não cumprido
Melhoria da política monetária e da estabilidade financeira				
Solicitar ao consultor externo a elaboração de um relatório inicial sobre a avaliação da qualidade dos ativos dos bancos.	Final de setembro 2018	Apoiar a estabilidade e crescimento do setor financeiro	Com o apoio do Banco Mundial	Cumprido
Promoção da atividade empresarial				
Elaborar e enviar à Assembleia Nacional o documento de Estratégia Nacional de Diversificação das Exportações.	Final de junho 2018	Promover a diversificação económica e as oportunidades de emprego	Com o apoio do Banco Mundial	Cumprido

Tabela 3 do MPEF. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2019–20

(Milhões de novas dobras, valor cumulativo desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

	2019	Março	2020	Setembro
	Dezembro		Junho	
	Critério de Desempenho Proposto ¹	Meta Indicativa Proposta	Critério de Desempenho Proposto	Meta Indicativa Proposta
Critérios de Desempenho:				
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) ²	-198	-38	-76	-130
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) ^{3,4,5}	61	20	40	140
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) ^{2,4}	27	28	30	31
Teto do stock de atrasados de pagamentos externos do Governo Central (milhões de USD) ^{5,6,7,8}	0	0	0	0
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5,6,7,8,9}	0	0	0	0
Não (i) introduzir ou intensificar quaisquer restrições cambiais (ii) introduzir ou impor restrições à importação, (iii) introduzir ou alterar práticas de moeda múltipla, nem (iv) estabelecer acordos bilaterais de pagamento que violem o Artigo VIII dos Artigos dos Acordos	Contínuo	Contínuo	Contínuo	Contínuo
Metas indicativas:				
Teto das alterações dos novos atrasados internos do Governo Central	0	0	0	0
Piso das despesas pro-pobre	584	155	310	464
Piso das receitas fiscais	1166	327	654	973
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5,7,8,11}	13	14	14	14
Itens do Memorando:				
Teto da base monetária em Dobras (stock)	1488	1498	1517	1522
Transferência da CNP para o Orçamento (milhões de USD)	3,9	3,7	3,7	3,7
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹²	116	33	67	100
Apoio externo oficial ao programa ¹²	237	0	129	129
Desembolso do programa do FMI	56	0	56	56
Donativos para apoio orçamental	182	0	74	74
Regularização dos atrasados internos (-, exclui pagamento da dívida à ENCO)	0	-17	-33	-50
Despesas de capital financiadas pelo Tesouro	13	4	8	15

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho nas datas de teste de Dezembro de 2017 será avaliado na primeira avaliação.

² O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

³ O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do MTE.

⁴ Excluindo a Conta Nacional de Petróleo (CNP) no Banco Central.

⁵ O termo "Governo Central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais.

⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

⁷ O termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014).

⁸ Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 13 do MTE.

⁹ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento. Mais detalhes podem ser encontrados no parágrafo 17 do MTE.

¹⁰ Só se aplica a dívida com um elemento de donativo de pelo menos 35 por cento.

¹¹ Conforme definido no MTE, avaliado à taxa de câmbio do programa, exclui amortizações relacionadas ao HIPC.

Tabela 4 do MPEF. São Tomé e Príncipe: Ações Prévias e Indicadores de Referência Estrutural no âmbito do Acordo ECF

Objetivos e Medidas Políticas	Calendário	Racional Macro	AT	Status
Ações prévias				
Adotar um decreto governamental para alinhar o orçamento de 2019 para que seja consistente com o programa e a legislação necessária para a introdução de medidas acordadas do lado da receita, e rever a Lei do IVA visando a sua discussão na especialidade pela Assembleia Nacional, em linha com a recomendação do FMI (MEFP 116-18)		Demonstrar compromisso para com a consolidação orçamental.	Sem AT	
Adotar o Plano de Melhoria de Gestão e o Plano de Produção de Energia ao Menor Custo da EMAE, recomendados pelo Banco Mundial		Conter o risco orçamental	Com o apoio do Banco Mundial	Cumprido
Adotar um plano de dotações orçamentais mensais para o que resta do presente ano para assegurar que as despesas sejam mantidas dentro dos limites do orçamento		Conter as despesas	Sem AT	
Reforço das Finanças Públicas				
Adotar a Lei do IVA em linha com a recomendação do FMI (MEFP 122)	15 de Outubro 2019	Apoiar a introdução do IVA	FAD/LEG	
Lançar uma campanha de comunicação para explicar o IVA ao público, conforme recomendação do FMI	Final de Setembro 2019	Apoiar a introdução do IVA	Com o apoio do FMI	
Implementar medidas chave do Plano de Melhoria de Gestão e o Plano de Produção de Energia ao Menor Custo da EMAE (MEFP 144)	Contínuo	Conter o risco fiscal	Com o apoio do Banco Mundial	
Aumentar os preços dos combustíveis em linha com os custos, de acordo com o mecanismo de ajuste automático dos preços dos combustíveis	Contínuo	Aumentar as receitas	Sem AT	
Melhoria da Política Monetária e Estabilidade Financeira				
Aumentar a rigidez da política monetária através da emissão de certificados de depósito do Banco Central no montante de, pelo menos, D50 milhões para manter o stock de reservas (MEFP 125)	Final de Março 2020	Apoiar a paridade	MCM	
Implementar recomendações da avaliação da qualidade dos ativos dos bancos, incluindo a reclassificação e o provisionamento de ativos; exigir a recapitalização dos bancos que, como resultado, se encontrem sem capital suficiente (MEFP 130)	Final de Março 2020	Apoiar a estabilidade e crescimento do sector financeiro	Sem AT	
Enviar à Assembleia Nacional uma Lei do BCSTP revista para reforçar a sua autonomia e governação e uma revisão da Lei das Instituições financeiras, em consulta com o corpo técnico do FMI (MEFP 135)	Final de Dezembro 2019	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	MCM/LEG	
Implementar um modelo de notação dos bancos para apoiar a supervisão presencial e à distância (MEFP 131); atualizar a regulamentação bancária para a pôr em linha com uma supervisão no local e à distância eficaz, conforme recomendado pela AT do FMI, e dar formação ao pessoal para uma aplicação efetiva	Final de Junho 2020	Detetar melhor as infrações à regulamentação prudencial e aplicar medidas corretivas	FMI Afrítac Central	
Criar uma central de registo de garantias móveis e imóveis	Final de Junho 2020	Facilitar o acesso ao financiamento, sobretudo às pequenas e médias empresas	Com o apoio do Banco Mundial	
Promoção da atividade empresarial				
Enviar ao FMI a estratégia nacional de empoderamento económico das mulheres e inclusão financeira (MEFP 140)	Final de Dezembro 2019	Promover a participação económica e a igualdade de género	Sem AT	
Implementar as recomendações da Estratégia de Desenvolvimento do Turismo (MEFP 141)	Final de Junho 2020	Promover o crescimento económico e as oportunidades de emprego	Com o apoio do Banco Mundial	

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento, Agosto de 2019

1. **O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) contém as definições e os mecanismos de ajustamento para clarificar a medição dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas incluídos na Tabela 3**, anexa ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2019–23. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos acumulados a partir do início de cada ano civil.

2. **A taxa de câmbio do programa** para efeitos do presente MTE¹ será aquela em vigor no final de 2018, nomeadamente 21,6925 novas dobras por USD, 24,5 novas dobras por euro e 29,17221 novas dobras por DSE.

FORNECIMENTO DE DADOS AO FMI

3. **Os dados relativos a todas as variáveis sujeitas a critérios de desempenho e metas indicativas serão fornecidos ao corpo técnico do FMI com a frequência descrita abaixo** (parágrafo 26), com um desfasamento não superior a quatro semanas para os dados relativos às reservas internacionais líquidas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e a seis semanas para os outros dados. Quaisquer revisões de dados serão transmitidas de imediato pelas autoridades ao corpo técnico do FMI. As autoridades consultarão o corpo técnico do FMI, à medida do necessário, sobre como medir e reportar variáveis relevantes para avaliar o desempenho relativamente aos objetivos do programa, mas que não constam especificamente no presente Memorando. Os critérios de desempenho incluídos no programa são definidos a seguir, especificamente: i) o limite inferior (piso) do saldo primário interno; ii) o limite superior (teto) da variação do financiamento bancário líquido do governo central; iii) o piso de reservas internacionais líquidas do banco central, iv) o teto do saldo de atrasados de pagamentos externos do governo central e v) o teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo governo central ou o BCSTP.

DEFINIÇÕES

4. **Para efeitos do presente MTE, externo e interno** serão definidos com base no princípio de residência.

5. **O governo central, para efeitos do presente MTE**, inclui todos os ministérios, gabinetes e entidades governamentais e outros organismos que constituem agências ou instrumentos da autoridade central de São Tomé e Príncipe. O governo central não inclui as operações das empresas públicas.

¹ Este dado refere-se ao ponto médio das taxas de câmbio publicadas na página do BCSTP na internet no último dia de 2018.

6. O termo dívida define-se em conformidade com o parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas através da Decisão n.º 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014). “Por ‘dívida’

entende-se um passivo corrente, ou seja, não contingente, criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, em data(s) futura(s); tais pagamentos serão de liquidação do capital e/ou juros decorrentes da obrigação contratual.”

7. A receita interna do Governo (incluindo a sobretaxa sobre os produtos petrolíferos e excluindo as receitas petrolíferas) inclui todas as receitas fiscais e não fiscais do Governo (em moeda nacional e estrangeira), exceto: 1) donativos externos, 2) receitas da venda local de donativos em espécie (por exemplo, o petróleo bruto recebido da Nigéria, a ajuda alimentar, etc.) e 3) quaisquer fluxos de entrada brutos para o Governo relacionados com os pagamentos dos bónus de assinatura do petróleo e com os juros acumulados na Conta Nacional do Petróleo (CNP). As receitas serão calculadas em base de caixa conforme apresentado na Tabela de Operações Financeiras do Estado elaborada pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul.

8. A despesa primária interna abrange todas as despesas do Governo avaliadas na base de compromissos, excluindo: 1) as despesas de capital financiadas através de empréstimos concessionais e donativos externos para projetos, 2) o custo assumido pelo orçamento para o pagamento dos pequenos depositantes após a liquidação do Banco Equador e 3) os pagamentos de juros programados. A divulgação de dados sobre as despesas internas do Governo será baseada no relatório de execução do Orçamento do Estado elaborado mensalmente pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul. Todas as despesas de capital financiadas por donativos de apoio orçamental (incluindo da UE) são tratadas como parte da despesa primária interna, sem exceção.

Apoio externo oficial ao programa			
	2019	2020 S1	Unidade monetária
Donativos projetados em apoio ao orçamento			
Banco Mundial	5	0	milhões de USD
União Europeia	3	3	milhões de euros
FMI, programa ECF	1,9	1,9	milhões de DSE

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

9. Critério de desempenho relativo ao piso do saldo primário interno. Este critério de desempenho refere-se à diferença entre a receita interna (incluindo a sobretaxa do imposto petrolífero e excluindo as receitas petrolíferas) e a despesa primária interna do Governo. O pagamento planeado da dívida à ENCO (diferencial de preço) (parágrafo 22) é deduzido da receita da sobretaxa do imposto petrolífero. Por forma a controlar os gastos, o Ministério das Finanças não aprovará a tomada de empréstimos por qualquer entidade pública do governo central a não ser o Tesouro (MPEF, parágrafos 14, 17). Por conseguinte, para fins de monitorização do programa, o endividamento contraído por qualquer entidade pública que não o Tesouro registado na síntese monetária como empréstimos ao governo central será acrescido ao défice primário interno como despesa adicional. A título de referência, o saldo primário interno no final de 2019 com base num resultado hipotético seria de -173,7 milhões de novas dobras, desagregado como segue:

Saldo primário interno (2019, milhões de novas dobras)	
I. Total de receitas e donativos (=1+2+3)	2154,4
I.A das quais, receitas internas (=I-2.1-3=1+2-2.1)	1270,3
1. Receitas fiscais	1187,8
1.1 <i>d/q</i> : sobretaxa do petróleo	50,0
2. Receitas não fiscais	134,6
2.1 <i>d/q</i> : receita do petróleo	52,0
3. Donativos	832,1
II. Total de despesas (=4+5+6)	2157,3
II.A das quais: despesas primárias internas (=4-4.2+5.1+6)	1384,0
4. Despesas correntes	1398,6
4.1 Custos com pessoal	752,6
4.2 Juros devidos	50,3
4.3 Bens e serviços	243,0
4.4 Transferências	279,5
4.5 Outras despesas correntes	73,1
5. Despesas de capital	737,0
5.1 Financiadas pelo Tesouro	13,8
5.2 Financiadas por fontes externas	723,1
6. Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	21,8
III. Saldo primário interno (= I.A-II.A+IV-V)	-173,7
Por memória	
IV. Pagamento planeado à ENCO (redução = -)	-10,0
V. Empréstimos contraídos por outras entidades	50,0

10. Critério de desempenho relativo ao teto da variação do financiamento bancário líquido do governo central (CLG). Este critério de desempenho refere-se ao aumento (diminuição) do financiamento bancário líquido do governo central, que corresponde ao stock de todos os créditos concedidos ao governo central detidos pelo BCSTP e pelas outras sociedades de depósitos (OSD), menos o stock de todos os depósitos detidos pelo governo central no BCSTP e nas OSD, mais o aumento, se houver (com a aprovação do Ministério das Finanças) do crédito das OSD às entidades públicas. O saldo da Conta Nacional do Petróleo (CNP), os depósitos de donativos e empréstimos para projetos, os passivos contingentes e as operações da Segurança Social não são incluídos no CLG. Todas as contas expressas em moeda estrangeira serão convertidas em novas dobras à taxa de câmbio do programa. Os dados pertinentes são reportados mensalmente pelo BCSTP ao corpo técnico do FMI. A título de referência, no final de 2018 o saldo do crédito bancário líquido ao governo central (excluindo a CNP) era de 231 milhões de novas dobras, como se segue:

Financiamento bancário líquido (milhões de novas dobras)		
	2017	2018
I Crédito líquido ao governo pelo BCSTP (=I.1-I.2)	93	231
I.1 Crédito do BCSTP, incluindo o uso de recursos do FMI:	260	310
I.2 Depósitos do governo no BCSTP (excluindo a CNP)	167	79
Contas do Tesouro em novas dobras	23	7
Contas do Tesouro em divisas	84	7
Depósitos de contrapartida	60	65
II Crédito líquido ao governo pelas OSD	427	667
II.1 Crédito das OSD ao governo	427	667
II.2 Depósitos do governo central junto às OSD ^{1/}	0	0
III Financiamento bancário líquido ao governo (excl. a CNP) (=I-II)	334	436
IV Variação em 2018 no financiamento bancário líq. do governo central (CLG)		102

Nota: 1/ Não inclui os depósitos nas OSD que estavam sob o controlo do governo central (Tesouro) em 2017 e 2018.

11. Critério de desempenho relativo ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP. Para efeitos de monitorização do programa, as RIL do BCSTP são definidas como ativos externos transacionáveis do BCSTP de curto prazo (ou seja, maturidades originais iguais ou inferiores a um ano) menos os passivos externos de curto prazo, incluindo obrigações junto ao FMI. Todos os ativos externos de curto prazo que não sejam integralmente conversíveis, nem imediatamente disponíveis para e controlados pelo BCSTP (isto é, os ativos externos garantidos ou de outra forma onerados, incluindo, mas não se limitando, à conta geral HIPC em DSE, e os ativos utilizados como garantia ou caução a obrigações de terceiros) serão excluídos da definição das RIL. Os títulos cujo valor de mercado no último dia do ano diferir em mais de 20% do seu valor de emissão nominal original serão avaliados pelo seu valor de mercado, conforme informação da

Direção de Mercados do BCSTP. Os saldos: 1) da CNP no BCSTP, 2) dos depósitos bancários relacionados às exigências de fundos próprios ou licenciamento e 3) das reservas bancárias expressas em moeda estrangeira, são excluídos da definição do programa das RIL. Todos os valores serão convertidos para dólares dos Estados Unidos ao ponto médio efetivo das taxas de câmbio de mercado vigentes à data de teste. A título de referência, no final de 2018 as RIL ascendiam a 609 milhões de novas dobras (ou USD 28 milhões, à taxa de câmbio de 21,6925 novas dobras por USD), calculadas da seguinte forma:

	Final de 2018
I Reservas internacionais brutas	934
Numerário	25
Depósitos à ordem	81
Depósitos a prazo (incl. depósitos bancários em divisas)	138
Títulos exceto ações	677
Obrigações do Tesouro Português I	98
Obrigações do Tesouro Português II	243
Obrigações do Tesouro Português III	123
Bilhetes do Tesouro Norte-Americano I	107
Bilhetes do Tesouro Norte-Americano II	107
Juros decorridos de títulos	8
Posição de reserva no FMI	0
Haveres em DSE	6
II Passivos cambiais	325
Passivos bilaterais de curto prazo	21
Passivos para com o FMI	147
Reservas bancárias expressas em moeda estrangeira	157
Depósitos bancários garantidos expressos em moeda estrangeira	0
III Reservas internacionais líquidas (RIL) (=I - II)	609
IV Outros ativos externos líquidos	235
Outros ativos externos	446
Obrigações de médio e longo prazo (incl. a afetação de DSE)	211
IV Ativos externos líquidos (III+IV)	844
<i>Por memória: Conta Nacional do Petróleo (CNP)</i>	419

12. Critério de desempenho relativo ao teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo governo central ou pelo BCSTP. Esse critério de desempenho contínuo engloba a contratação ou garantia de nova dívida externa com qualquer maturidade

(incluindo posições a descoberto, mas excluindo o crédito de curto prazo ligado à importação e a fornecedores) pelo governo central e/ou pelo BCSTP. Uma dívida é considerada não concessional caso inclua um elemento de donativo inferior a 35%. O elemento concessional ou de donativo é a diferença entre o valor nominal da dívida e o seu valor atual líquido, expresso como percentagem do valor nominal. O valor atual líquido da dívida na data da sua contratação é calculado descontando-se os fluxos de pagamentos do serviço da dívida no momento da sua contratação. A taxa de desconto aplicada para este efeito é de 5%. Para os fins do programa, considera-se que a dívida é contraída na data de assinatura do contrato, salvo se especificado no contrato que ela entra em vigor após a sua ratificação pelo Parlamento. Neste caso, considera-se que a dívida é contraída na data da sua ratificação pelo Parlamento. Este critério de desempenho não se aplica aos recursos do FMI. A dívida em processo de reescalonamento ou reestruturação está excluída deste teto, na medida em que essa dívida não concessional seja utilizada em operações de gestão da dívida que visem melhorar o perfil da dívida pública global. A dívida de médio e longo prazo será reportada pelo Departamento de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul (conforme apropriado), calculada em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio vigentes publicadas pelo BCSTP. O Governo consultará o corpo técnico do FMI antes de contrair ou garantir novas obrigações de dívida.

13. Critério de desempenho relativo ao teto da acumulação de novos atrasados de pagamentos externos do governo central.

Trata-se de um critério de desempenho contínuo. Os novos atrasados de pagamentos externos do governo central são obrigações do serviço da dívida externa (capital e juros) que não foram pagas no momento devido, conforme estabelecido no acordo contratual, sujeitas a qualquer período de carência aplicável. Este critério de desempenho não se aplica a atrasados resultantes do não pagamento do serviço da dívida para o qual tenha sido firmado um quadro de regularização assinado pelo devedor e o credor antes do vencimento do pagamento pertinente ou para o qual o Governo tenha tentado obter um acordo de reescalonamento ou reestruturação até março de 2019.

METAS INDICATIVAS

14. O teto relativo a novos atrasados internos do governo central é definido como a diferença entre a despesa em base de compromissos e os pagamentos em base de caixa (montantes devidos há mais de 40 dias e não pagos).

15. Dentro da despesa primária interna, o piso relativo às despesas pró-pobres diz respeito ao piso dos gastos do Governo previstos no orçamento que têm efeito direto na redução da pobreza, tal como acordado com o corpo técnico do FMI e do Banco Mundial. Tais despesas, que incluem tanto gastos correntes como de investimento, são definidas da seguinte forma:

- a. **Despesas correntes pró-pobres:** Abrangem as seguintes classificações funcionais e categorias de despesas (por código orçamental) descritas na matriz a seguir:

Code	Economic classification of current expenditure	Education	Health	Social Security and Assistance	Housing and Community Services	Culture and Sport	Fuel and Energy	Agriculture and Fisheries
310000	Personnel Expenses	x	x					
331210	Specialty Durable Goods	x	x					
331290	Other Durable Goods	x	x					
331120	Fuels and Lubricants ¹	x	x					
331130	Foodstuffs, Food ¹ and Accommodation	x	x					
331140	Specialized Current Consumable Materials (Specific to Each Sector)	x	x					
331190	Other Consumer Non Durable Goods	x	x					
332110	Water and Energy Services	x	x					
332120	Communication Services	x	x					
332130	Health services	x	x					
332220	Maintenance and Conservation Services	x	x					
353900	Other Miscellaneous Current Expenses	x	x	x				
352200	Transfers to non-profit institutions (private)		x	x				
352310	Retirement Pension and Veterans		x	x				
352320	Family Benefit		x	x				
352330	Scholarships	x						
352390	Other Current Transfers to Families		x	x				
353100	Unemployment Fund		x	x				
Code	Economic classification of capital expenditure							
411110	Feasibility Study and Technical Assistance	x	x	x	x	x	x	x
411120	Procurement and Construction of Real Estate	x	x	x	x	x	x	x
411200	Rehabilitation Works and Facilities	x	x	x	x	x	x	x
411300	Means and Equipments of Transportation	x	x	x	x	x	x	x
411400	Machinery and Equipment	x	x	x	x	x	x	x
411900	Other Fixed Capital Goods	x	x	x	x	x	x	x
412000	Stocks	x	x	x	x	x	x	x

Source: Diário da República de São Tomé e Príncipe No. 21 - May 7, 2008, pages 12-13.
¹ Expenditures on fuels and lubricants (*combustíveis e lubrificantes*) that are affected for administrative purposes are excluded. Likewise, food (*alimentação*) and clothing and shoes (*roupas e calçados*) supplied to administrative staff are excluded.

- b. **Despesas de capital pró-pobres financiadas pelo Tesouro:** Cobrem os projetos que se considere terem um impacto direto no alívio da pobreza nos seguintes setores: educação, saúde, redes de proteção social, agricultura e pescas, desenvolvimento rural, juventude e desportos, abastecimento de água potável e eletrificação.

16. O piso relativo às receitas fiscais aplica-se às receitas fiscais incluindo impostos diretos e indiretos, bem como a recuperação de impostos atrasados e esforços de arrecadação adicionais.

17. A nova dívida externa concessional contraída ou garantida pelo governo central ou o BCSTP mede essa dívida com um elemento concessional mínimo de 35%, e os limites a tal dívida são aplicados cumulativamente, a partir do fim do ano civil anterior.

POR MEMÓRIA

18. Os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa pelo governo central são definidos como o serviço da dívida devido menos a acumulação de quaisquer novos atrasados de pagamentos externos, conforme definido no critério de desempenho relativo ao teto dos atrasados de pagamentos externos do governo central.

19. O apoio externo oficial ao programa é definido como donativos e empréstimos em apoio ao orçamento, incluindo desembolsos do FMI no âmbito do acordo ECF e qualquer outro financiamento extraordinário fornecido por entidades estrangeiras oficiais e incorporado no orçamento. **Os donativos de apoio orçamental** incluem ajuda em espécie quando os produtos são vendidos pelo Governo e as receitas são usadas para financiar uma rubrica de despesa orçamental.

20. As despesas de capital financiadas pelo Tesouro são parte da despesa primária interna e abrangem projetos de investimento público que não sejam diretamente financiados por donativos para projetos nem por empréstimos concessionais para projetos. Incluem a comparticipação do Governo em projetos de investimento financiados sobretudo por donativos ou empréstimos. Incluem gastos em novas construções, reabilitação e manutenção. As despesas com vencimentos e salários e aquisição de bens e serviços relacionadas com os projetos não serão classificadas como despesa de capital.

21. O teto relativo à base monetária é definido como a soma da moeda emitida – que consiste em notas e moedas em poder do público e o numerário nos cofres-fortes – e das reservas bancárias expressas em novas dobras. As reservas bancárias referem-se às reservas dos bancos comerciais (em novas dobras) detidas no Banco Central e incluem as reservas excedentárias sobre as reservas mínimas de caixa.

22. Conforme discutido no parágrafo 9, **o pagamento planeado da dívida à ENCO** corresponde ao montante esperado que deve ser deduzido da sobretaxa do petróleo para o reembolso da dívida à ENCO no decorrer do ano. Os pagamentos em montantes superiores ao planeado não são excluídos da receita e serão incluídos no serviço da dívida interna. O pagamento anual planeado é de 0 milhões e 32 milhões de novas dobras em 2019 e 2020, respetivamente, e a metade desse montante será paga durante o primeiro semestre.

23. A regularização dos atrasados será medida como as variações no stock dos atrasados de pagamentos do Governo aos fornecedores internos, conforme definido no parágrafo 15.

FATORES DE AJUSTAMENTO

24. O critério de desempenho relativo ao saldo primário interno terá um fator de ajustamento. O piso do saldo primário interno será ajustado em alta se os donativos de apoio ao orçamento forem inferiores ao projetado, e em baixa se o Governo receber donativos de apoio ao orçamento e receitas de privatização em 2019 e em 2020 superiores ao projetado; este ajustamento será limitado a 25 milhões de novas dobras (um pouco mais de 0,25% do PIB de 2018) em 2019 e a 15 milhões de novas dobras no primeiro semestre de 2020.² Para fins do programa, projeta-se que os recursos de privatização sejam 0 em 2019 e 2020.

25. Os critérios de desempenho sobre o financiamento bancário líquido do governo central e as reservas internacionais líquidas do banco central serão objeto dos seguintes ajustamentos, com base nos desvios calculados cumulativamente a partir do final de dezembro de 2018 ou do final de dezembro de 2019, conforme apropriado (Tabela 3 do MPEF, Anexo I):

- **Ajustamentos dos tetos da variação do crédito bancário líquido ao governo central (CLG):** As diferenças trimestrais entre os montantes efetivos e projetados do recebimento das

² Os donativos e as despesas relacionadas com os custos da realização de eleições serão excluídos dos cálculos do défice primário interno.

transferências da CNP, dos donativos de apoio ao orçamento, dos pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e dos atrasados internos serão convertidas em novas dobras à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de dezembro de 2018 ou do final de dezembro de 2019, conforme apropriado, até à data de teste. O teto será ajustado:

- i) em baixa (em alta) pelo desvio acumulado em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efetivos e projetados do serviço da dívida externa (excl. HIPC),
- ii) em baixa (em alta) pelo desvio em alta (em baixa) nas transferências orçamentais da CNP,
- iii) em baixa pelo desvio em alta dos donativos em apoio ao orçamento que ultrapassar 25 e 15 milhões de novas dobras em 2019 e no primeiro semestre de 2020, respetivamente, e
- iv) em baixa (em alta) pelo desvio em alta (em baixa) dos atrasados internos.

A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento é limitada ao equivalente a USD 3 milhões à taxa de câmbio do programa.

- **Ajustamentos ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP:** As diferenças trimestrais entre os recebimentos efetivos e projetados das transferências da CNP para o orçamento, o apoio externo oficial ao programa, os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e os atrasados internos, em novas dobras, serão convertidas em dólares dos Estados Unidos à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de dezembro de 2016 ou do final de dezembro de 2017, conforme apropriado, até à data de teste. O piso será ajustado em alta (em baixa):

- i) pelo desvio acumulado em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efetivos e projetados do serviço da dívida externa do governo central,
- ii) pelos desvios em alta (em baixa) das transferências orçamentais da CNP e
- iii) pelos desvios em alta (em baixa) do apoio oficial externo ao programa. Projeta-se que os empréstimos de apoio ao orçamento sejam 0 em 2019 e 2020.

A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento é limitada ao equivalente a USD 3 milhões à taxa de câmbio do programa.

REPORTE DE DADOS

26. As informações a seguir listadas serão fornecidas ao corpo técnico do FMI para efeitos de monitorização do programa.

- 1) **Dados orçamentais:** As Direções do Tesouro e do Orçamento do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul fornecerão a seguinte informação ao corpo técnico do FMI, no prazo de três semanas após o final de cada mês ou trimestre, com exceção do programa de

investimento público (PIP), cujos dados serão fornecidos no prazo de três meses após o final de cada trimestre:

- Dados mensais sobre as operações do governo central em termos de receitas, despesas e financiamento, incluindo uma descrição detalhada dos recursos consignados, em base de compromissos e de caixa.
- Dados mensais sobre o crédito líquido ao Governo pelo BCSTP, registados conta por conta, num formato compatível com as contas monetárias do BCSTP.
- Dados mensais pormenorizados sobre receitas fiscais e não fiscais.
- Dados mensais pormenorizados sobre a despesa de capital com financiamento interno, em base de compromissos e de caixa.
- Dados mensais sobre atrasados internos, por tipo e por credor.
- Dados trimestrais sobre atrasados implícitos com a ENCO por conta dos preços dos combustíveis no retalho, não abrangendo os eventuais custos de importação, margens de distribuição e impostos aplicáveis.
- Dados trimestrais sobre os atrasados da EMAE com a ENCO.
- Dados mensais sobre o apoio externo oficial ao programa (não relacionado a projetos).
- Dados trimestrais sobre a execução do programa de investimento público (PIP), por projeto e por fonte de financiamento.
- Dados trimestrais sobre a execução das despesas de capital financiadas pelo Tesouro, por tipo de projeto, montante, cronograma de execução e progressos na execução.
- Dados trimestrais sobre os desembolsos de donativos e de empréstimos para projetos (HIPC e não HIPC).
- Dados trimestrais sobre o alívio da dívida bilateral no âmbito da HIPC.
- Informação trimestral sobre a mais recente estrutura de preços de petróleo pendente e apresentação de novas estruturas de preços (no prazo de uma semana depois de estarem disponíveis).
- Dados trimestrais sobre as despesas pró-pobres.

- 2) **Dados monetários:** O BCSTP apresentará as suas contas monetárias ao corpo técnico do FMI no prazo de três semanas após o final de cada mês. Serão fornecidos outros dados monetários no prazo de seis semanas após o final de cada mês, no caso de dados mensais;

no prazo de dois meses após o final de cada trimestre, no caso de dados trimestrais, e no prazo de dois meses após o final de cada ano, no caso de dados anuais. O BCSTP fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI:

- Dados diários sobre as taxas de câmbio, a serem publicados na página do BCSTP na internet.
- Dados diários sobre as taxas de juro, a serem publicados na página do BCSTP na internet.
- Tabela diária de gestão da liquidez, incluindo a base monetária (em nova dobras) e a moeda em circulação, a ser publicada na página do BCSTP na internet.
- Posição diária de reservas internacionais líquidas, a ser publicada na página do BCSTP na internet.
- Dados mensais do balanço do BCSTP (no formulário 1SR do FMI, com as rubricas por memória solicitadas).
- Dados mensais do balanço consolidado das outras sociedades de depósitos (no formulário 2SR do FMI).
- Dados mensais consolidados da síntese das sociedades de depósitos (no formulário de inquérito 3SG do FMI).
- Orçamento cambial mensal do BCSTP.
- Mapa trimestral dos rácios prudenciais dos bancos e indicadores de solidez financeira.
- Dados trimestrais sobre a posição financeira do BCSTP (demonstração de resultados, défice, execução orçamental, etc.).

3) **Dados da dívida externa:** A Direção do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de dois meses após o final de cada mês, a seguinte informação:

- Dados mensais sobre a amortização e os juros da dívida externa, por credor; montante pago, programado, em atraso e sujeito a alívio da dívida ou reescalonado.
- Dados trimestrais sobre os desembolsos para projetos com financiamento externo e empréstimos de apoio ao programa.
- Dados em base anual sobre os planos de endividamento futuro.

4) **Contas nacionais e estatísticas comerciais:** Os dados a seguir serão fornecidos ao corpo técnico do FMI:

- Dados mensais do índice de preços no consumidor, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, no prazo de um mês após o final de cada mês.

- Dados mensais sobre as importações (valor das importações, impostos cobrados sobre as importações e atrasados) e os valores das exportações de matérias-primas, fornecidos pela Direção das Alfândegas do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul, no prazo de dois meses após o final de cada mês.
- Dados mensais sobre os carregamentos e o consumo de petróleo (volume e preços CIF, por produto), fornecidos pela Direção das Alfândegas.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

PEDIDO DE UM ACORDO DE 40 MESES AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO — ANEXO INFORMATIVO

Elaborado por

Departamento de África (Em consulta com outros departamentos)

ÍNDICE

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS	7
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	8

RELAÇÕES COM O FMI

(Em 31 de agosto de 2019)

Admissão e regime de consultas

Admitido em 30 de setembro de 1977; Artigo XIV

Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da quota
Quota	14,80	100,00
Haveres do FMI na moeda do país	14,80	100,02
Posição na tranche de reserva	0,00	0,00

Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da alocação
Alocação acumulada líquida	7,10	100,00
Haveres	0,20	2,79

Saldo de compras e empréstimos:	Milhões de DSE	% da quota
Acordos ECF	4,69	31,71

Acordos financeiros mais recentes:

Tipo	Data de aprovação	Data de vencimento	Montante aprovado (Milhões de DSE)	Montante sacado (Milhões de DSE)
ECF	13/07/2015	31/12/2018	4,44	3,81
ECF	20/07/2012	13/07/2015	2,59	1,11
ECF ¹	02/03/2009	01/03/2012	2,59	0,74

^{1/} Antigo PRGF.

Projeção dos pagamentos ao FMI²

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	Próximos				
	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Capital	0,07	0,26	0,41	0,60	0,75
Comissões/juros	0,02	0,06	0,06	0,06	0,06
Total	0,09	0,32	0,48	0,67	0,81

^{2/} Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

Implementação da Iniciativa HIPC:

	Quadro reforçado
Compromissos da assistência HIPC	
Data do ponto de decisão	Dezembro de 2000
Assistência comprometida	
por todos os credores (milhões de USD) ¹	124,30
<i>Da qual:</i> assistência do FMI (milhões de USD)	1,24
(equivalente em milhões de DSE)	0,82
Data do ponto de conclusão	Março de 2007
Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência prestada ao país membro	0,82
Assistência intercalar	...
Saldo no ponto de conclusão	0,82
Desembolso adicional do rendimento de juros ²	0,04
Total dos desembolsos	0,87

^{1/} A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor atual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

^{2/} No âmbito do quadro reforçado, é efetuado um desembolso adicional correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante da assistência HIPC comprometida mas não desembolsada.

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) ¹	1,43
Financiada por: Fundo MDRI	1,05
Recursos HIPC remanescentes	0,38

Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)

<u>Data da prestação</u>	<u>Dívida habilitada</u>		
	<u>GRA</u>	<u>PRGT</u>	<u>Total</u>
Dezembro de 2007	N/A	0,38	0,38
Março de 2007	N/A	1,05	1,05

^{1/} A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

Avaliações das salvaguardas:

Foram conduzidas avaliações das salvaguardas em 2009, 2013, 2015 e 2019. Foram feitos progressos limitados no fortalecimento das salvaguardas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP). Embora continuem a ser realizados exames anuais de auditoria externa por firmas de auditoria de renome, o quadro de salvaguardas do BCSTP é frágil, em parte devido à capacidade limitada. A lei do banco central precisa de ser alterada nas áreas de autonomia e governação, a posição financeira é fraca e as práticas de reporte financeiro ainda não estão alinhadas com as normas internacionais, e a função de auditoria interna continua a enfrentar limitações de capacidade. Além disso, persiste a falta de supervisão independente das operações diárias. É necessária assistência técnica para avançar nas reformas nas áreas de legislação do banco central, reporte financeiro e auditoria interna.

Regime cambial:

O regime cambial *de jure* e *de facto* é classificado como paridade fixa convencional ao euro. São Tomé e Príncipe indexou a dobra ao euro a partir de janeiro 2010, inicialmente à taxa de 24.500 dobras por euro; em janeiro de 2018, porém, o país procedeu à redenominação da moeda, com o corte de três zeros. A lei orgânica do BCSTP autoriza o banco a tomar decisões relativamente à política cambial. A comissão máxima que os bancos podem cobrar sobre as vendas de divisas foi fixada em 2% para operações em euros e 4% para operações em outras moedas. As compras de euros pelos bancos devem ser efetuadas à taxa publicada pelo BCSTP e não é permitida a cobrança de comissões. O BCSTP financia transações internacionais correntes à taxa de câmbio oficial e somente após a verificação da documentação que comprova a boa-fé do pedido da instituição bancária. O acesso às divisas é restrito aos bancos que apresentem uma posição aberta líquida na moeda de transação não superior a 12% dos fundos próprios e uma posição aberta líquida total em divisas não superior a 25% dos fundos próprios, e que estejam em conformidade com os rácios de solvência e de liquidez fixados pelo banco central e com os requisitos de reservas mínimas de caixa. Os bancos terão acesso direto às facilidades do banco central independentemente das condições acima referidas caso as divisas sejam utilizadas na importação de bens em períodos de crise ou na importação de combustíveis. O banco central cobra uma comissão de 1,5% sobre as vendas de euros e de 0,5% sobre as compras de euros. A taxa de compra é meramente indicativa, pois o BCSTP raramente efetua compras.

São Tomé e Príncipe continua a se valer do regime transitório previsto no Artigo XIV, mas não mantém restrições nos termos do referido artigo. Contudo, o país mantém duas restrições cambiais sujeitas à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII. A primeira está ligada aos limites à transferência dos lucros líquidos de investimentos, nos termos da alínea g) do Artigo 3.º e da alínea a) do número 1 do Artigo 18.º do Código de Investimento (Lei n.º 19/2016). A restrição resulta da exigência que condiciona a transferência desses lucros ao pagamento de impostos e outras obrigações devidas ao Estado, uma vez que a exigência se estende ao pagamento de impostos e outras obrigações que não têm relação com os lucros líquidos exportáveis. A segunda restrição cambial decorre dos limites à disponibilidade de divisas através do racionamento de divisas pelo BCSTP. Esta restrição dá origem também a uma prática de taxas de câmbio múltiplas, uma vez que, como consequência do racionamento, operações correntes de boa fé são realizadas no mercado paralelo, a uma taxa de câmbio que difere em mais de 2% daquela do mercado oficial.

Consulta ao abrigo do Artigo IV:

São Tomé e Príncipe está atualmente num ciclo de consultas de 24 meses. O Conselho de Administração concluiu a última consulta com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV em 23 de julho de 2018.

Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), Relatórios Sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) e Avaliações dos Centros Financeiros Offshore (OFC):

Nenhum.

Representante Residente:

Desde outubro de 2006 o FMI não tem um representante residente em São Tomé e Príncipe.

Assistência técnica, 2014–19:

Data da prestação	Departamento/finalidade
Setembro de 2019	Missão de curto prazo sobre estatísticas de finanças públicas
Setembro de 2019	Missão do AFRITAC sobre mobilização de receitas aduaneiras
Setembro de 2019	Missão de curto prazo sobre administração fiscal
Agosto de 2019	Missão do MCM sobre operações de mercado aberto
Julho de 2019	Missão de curto prazo sobre administração fiscal
Junho de 2019	Missão de curto prazo sobre administração da receita
Maio de 2019	Missão do AFRITAC sobre supervisão e regulamentação bancária
Maio de 2019	Missão de curto prazo sobre administração da receita
Maio de 2019	Missão do FAD sobre administração da receita
Abril de 2019	Missão do MCM sobre avaliação das salvaguardas
Abril de 2019	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das contas nacionais
Março de 2019	Missão do AFRITAC sobre estatísticas de finanças públicas
Dezembro de 2018	Missão do AFRITAC sobre estatísticas de finanças públicas
Dezembro de 2018	Missão do AFRITAC sobre supervisão e regulamentação bancária
Outubro de 2018	Missão do AFRITAC sobre estatísticas de finanças públicas
Outubro de 2018	Missão do AFRITAC sobre gestão da dívida
Setembro de 2018	Missão do AFRITAC sobre estatísticas de finanças públicas
Agosto de 2018	Missão de curto prazo sobre política tributária
Agosto de 2018	Missão do FAD sobre administração da receita
Agosto de 2018	Missão do FAD sobre GFP
Junho de 2018	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das contas nacionais
Junho de 2018	Missão do FAD sobre os preparativos para o IVA
Maio de 2018	Missão do FAD sobre administração aduaneira
Maio de 2018	Workshop de formação do AFRITAC em gestão da dívida
Maio de 2018	Missão do AFRITAC sobre supervisão e regulamentação bancária

Data da prestação	Departamento/finalidade
Abril de 2018	Missão do AFRITAC sobre EFP
Fevereiro de 2018	Missão do AFRITAC sobre administração aduaneira
Fevereiro de 2018	Missão do STA sobre estatísticas da balança de pagamentos
Janeiro-abril de 2018	Visita de perito itinerante do FAD sobre os preparativos para o IVA
Janeiro de 2018	Missão do STA sobre estatísticas de preços
Janeiro de 2018	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das contas nacionais
Janeiro de 2018	Missão do AFRITAC sobre administração aduaneira
Dezembro de 2017	Missão do AFRITAC sobre supervisão e regulamentação bancária
Dezembro de 2017	Missão do AFRITAC sobre gestão da dívida pública
Novembro de 2017	Missão do MCM sobre resolução e liquidação bancárias
Novembro de 2017	Missão de seguimento do LEG sobre a legislação do IVA
Agosto de 2017	Missão do AFRITAC sobre estatísticas de finanças públicas
Julho de 2017	Missão do FAD sobre execução e controlo orçamental
Março de 2017	Missão do FAD sobre administração da receita
Março de 2017	Missão do FAD sobre gestão de atrasados
Março de 2017	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Fevereiro de 2017	Missão do MCM sobre supervisão e regulamentação bancárias
Novembro de 2016	Missão do MCM sobre resolução e liquidação bancárias
Agosto de 2016	Missão do MCM sobre supervisão e regulamentação bancárias
Agosto de 2016	Missão do FAD/LEG sobre política fiscal
Abril de 2016	Missão do FAD sobre gestão de atrasados
Março de 2016	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Novembro de 2015	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Novembro de 2015	Missão do FAD sobre mecanismo de ajuste automático do preço dos combustíveis
Setembro/outubro 2015	Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas
Setembro de 2015	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Julho de 2015	Missão do FAD sobre administração fiscal
Julho de 2015	Missão do STA sobre balança de pagamentos e PII
Abril de 2015	Missão do FAD sobre cenário fiscal de médio prazo
Março de 2015	Missão do FAD sobre administração fiscal
Março de 2015	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Novembro de 2014	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Setembro de 2014	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Setembro de 2014	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Abril de 2014	Missão do STA sobre balança de pagamentos e PII

RELAÇÕES COM OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

A: Banco Mundial

<http://www.worldbank.org/en/country/saotome>

B: Banco Africano de Desenvolvimento

<https://www.afdb.org/en/countries/southern-africa/sao-tome-and-principe/>

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

(Em 21 de agosto de 2019)

I. Avaliação da adequação dos dados para fins de supervisão
<p>Geral: O fornecimento de dados apresenta algumas deficiências, sobretudo em termos de atualidade, mas em geral é apropriado para fins de supervisão. Deve-se intensificar os esforços para melhorar a recolha de estatísticas macroeconómicas, especialmente no que respeita aos indicadores avançados da atividade económica e aos dados sobre o turismo. Os graves constrangimentos em termos de recursos financeiros, humanos e tecnológicos atrasaram os avanços para o fortalecimento do sistema estatístico. As principais deficiências estão nas áreas de contas nacionais e setor orçamental.</p>
<p>Contas nacionais: As autoridades compilam e publicam uma série temporal do PIB anual usando um ano base desatualizado (2008) e dados de base inadequados. A série do PIB apresenta uma série de problemas, nomeadamente a presunção de um rácio de consumo intermédio fixo ao longo do tempo a preços correntes, e estimativas do PIB pela óptica da despesa nas quais a despesa de consumo final dos agregados familiares é estimada como residual. As autoridades continuam empenhadas em melhorar a qualidade dos dados de base. A mais recente estimativa do PIB refere-se ao ano civil de 2018, e está ainda sujeita a revisão. Não são compiladas estimativas trimestrais do PIB, mas o AFRITAC Central começou a prestar assistência técnica para o seu desenvolvimento.</p>
<p>Estatísticas de preços no consumidor: Em janeiro de 2016, o INE iniciou a divulgação de um novo IPC (base: 2014 = 100). Com a assistência do AFRISTAT, o cabaz de produtos foi alterado e as ponderações foram atualizadas, utilizando os resultados de um inquérito ao orçamento familiar realizado em 2010. Devido às limitações financeiras, o novo IPC abrange apenas a capital do país. Uma missão de assistência técnica no exercício de 2018 passou em revista o índice com o novo ano base, realizou o diagnóstico de toda a série, associou as séries anteriores e posteriores ao rebaseamento para produzir uma série analítica para a base de dados do FMI e para fins estatísticos e considerou os planos do INE de atualizações adicionais ao IPC após a conclusão do novo inquérito ao orçamento familiar que está em curso com o apoio do Banco Mundial.</p>
<p>Estatísticas das finanças públicas: Dados detalhados sobre as receitas e despesas são compilados e transmitidos ao AFR. As principais áreas que carecem de reforço são: i) monitorização das despesas com projetos financiados por doadores e ii) operações de financiamento. Todos os empréstimos a projetos (financiados por doadores) estão inscritos no orçamento, mas alguns são executados de forma independente. O governo solicitou a ajuda dos parceiros de desenvolvimento para inscrever todos os financiamentos externos no orçamento. A expectativa é que o registo das operações de financiamento e dos stocks seja aperfeiçoado em consequência do reforço da capacidade de gestão da dívida. As contas públicas de 2010–16 foram finalizadas e apresentadas ao Tribunal de Contas. As autoridades estão a trabalhar nas contas públicas de 2017.</p>

STP aderiu ao projeto do AFRITAC Central em 2017, com planos para o desenvolvimento das EFP. As missões de AT concluídas em 2017 e 2018 concentraram-se em: i) identificar as prioridades em termos da compilação de EFP e sugerir às autoridades um roteiro de migração para a adoção plena dos princípios do GFSM 2014 (Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014) e ii) auxiliar o Ministério das Finanças a compilar as EFP do governo geral orçamental para um exercício fiscal segundo as diretrizes do GFSM 2014. Uma missão de AT realizada em março de 2019 prestou apoio às autoridades relativamente ao programa em curso de desenvolvimento das capacidades, tendo como objetivo melhorar a compilação de dados orçamentais (com a implementação do quadro do GFSM 2014).

Um workshop do AFRITAC Central organizado em 2019 centrou-se: i) na seleção de fontes de dados para a compilação da TOFE; ii) nos procedimentos e mecanismos para a produção de EFP a partir dos balancetes e das demonstrações financeiras das entidades governamentais; e iii) na transmissão de EFP e de estatísticas da dívida do setor público ao STA.

Estatísticas monetárias e financeiras: As missões do STA prestaram assistência técnica em estatísticas monetárias em dezembro de 2004, abril/maio de 2006, junho de 2007 e setembro de 2010, em resultado das quais se melhorou consideravelmente a exatidão e oportunidade dos dados monetários transmitidos no formulário padrão de reporte de dados (SRF) relativamente ao banco central e às outras sociedades de depósitos. O BCSTP retomou a transmissão regular de dados mensais ao STA sobre o banco central e as OSD.

Os balancetes mensais do BCSTP são, na generalidade, apropriados para a compilação de estatísticas monetárias em conformidade com o MFSMCG (Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras e Guia de Compilação). Um novo plano de contas para as OSD foi introduzido em janeiro de 2010. A missão de setembro de 2010 examinou este novo plano de contas para o sistema financeiro e considerou-o apropriado para a correta classificação, setorização e avaliação dos instrumentos financeiros, e compatível com a metodologia do MFSMCG. Contudo, a missão constatou graves deficiências na informação reportada por alguns bancos e incoerências na abordagem adotada pelos bancos no reporte de dados ao BCSTP. Seguindo as recomendações da missão, o BCSTP se empenhou em corrigir esses problemas. O banco central começou a recolher dados das companhias de seguros que iniciaram as suas atividades nos últimos anos. O volume de ativos das companhias de seguros ainda é pequeno demais para justificar a inclusão destas nas estatísticas monetárias.

O banco central produz um quadro trimestral de indicadores de solidez financeira (ISF). Missões de assistência técnica do MCM na área de supervisão bancária ajudaram a alargar a cobertura de tal quadro e melhorar a qualidade dos dados. As missões de AT lideradas pelo AFC em dezembro de 2018 e em maio de 2019 centraram-se no apoio ao BCSTP na implementação da supervisão bancária baseada no risco. O AFC planeia financiar duas missões de regulamentação e supervisão bancárias ao BCSTP em cada exercício para prestar assistência técnica prática e operacional às autoridades.

O BCSTP reporta dados sobre algumas séries e indicadores do inquérito FAS sobre o acesso a serviços financeiros, nomeadamente os dois indicadores (agências bancárias comerciais por

100 mil adultos e caixas automáticas (ATMs) por 100 mil adultos) adotados pelas Nações Unidas para monitorizar a Meta 8.10 do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Estatísticas do setor externo (ESE): O BCSTP compila estatísticas trimestrais sobre a balança de pagamentos (BdP) e a posição de investimento internacional (PII) que são coerentes com as orientações da sexta edição do BPM6 (Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional). São transmitidos regularmente dados ao STA, embora ainda seja preciso melhorar a oportunidade (os desfasamento são superiores a dois trimestres). São necessários mais esforços para melhorar a cobertura, a fiabilidade e o grau de pormenorização.

As taxas de resposta aos inquéritos do setor não financeiro são baixas, e os erros e omissões líquidos são ainda bastante grandes; o BCSTP está a avaliar outros métodos alternativos de recolha de dados até que a taxa de resposta seja considerada adequada. O acesso direto dos compiladores aos dados sobre o comércio de petróleo é essencial para melhorar a qualidade das ESE. São também necessários novos esforços para melhorar a compilação e a coerência das estatísticas sobre as transações financeiras e a PII.

A missão de assistência técnica mais recente (fevereiro de 2018) constatou que havia desafios relacionados ao baixo índice de respostas aos inquéritos, à granularidade e cobertura limitadas da conta de bens e às limitações em termos de recursos humanos.

II. Normas e qualidade dos dados

São Tomé e Príncipe aderiu ao Sistema Geral de Disseminação de Dados aprimorado (e-GDDS) do FMI, e o país publicou os dados essenciais na sua Página Nacional de Síntese de Dados.

República Democrática de São Tomé e Príncipe: Quadro de indicadores comumente exigidos para fins de supervisão
(Em 21 de agosto de 2019)

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁶	Frequência do reporte	Frequência da publicação
Taxas de câmbio	Julho/2019	Agosto/2019	M	M	M
Ativos e passivos de reserva internacionais da autoridade monetária ¹	Julho/2019	Agosto/2019	M	M	M
Posição de investimento internacional	4.º T 2018	Maio/2019	T	T	T
Reservas/base monetária	Julho/2019	Agosto/2019	M	M	M
Massa monetária	Junho/2019	Agosto/2019	M	M	M
Balanço do banco central	Julho/2019	Agosto/2019	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Junho/2019	Agosto/2019	M	M	M
Taxas de juro ²	Abril/2019	Agosto/2019	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	Abril/2019	Julho/2019	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo geral ⁴	Maio/2018	Junho/2018	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central	Maio/2018	Junho/2018	M	M	M
Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵	Dez/2017	Março/2018	M	T	T
Saldo da conta corrente externa	1.º T 2019	Junho/2019	T	T	T
Exportações e importações de mercadorias	1.º T 2019	Junho/2019	T	T	T
PIB/PNB ⁶	2017	Março/2018	A	A	A
Dívida externa bruta	Dez/2017	Março/2018	M	T	T

¹ Inclui os ativos de reserva dados em garantia ou penhorados, bem como as posições derivadas líquidas.

² Taxa de referência do banco central.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

PEDIDO DE UM ACORDO DE 40 MESES ANOS AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO – ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA¹

18 de setembro de 2019

Aprovado por
**David Owen e Kevin Fletcher (FMI) e
Marcello Estevão (AID)**

Elaborado pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento.

São Tomé e Príncipe: Análise Conjunta de Sustentabilidade da Dívida – Banco Mundial-FMI	
Risco de sobre-endividamento externo	<i>Em sobre-endividamento</i>
Risco global de sobre-endividamento	<i>Em sobre-endividamento</i>
Granularidade na notação do risco	<i>Sustentável</i>
Aplicação de julgamento	<i>Não</i>

O país permanece em estado de sobre-endividamento devido a atrasados externos de longa data por regularizar, mantendo a mesma notação da análise de sustentabilidade da dívida (ASD) anterior. Além disso, os significativos atrasados internos da empresa de serviços de utilidade pública (EMAE) com grandes prejuízos refletem as graves limitações de liquidez do setor público. De acordo com a opinião do corpo técnico, o país dispõe da capacidade de regularizar os atrasados externos (2,6% do PIB) ao longo do tempo, uma vez que os rácios da dívida externa no cenário de base continuam bem abaixo dos limiares de alto risco. Embora o total da dívida externa pública e com garantia pública (PGP) esteja atualmente acima do parâmetro de alto risco, ele pode ser considerado sustentável, uma vez que o valor atual do total da PGP situa-se abaixo do parâmetro tendo em linha de conta os termos dos atrasados formalizados da EMAE com o seu fornecedor de combustíveis (ENCO) e do governo com a ENCO, bem como o compromisso do país de obter empréstimos externos somente em condições concessionais e de implementar as reformas planeadas da EMAE.

¹ A atualização da ASD foi elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial em colaboração com as autoridades de São Tomé e Príncipe. A análise atualiza a anterior ASD conjunta, datada de 9 de julho de 2018 (Relatório do FMI n.º 18/251). A ASD observa os princípios da nota de orientação conjunta para a aplicação do quadro de sustentabilidade da dívida de países de baixo rendimento (QSD-PBR), de fevereiro de 2018 (*Staff Guidance Note on the Application of the Joint Fund-Bank Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries*). A classificação do indicador composto do país foi de 2,698 e a sua capacidade de endividamento foi avaliada como sendo média ao abrigo do QSD-PBR revisto e da avaliação transversal atualizada em abril de 2019.

COBERTURA DA DÍVIDA PÚBLICA

1. Em linha com o quadro ASD revisto, a cobertura da dívida PGP total relativamente à ASD anterior foi alargada para incluir os atrasados de uma empresa pública (EP), a Empresa de Água e Eletricidade (EMAE), com o seu fornecedor de petróleo ENCO (Tabela 1 do texto).^{2,3} Existem três outras empresas totalmente controladas pelo Estado: a Empresa Nacional de Administração de Portos (ENAPORT), a Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ENASA) e os Correios. A ENASA e a ENAPORT têm conseguido cobrir as suas despesas nos últimos anos, e parecem ser capazes de cumprir o serviço das suas dívidas (apesar da indisponibilidade de dados fiáveis); tampouco há dados disponíveis sobre a dívida dos Correios, mas trata-se de uma empresa de menores dimensões. Por conseguinte, os empréstimos comerciais destas entidades não são incluídos na dívida pública segundo o cenário de base. Para ter em conta os potenciais passivos contingentes associados às empresas públicas exceto a EMAE, utiliza-se o valor padrão de 2,0% do PIB.⁴ A cobertura completa do teste de stress do passivo contingente é apresentada na Tabela 2 do texto.⁵ Os passivos contingentes dos mercados financeiros são fixados no seu valor padrão de 5% do PIB, o que representa o custo médio para o governo de uma crise financeira desde os anos de 1980 em países de baixo rendimento.⁶ O empréstimo contestado da Nigéria, no valor de USD 30 milhões, é incluído nos testes de stress do passivo contingente por questões de prudência. Por último, um choque adicional do passivo contingente é também considerado para a ASD externa, ao passo que os atrasados externos da ENCO, que ascendem a USD 189,4 milhões (46,5% do PIB) no final de 2018 relativamente à sua empresa-mãe, a angolana Sonangol, são incluídos na dívida externa PGP do país e se pressupõe que sejam totalmente reembolsados em 20 anos, a partir de 2019.⁷

² Os stocks da dívida do país são zero para alguns elementos novos abrangidos pelo quadro ASD revisto, incluindo o fundo da segurança social e a dívida do banco central contraída em nome do governo. Não existe mais nenhuma dívida com garantia pública excluída desta ASD.

³ A ENCO está registada internamente em São Tomé e Príncipe, com 77,6% das suas ações detidas pela Sonangol (uma EP angolana) e 16,0% detidas pelo governo de São Tomé e Príncipe. Os atrasados do governo com a ENCO foram regularizados em 2016, e os atrasados da EMAE, no montante de USD 104,4 milhões no final de julho de 2019, foram regularizados em agosto de 2019.

⁴ Com base em dados preliminares, no final de 2018, a ENAPORT tinha empréstimos comerciais no montante de cerca de USD 2,2 milhões, com vencimento em agosto de 2028; a ENASA tinha dois empréstimos comerciais de USD 0,3 milhões (com vencimento em setembro de 2028) e USD 2,0 milhões (com vencimento em junho de 2029), respetivamente. No total, esses empréstimos ascendem a USD 4,5 milhões, ou cerca de 1% do PIB. O governo detém participações minoritárias em quatro outras empresas que são rentáveis.

⁵ Em conformidade com a ASD anterior, os atrasados anteriores à iniciativa HIPC (13,5% do PIB) estão excluídos no pressuposto do perdão da dívida. A dívida de uma PPP anterior à iniciativa HIPC no valor de 11,2% do PIB está excluída, em linha com o tratamento relativo a outras dívidas anteriores àquela iniciativa. Os pormenores sobre este empréstimo são apresentados na Tabela 4 do texto.

⁶ "Guidance Note on the Bank-Fund Debt Sustainability Framework for Low Income Countries", fevereiro de 2018, parágrafo 68.

⁷ Em caso de liquidação da ENCO, os seus créditos sobre a administração pública, a EMAE e outros elementos do setor público podem ser transferidos sobretudo para a Sonangol, que pode exigir o reembolso. De salientar que os créditos da ENCO sobre a EMAE e o governo não estão incluídos no stock da dívida externa do cenário de base embora sejam expressos em USD, dado que a ASD utiliza um pressuposto baseado na residência (estes créditos são considerados como dívida interna no cenário de base). A dimensão do choque da Sonangol (46,5% do PIB) é calibrada para captar o montante máximo dos passivos que o governo teria de assumir caso a contingência se materializasse; trata-se de um cenário pessimista, uma vez que a ENCO é uma *joint venture* detida maioritariamente (77,6%) pela Sonangol, uma empresa angolana. O governo e as entidades privadas de São Tomé e Príncipe detêm, respetivamente, 16,0% e 6,4% de participações.

Tabela 1 do texto. São Tomé e Príncipe: Cobertura da dívida pública no cenário de base

	Subsetores do setor público	Subsetores abrangidos
1	Governo central	X
2	Governos distritais	
3	Outros elementos da administração pública	X
4	d/q: Fundo de segurança social	X
5	d/q: Fundos extraorçamentais	X
6	Garantias (a outras entidades no setor público e privado, incluindo a EPs)	X
7	Banco central (contraída em nome do governo)	X
8	Dívida não garantida de EPs	

Fontes: Corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.

Tabela 2 do texto. São Tomé e Príncipe: Cobertura do teste de stress dos passivos contingentes

1	Cobertura da dívida pública do país	Governo central e fundos da segurança social e extraorçamentais, banco central, dívida garantida pelo governo		
		Padrão	Utilizada para a análise	Razões para os desvios às definições padrão
2	Outros elementos do governo geral não capturados em 1.	0 por cento do PIB	Inclusão do empréstimo contestado da Nigéria (7,4) na ASD pública e externa, e dos atrasados da ENCO com a Sonangol (46,5) na ASD externa. 2/2	Constituem potenciais riscos.
3	Dívida de EPs (garantida e não garantida pelo governo) 1/	2 por cento do PIB		
4	PPP	35 por cento do stock de PPP	0	O projeto de PPP é anterior à HIPC e está excluído da análise da ASD.
5	Mercado financeiro (o valor padrão de 5% do PIB é o valor mínimo)	5 por cento do PIB	5	
	Total (2+3+4+5) (em % do PIB)			14,4 para a ASD pública e 60,9 para a ASD externa.

^{1/} O choque padrão de 2% do PIB será acionado no caso de países cuja dívida com garantia pública não seja totalmente capturada pela definição de dívida pública do país (1).

^{2/} O choque dos atrasados da ENCO com a Sonangol não é aplicado à ASD pública porque os créditos da ENCO sobre o governo e a EMAE já estão incluídos na dívida interna PGP.

Fontes: Corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.

CONTEXTO

A. Dívida

2. A dívida pública direta e com garantia do governo central diminuiu 2% do PIB durante o programa concluído recentemente (2015–18); no entanto, o total da dívida PGP aumentou 6% do PIB (para 96%, Tabela 3 do texto).⁸ A diminuição é atribuída ao crescimento constante do PIB, ao reembolso da anterior dívida decorrente do subsídio aos preços do petróleo, usando receitas geradas pelos preços internos superiores aos preços de importação, à não contração de nova dívida e aos desembolsos adiados de alguns empréstimos existentes. Contudo, tal declínio foi mais do que compensado pelos atrasados da EMAE acumulados com o seu fornecedor de petróleo, a ENCO, no mesmo período.⁹ Em 2018, esses atrasados aumentaram em USD 16 milhões, a um ritmo ligeiramente mais intenso do que em 2017, quando a acumulação foi de USD 14 milhões. Os atrasados voltaram a crescer no primeiro semestre de 2019 (um acréscimo de USD 9,4 milhões), e podem crescer ainda mais no segundo semestre, em função de fatores sazonais. Além disso, um exame pormenorizado do Ministério das Finanças identificou outros atrasados do governo com fornecedores internos, no montante aproximado de USD 25 milhões (cerca de 6% do PIB), em razão da má planificação orçamental e da insuficiência de donativos e empréstimos para projetos. O total da dívida externa PGP também inclui a dívida de algumas entidades da administração central (como o parlamento e os tribunais), que contraíram empréstimos com a aprovação do Ministério das Finanças.

3. O país continua a negociar ativamente com credores bilaterais para regularizar os atrasados pós-HIPC. No total, esses atrasados ascenderam a 2,6% do PIB em 2018 (USD 10,7 milhões), e são devidos a Angola (USD 4,8 milhões), ao Brasil (USD 4,3 milhões) e à Guiné Equatorial (USD 1,7 milhões). Foi alcançado um acordo com o governo brasileiro, pendente de ratificação pelo Senado brasileiro. O governo procurou ativamente alcançar acordos de reescalonamento da dívida com Angola e a Guiné Equatorial. Estes atrasados refletem-se no stock da dívida.

⁸ Devido à cobertura mais abrangente da dívida discutida acima, a “dívida direta e com garantia do governo central” nesta ASD apresenta a mesma cobertura do “total da dívida PGP” na ASD anterior. Em linha com o novo quadro de sustentabilidade da dívida, o termo “total da dívida PGP” refere-se à cobertura alargada que inclui o governo central e a EMAE (os atrasados do governo com a EMAE são excluídos durante a consolidação).

⁹ Esses atrasados incluem aqueles incorridos pela HidroEquador, que pertence à empresa-mãe da EMAE mas reporta as suas perdas separadamente. Os atrasados da EMAE com a ENCO aumentaram consideravelmente desde 2016 devido a uma expansão da rede de distribuição de eletricidade.

Tabela 3 do texto. São Tomé e Príncipe: Stock da Dívida Externa Pública e Com Garantia Pública

(No final de 2018)	Milhões de USD		% do PIB (%)	
	Fim 2015	Fim 2018	Fim 2015	Fim 2018
Total da dívida PGP (incl. atrasados da EMAE à ENCO, mas excl. atrasados do gov. à EMAE)	280.9	388.7	89.6%	95.5%
Dívida direta e garantida do governo central (excl. atrasados da EMAE à ENCO, mas incl. atrasados do gov. à EMAE)	237.5	300.2	75.8%	73.7%
Total da dívida externa PGP	185.2	194.5	59.1%	47.8%
Credores multilaterais	44.6	49.5	14.2%	12.2%
AID	13.8	11.8	4.4%	2.9%
BADEA	9.4	12.0	3.0%	2.9%
FIDA	6.7	5.4	2.1%	1.3%
BAfD	5.2	11.8	1.7%	2.9%
FMI	6.7	6.9	2.1%	1.7%
OPEP	2.8	1.7	0.9%	0.4%
Credores bilaterais	115.7	133.4	36.9%	32.7%
Portugal	54.5	57.2	17.4%	14.0%
Angola ¹	44.4	55.6	14.2%	13.7%
China	10.0	10.0	3.2%	2.5%
Brasil	4.3	4.3	1.4%	1.0%
Guiné Equatorial	1.6	1.7	0.5%	0.4%
Bélgica	0.8	0.8	0.3%	0.2%
Outros ²	0.0	3.9	0.0%	0.9%
Dívida a fornecedores externos	6.9	11.5	2.2%	2.9%
Dívida interna	52.3	105.7	16.7%	26.0%
ENCO (importadora de petróleo; atrasados regularizados)	48.4	37.8	15.4%	9.3%
Atrasados do governo com fornecedores internos³	3.5	36.9	1.1%	9.1%
CST (telecomunicações)	3.5	6.7	1.1%	1.7%
EMAE (água e eletricidade)	0.0	4.9	0.0%	1.2%
Outros	0.0	25.3	0.0%	6.2%
Bilhetes do Tesouro (governo central)	0.0	19.3	0.0%	4.7%
Crédito de OSD ao gov. central (excl. BTs)	0.4	11.7	0.1%	2.9%
Atrasados da EMAE à ENCO⁴	43.4	93.4	13.8%	22.9%
Por memória:				
Atrasados antigos pré-HIPC		54.9		13.5%
Itália ⁵		24.3		6.0%
Angola		30.6		7.5%
Empréstimo da Nigéria		30.0		7.4%

Fontes: Autoridades são-tomenses, EMAE, ENCO e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Incl. a dívida de USD 4,8 milhões com Angola contraída após o alívio da dívida HIPC de 2007.

² Devido à discrepância estatística nos dados da dívida das autoridades.

³ Base de compromissos; os fornecedores são residentes do país.

⁴ Excl. atrasados da HidroEquador S.A. à ENCO.

⁵ Dívida comercial garantida pelo governo.

Tabela 4 do texto. São Tomé e Príncipe: Atrasados e Dívida Contestada
(Em fim de 2018)

Tipo	Descrição	Tratamento na ASD
Atrasados antigos anteriores à HIPC (13,5% do PIB)	São Tomé e Príncipe apresenta atrasados antigos anteriores à HIPC com Angola (USD 30,6 milhões) e Itália (USD 24,3 milhões), num total de USD 54,9 milhões. O país está a envidar os melhores esforços para chegar a um acordo consistente com o acordo representativo do Clube de Paris. Em 2017, São Tomé e Príncipe conseguiu garantir um alívio dos atrasados antigos anteriores à HIPC com a China no valor de USD 18,4 milhões.	Não incluídos na ASD no pressuposto de perdão esperado.
Atrasados bilaterais pós-HIPC (2,6% do PIB)	São Tomé e Príncipe apresenta atrasados pós-HIPC com Angola (USD 4,8 milhões), o Brasil (USD 4,3 milhões) e a Guiné Equatorial (USD 1,7 milhões), num total de USD 10,7 milhões. ¹⁰ O governo procurou ativamente alcançar acordos de reescalonamento da dívida com Angola e a Guiné Equatorial através de correspondências e reuniões de alto nível. No entanto, aguardam-se as respostas destes dois países para que prossigam as negociações. Estes atrasados são o resultado de uma gestão da dívida fraca e o corpo técnico considera que São Tomé e Príncipe tem capacidade para os reembolsar ao longo do tempo.	Incluídos na ASD.
Atrasados internos (9,1% do PIB)	São Tomé e Príncipe apresenta atrasados internos com a empresa de telecomunicações, CST (USD 6,7 milhões), com a empresa de água e eletricidade, EMAE (USD 4,9 milhões) e com outros fornecedores privados (USD 25,3 milhões, na maioria empresas de construção). No total, os atrasados internos ascendem a USD 36,9 milhões.	Incluídos na ASD.
Dívida contestada (7,4% do PIB)	Foi excluído do stock da dívida um empréstimo da Nigéria no montante de USD 30 milhões dado que não existe um contrato assinado entre os dois países com as condições de reembolso. Todavia, as autoridades reconhecem o recebimento dos fundos que foram despendidos conforme demonstrado pela documentação orçamental. Este empréstimo foi concedido como adiantamento de receitas do petróleo no contexto da zona de desenvolvimento conjunto entre os dois países, mas este projeto foi interrompido. De acordo com as autoridades de São Tomé e Príncipe, este empréstimo está a ser contestado porque apenas deveria ser reembolsado no caso da materialização das receitas do petróleo.	Incluída nos testes de stress do passivo contingente na ASD pública e na ASD externa.

¹⁰ Esses montantes mantiveram-se inalterados até ao final de junho de 2019.

B. Previsão Macroeconómica

4. Os pressupostos macroeconómicos estão atualizados. A ASD atual presume um crescimento do PIB real ligeiramente mais lento (4,3%) e um deflator do PIB mais moderado (2,8%) face à ASD anterior (Tabela 5 do texto), o que reflete desenvolvimentos recentes, incluindo a revisão do PIB que diminuiu o deflator do PIB nos últimos anos. A inflação foi revista em alta para refletir a inflação elevada no final de 2018 e no final de junho de 2019, bem como o impacto extraordinário da introdução do IVA, esperado para 2020. Entretanto, o IDE permanece num nível semelhante ao da ASD de julho de 2018, o que reflete o interesse externo ainda elevado na exploração de petróleo no país. Além disso, espera-se que as exportações acelerem à medida que a estratégia do turismo é implementada com o apoio do Banco Mundial, e o setor seja gradualmente impulsionado pela melhoria das infraestruturas, um novo sistema de pagamentos internacional (cuja conclusão está, atualmente, esperada em cerca de três anos) e uma nova escola de turismo. Em linha com a Facilidade de Crédito Alargado do FMI solicitada pelo governo, presume-se que o défice orçamental seja financiado sobretudo por donativos e empréstimos concessionais. A conta corrente será também financiada por IDE. As ferramentas de realismo indicam que o ajustamento orçamental do cenário de base é otimista. Tal deve-se sobretudo ao facto de o défice primário incluir os prejuízos da EMAE, que se situaram em 3,8% do PIB em 2018 e se espera que diminuam consideravelmente (para 1,0% do PIB em 2023), dado que a empresa está a ser reestruturada ao abrigo do programa apoiado pelo Banco Mundial e pelo Banco Europeu de Investimento.

Tabela 5 do texto. São Tomé e Príncipe: Pressupostos Macroeconómicos

	Histórico			Previsões	
	ASD 2017 ¹	ASD 2018 ¹	Últimos 4 anos	ASD de julho 2018 ¹	Esta ASD
	2007-16	2008-17	2014-17	2018-38	2018-38
Crescimento do PIB real (percentagem)	4,3	4,8	4,6	4,9	4,3
Inflação (média percentual)	13,2	11,9	5,8	3,4	4,0
Deflator do PIB (percentagem)	5,6	5,8	2,4	2,9	2,8
Saldo primário interno (percentagem do PIB)	-4,5	-3,9	-3,1	-1,0	-0,9
Donativos (percentagem do PIB)	17,3	16,7	11,8	7,4	5,2
Novos empréstimos (percentagem do PIB)	7,6	7,5	5,5	2,3	1,4
IDE (percentagem do PIB)	15,7	13,0	7,8	11,9	11,8
Crescimento das exportações em USD (percentagem)	21,9	24,6	24,3	6,2	8,3
Crescimento das importações em USD (percentagem)	9,6	10,3	3,3	6,3	5,9
Saldo da conta corrente, excl. donativos (percentagem do PIB)	-38,7	-36,3	-24,2	-17,1	-11,8
Saldo da conta corrente, incl. donativos (percentagem do PIB)	-21,4	-19,6	-12,4	-9,7	-6,8

¹ Relatório do FMI n.º 18/251

C. Classificação do País

5. A capacidade de endividamento do país é avaliada como sendo média ao abrigo do novo quadro de sustentabilidade da dívida dos países de baixo rendimento e da avaliação transversal atualizada em abril de 2019. O novo índice composto de capacidade de

endividamento reflete variáveis macroeconómicas, como crescimento do PIB real, remessas, reservas e crescimento mundial (Tabela 6 do texto), para além da avaliação CPIA das políticas e instituições nacionais, o único indicador ao abrigo do quadro anterior. Em conjunto com outras revisões ao quadro, isto confirma São Tomé e Príncipe como um país com capacidade de endividamento média. Os limiares aplicáveis aos rácios do valor atual (VA) da dívida externa PGP face ao PIB e às exportações são de 40% e de 180%, por comparação com 30% e 100%, respetivamente, na última ASD que avaliou o país como tendo uma capacidade de endividamento fraca. O limiar do VA do total da dívida PGP também aumentou para 55% (face a 38%) do PIB. O limiar do serviço da dívida externa PGP (relativamente a exportações e a receitas) permanece inalterado.

Tabela 6 do texto. São Tomé e Príncipe: Classificação da Capacidade de Endividamento

Final	Classificação com base na versão atual	Classificação com base na versão anterior	Classificação com base nas duas versões anteriores
Média	Média 2,698	Média 2,780	Média 2,800

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

D. Sustentabilidade da Dívida Externa

6. No cenário de base, todo o stock da dívida externa pública e com garantia pública e os rácios de serviço da dívida continuam bem abaixo dos respetivos limiares (Figura 1). Trata-se de uma melhoria relativamente à última ASD, em que o rácio VA da dívida/exportações ultrapassou o seu limiar. Esta melhoria é impulsionada sobretudo pelos referidos aumentos dos limiares. Os indicadores de solvência melhoraram ao longo do tempo no cenário de base e nos cenários de choques mais extremos em resultado do crescimento económico, da consolidação orçamental, da lenta acumulação de dívida, da expansão do setor do turismo e de importações limitadas, embora os indicadores de liquidez permaneçam constante e confortavelmente abaixo dos respetivos limiares ao longo do horizonte de projeção. Os resultados sugerem que a dívida externa PGP é sustentável.

7. Nos cenários de choques mais extremos, dois indicadores ultrapassam os respetivos limiares associados (Figura 1). O rácio VA do serviço da dívida/exportações e o rácio serviço da dívida/receitas permanecem abaixo dos seus limiares no cenário de choques mais extremos, nomeadamente um choque de exportações e um choque de passivo contingente combinado, respetivamente. Pelo contrário, o rácio VA da dívida/PIB e o rácio VA da dívida/exportações ultrapassam os seus limiares de 2019 a 2029, mas diminuem gradualmente nos cenários de choques mais extremos, ambos um choque de passivo contingente combinado. Conforme apresentado na Tabela 2 do texto, os principais passivos contingentes neste cenário extremo são os atrasados externos da ENCO com a Sonangol (46,5% de 60,9% do PIB) que, em última análise, podem ser da

responsabilidade do governo.¹¹ Estes resultados salientam a importância de desenvolver um plano de regularização dos atrasados da EMAE com a ENCO, assim como de promoção de um crescimento forte das exportações.

E. Sustentabilidade da Dívida Pública

8. O total da dívida PGP pode ser considerado sustentável no contexto das políticas programadas.¹² No cenário de base, o rácio VA do total da dívida PGP/PIB ultrapassa a referência devido, principalmente, à inclusão dos atrasados da EMAE com a ENCO¹³ e dos atrasados do governo com fornecedores privados, identificados recentemente (cf. parágrafo 2) (Figura 2). De salientar que o atual quadro de sustentabilidade da dívida usa o valor nominal da dívida interna PGP no cálculo do VA do total da dívida PGP. É apresentado também o VA da dívida PGP, tal como calculado, tendo em conta o VA dos termos de pagamento da dívida do governo e da EMAE à ENCO (a linha preta tracejada na Figura 2).¹⁴ Ambos os acordos estenderam os prazos de pagamento, trazendo o rácio VA do total da dívida PGP/PIB para um nível inferior à referência de 55% do PIB, a partir de 2019. Assim, o corpo técnico calcula que o total da dívida PGP é sustentável, desde que as reformas planeadas na EMAE sejam implementadas e que o país continue a obter empréstimos externos somente em condições concessionais e a um ritmo controlado.

9. Os três rácios do total da dívida PGP (VA da dívida/PIB, VA da dívida/receitas e serviço da dívida/receitas) são mais sensíveis a um choque do saldo primário. No contexto desse choque, os três rácios aumentariam no curto prazo antes de diminuírem gradualmente no médio a longo prazo. Além disso, tendo em conta que os atrasados da EMAE com a ENCO são expressos em moeda estrangeira, a dívida do país está sujeita ao risco cambial, embora esses atrasados sejam tratados como dívida interna conforme a definição baseada na residência.

QUALIFICAÇÃO DO SOBRE-ENDIVIDAMENTO E CONCLUSÕES

10. A classificação de São Tomé e Príncipe continua a ser de país em situação de sobre-endividamento. Isto deve-se ao facto de a regularização dos atrasados da dívida soberana pós-HIPC de São Tomé e Príncipe (com Angola, o Brasil e a Guiné Equatorial, num total de cerca de 2,6% do PIB) ainda estar em curso. Os atrasados consideráveis da EMAE com os seus fornecedores também refletem as graves limitações de liquidez do setor público. O corpo técnico avalia que São Tomé e Príncipe dispõe da capacidade para reembolsar estes atrasados ao longo do tempo. O país continua a procurar ativamente chegar a acordos de reescalonamento com os credores.

¹¹ A dimensão do choque da Sonangol (46,5% do PIB) é calibrada para capturar a quantidade máxima de passivos que têm de ser assumidos pelo governo caso a contingência se materialize.

¹² À semelhança do modelo da ASD anterior, apenas um dos três rácios do total da dívida externa PGP (rácio dívida/PIB) dispõe de uma referência (em vez de um limiar rigoroso) no novo modelo. Além disso, as taxas de juro reais negativas sobre a dívida interna na Figura 2 devem-se às baixas taxas de juro nominais (face à inflação) que, por sua vez, se devem ao excesso de liquidez no sistema bancário.

¹³ Após uma expansão da rede de eletricidade, os prejuízos da EMAE aumentaram para cerca de 4% do PIB ao ano, em média, no período de 2016–18, por comparação com uma média de 1,5% do PIB na África Subsariana.

¹⁴ O cronograma de reembolso da EMAE à ENCO abrange o atual stock da dívida e qualquer outro atrasado que venha a ser incorrido até que a EMAE volte a registar um excedente de exploração.

11. Comparativamente à ASD anterior, verificam-se menos ultrapassagens de limiares dos indicadores da dívida externa PGP, ao passo que os indicadores do total da dívida PGP se deterioraram. Todos os indicadores da dívida externa PGP permanecem abaixo dos respetivos limiares no cenário de base. Em grande medida, estes resultados podem ser atribuídos a uma capacidade de endividamento mais forte com base no indicador composto revisto ao abrigo do novo quadro de sustentabilidade da dívida e aos limiares superiores dos indicadores associados. No entanto, relativamente ao total da dívida PGP, os atrasados adicionais do governo junto a fornecedores, que foram identificados recentemente, bem como uma cobertura mais abrangente dos passivos do setor público, com a inclusão dos atrasados da EMAE, revelaram vulnerabilidades da dívida anteriormente não capturadas e conduziram a uma grande ultrapassagem do indicador de referência do VA da dívida/PIB no cenário de base. Embora esse indicador baixe para um nível inferior ao limiar se forem tidos em conta o VA dos reembolsos do governo e da EMAE à ENCO, os grandes prejuízos da EMAE e os atrasados a eles associados salientam a importância de reformar a EMAE para conter o risco orçamental.

12. Os riscos em torno do cenário de base são substanciais. Os testes de stress, em particular, mostram que a dívida do país é especialmente vulnerável a choques das exportações, dos passivos contingentes combinados e do saldo orçamental primário. O teste de stress com base num cenário extremo específico revela que o risco decorrente dos grandes atrasados externos da ENCO com a Sonangol pode ser elevado no curto prazo, ainda que alguns dos principais rácios da dívida externa se situem abaixo dos limiares no médio prazo e que a forte ligação diplomática entre São Tomé e Príncipe e Angola poderia constituir um potencial fator de mitigação a este cenário extremo.

13. No geral, a análise realça a importância de conter os prejuízos da EMAE e de manter políticas fortes para reduzir os riscos relacionados com a dívida. Essas políticas incluem aprofundar as reformas da EMAE, prosseguir a consolidação orçamental e a mobilização de receitas, evitar empréstimos não concessionais, melhorar o ambiente de negócios para atrair fluxos não geradores de dívida, reforçar políticas macroeconómicas conforme previsto no programa para apoiar a paridade cambial, e promover o turismo e o crescimento liderado pelo setor privado. Ademais, o país deve evitar empréstimos não concessionais. Para equilibrar as preocupações com a sustentabilidade da dívida e abordar a necessidade do país de grandes investimentos, a contratação de novos empréstimos concessionais deve ser limitada a 3% do PIB e os desembolsos da dívida não devem ultrapassar os 1,5% do PIB. Estes parâmetros podem ser ajustados de acordo com a evolução da vulnerabilidade da dívida e podem ser aliviados quando a vulnerabilidade diminuir. Neste contexto, o país deve esforçar-se por financiar grandes projetos usando meios que não gerem dívida, incluindo donativos.

Opinião das Autoridades

14. As autoridades concordaram com o teor geral da avaliação. Estão empenhadas em continuar os esforços de regularização dos atrasados externos de longa data. Reconhecem igualmente o risco significativo para a sustentabilidade da dívida dos grandes e persistentes prejuízos da EMAE, que se converteram num volume expressivo de atrasados à ENCO, e estão empenhadas em implementar as reformas na EMAE para alcançar a sustentabilidade da dívida. Também se comprometem em obter empréstimos somente em condições concessionais e a um ritmo controlado para reduzir a vulnerabilidade da dívida ao longo do tempo.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2017–2039
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

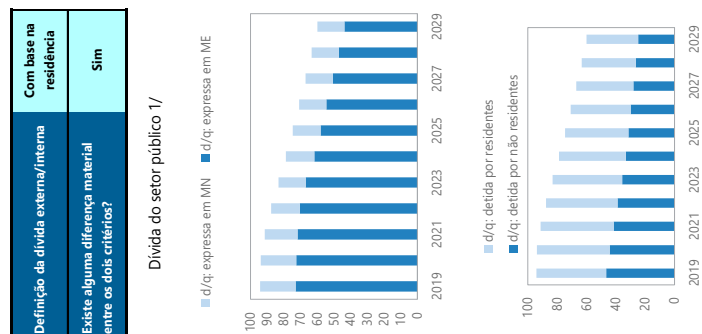
	Efectivo				Projeções							Média 8/			
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Histórica	Projeções
Dívida externa (nominal) 1	48.2	47.8	46.5	44.1	41.5	38.8	35.6	33.0	24.7	15.9	48.3	48.3	34.5	48.3	34.5
d/q: pública e com garantia pública (PGP)	48.2	47.8	46.5	44.1	41.5	38.8	35.6	33.0	24.7	15.9	48.3	48.3	34.5	48.3	34.5
Variação da dívida externa	14.4	-0.5	-1.2	-2.4	-2.7	-2.6	-3.2	-2.6	-1.6	-0.1	4.8	4.8	-4.5	4.8	-4.5
Fluxos líquidos identificados geradores de dívida	-1.3	-1.3	1.1	-1.9	-3.5	-3.8	-4.9	-5.4	-6.9	-8.8	17.4	17.4	7.0	17.4	7.0
Déficit da conta corrente excluindo juros	13.3	10.4	11.1	8.5	7.6	6.7	6.1	5.6	6.1	6.1	33.1	33.1	15.5	33.1	15.5
Déficit da balança de bens e serviços	29.0	23.7	21.6	20.4	17.9	17.1	15.6	14.5	11.5	11.5	19.6	19.6	-9.6	19.6	-9.6
Exportações	23.3	23.2	25.3	26.1	27.7	28.3	28.2	27.9	27.6	27.0	19.6	19.6	-9.6	19.6	-9.6
Importações	52.3	46.9	46.8	46.4	45.6	45.4	43.8	42.4	39.1	38.5	19.6	19.6	-9.6	19.6	-9.6
Transferências correntes líquidas (negativas = influxo)	-15.6	-12.4	-10.3	-12.4	-11.6	-10.8	-10.2	-9.7	-7.4	-7.0	4.0	4.0	1.1	4.0	1.1
d/q: oficiais	-11.1	-8.5	-6.7	-8.9	-8.1	-7.3	-6.8	-6.3	-3.9	-3.6	4.0	4.0	1.1	4.0	1.1
Outros fluxos de conta corrente (negativos = influxo líquido)	-0.1	-0.9	-0.2	0.6	1.2	1.3	1.3	1.3	1.4	1.6	4.0	4.0	1.1	4.0	1.1
IDE líquido (negativo = influxo)	-11.2	-6.8	-9.1	-9.3	-9.8	-10.1	-10.3	-10.4	-11.7	-14.6	-9.4	-9.4	-10.5	-9.4	-10.5
Dinâmica endógena da dívida 2/	-3.4	-4.9	-0.8	-1.1	-1.2	-1.3	-1.2	-1.1	-0.8	-0.4	-1.9	-1.9	2.4	-1.9	2.4
Contribuição da taxa de juro nominal	0.4	0.5	0.4	0.4	0.4	0.4	0.4	0.4	0.3	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Contribuição do crescimento do PIB real	-2.3	-1.1	-1.3	-1.5	-1.6	-1.7	-1.6	-1.5	-1.1	-0.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Contribuição das variações de preços e da taxa de câmbio	-1.4	-4.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Resíduo 3/	-13.1	0.8	-2.4	-0.5	0.9	1.2	1.6	2.9	5.2	8.7	-1.9	-1.9	2.4	-1.9	2.4
d/q: financiamento excecional	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Indicadores de sustentabilidade															
Rácio VA da dívida externa PGP/PIB	27.8	27.8	28.3	27.8	27.2	26.1	24.5	18.8	10.4	10.4	4.3	4.3	4.2	4.3	4.2
Rácio VA da dívida externa PGP/exportações	119.4	113.8	108.6	100.3	96.3	92.5	87.9	68.1	38.3	38.3	4.3	4.3	2.7	4.3	2.7
Rácio serviço da dívida PGP/exportações	3.8	4.2	5.1	5.4	4.9	4.8	5.0	6.8	5.6	2.8	21.6	21.6	8.7	21.6	8.7
Rácio serviço da dívida PGP/recostas	5.2	5.9	7.7	8.2	7.5	7.2	7.3	9.5	6.9	2.8	7.7	7.7	5.3	7.7	5.3
Necessidade bruta de financiamento externo (milhões de USD)	21.0	19.4	14.0	2.6	-4.8	-6.2	-12.9	-15.4	-40.6	-137.7
Principais pressupostos macroeconómicos															
Crescimento do PIB real (em percentagem)	3.9	2.7	2.7	3.5	4.0	4.5	4.5	4.5	4.5	4.5	4.3	4.3	4.2	4.3	4.2
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	2.3	9.5	-1.0	4.0	3.8	3.7	3.2	3.3	2.6	2.6	4.3	4.3	2.7	4.3	2.7
Taxa de juro efetiva (percentagem) 4/	0.6	1.1	0.9	1.0	1.0	1.1	1.1	1.2	1.4	1.6	0.8	0.8	1.2	0.8	1.2
Crescimento das exp. de bens e serviços (em USD, em %)	-10.8	14.1	10.5	11.0	14.9	10.4	7.7	6.6	7.0	7.1	21.6	21.6	8.7	21.6	8.7
Crescimento das import. de bens e serviços (em USD, em %)	4.5	2.6	1.5	6.7	6.0	7.8	4.2	4.4	5.8	7.1	7.7	7.7	5.3	7.7	5.3
Elemento concessional dos novos empr. do setor público (em %)	35.4	35.9	35.8	35.7	34.5	34.5	34.5
Receitas públicas (excl. donativos, em percentagem do PIB)	17.0	16.6	16.9	17.2	18.0	18.9	19.3	19.9	22.2	26.9	13.7	13.7	19.7	13.7	19.7
Fluxos de ajuda (milhões de USD) 5/	50.0	42.6	31.3	46.5	45.6	44.9	39.7	35.1	64.6	64.6	6.8	...	6.8
Financiamento equivalente a donativos (em % do PIB) 6/	7.4	9.8	9.0	8.2	7.3	6.8	4.3	6.8	...	6.8
Financiamento equivalente a donativos (em % do financ. externo) 6/	84.2	85.6	84.5	83.7	87.8	87.0	85.4	85.0	...	85.0
PIB nominal (milhões de USD)	369	423	430	463	499	541	584	630	689	736	85.0	...	85.0
Crescimento do PIB nominal (USD)	6.3	12.4	1.7	7.6	7.9	8.4	7.9	8.0	7.2	7.3	8.8	8.8	7.0	8.8	7.0
Por memória:															
VA da dívida externa 7/	...	27.8	28.8	28.3	27.8	27.2	26.1	24.5	18.8	10.4	4.3	4.3	4.2	4.3	4.2
Em percentagem das exportações	...	119.4	113.8	108.6	100.3	96.3	92.5	87.9	68.1	38.3	21.6	21.6	8.7	21.6	8.7
Total do rácio serviço da dívida externa/exportações	3.8	4.2	5.1	5.4	4.9	4.8	5.0	6.8	5.6	2.8	7.7	7.7	5.3	7.7	5.3
VA da dívida externa PGP (milhões de USD)	117.3	123.6	130.9	138.9	147.2	152.3	154.3	167.5	186.1	186.1
(VA-VAK-1)/PIB(-1) (em percentagem)	27.7	10.9	12.3	10.9	10.2	10.2	9.9	8.7	7.2	6.3
Déficit da CC excl. juros que estabiliza o rácio da dívida

Fornes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Indici e dívida externa dos setores público e privado.
 2/ Derivada como $(r - g - p(1+g) + \alpha(1+r)/(1+g+g))$ multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, sendo r = taxa de juro nominal; g = taxa de crescimento do PIB real; p = taxa de crescimento do deflador do PIB em USD; α = apreciação nominal da moeda nacional e α = parcela da dívida externa expressa em moeda nacional no total da dívida externa.
 3/ Indici o financiamento excecional (ou seja, variações dos atrasados e alívio da dívida); variações de ativos externos brutos; e ajustamentos de valorização. Para as projeções, inclui também a contribuição das variações de preços e da taxa de câmbio.
 4/ Pagamentos de juros do ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.
 5/ Definidos como donativos, empréstimos concessivos e alívio da dívida.
 6/ O financiamento equivalente a donativos inclui donativos concedidos diretamente ao governo e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).
 7/ Pressupõe que o VA da dívida do setor privado é equivalente ao seu valor facial.
 8/ As médias históricas são, em geral, calculadas ao longo dos últimos 10 anos, sujeito à disponibilidade de dados, enquanto as médias das projeções são calculadas ao longo do primeiro ano da projeção e dos próximos 10 anos.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Setor Público, Cenário de Base, 2017–2039
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

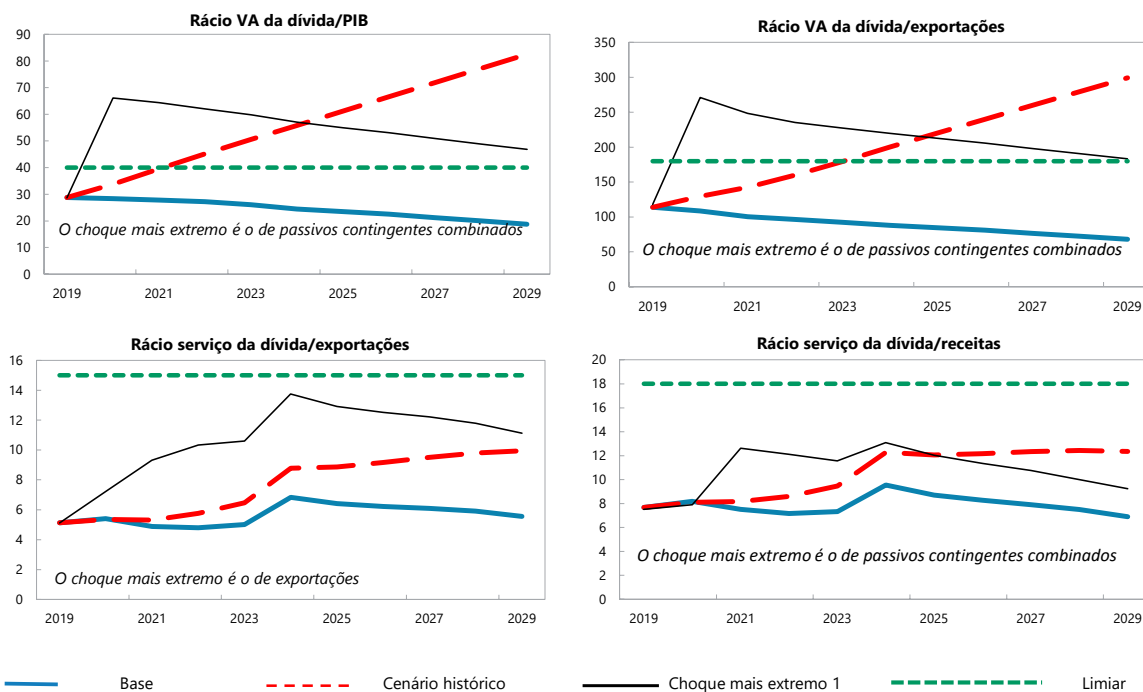
	Efetivo		Projeções										Média	
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2029	2039	Histórica	Projeções		
Dívida do setor público 1/	64.3	95.5	94.2	93.8	91.3	87.6	83.1	78.7	59.9	36.6	67.8	78.6		
d/q; dívida externa	48.2	47.8	46.5	44.1	41.5	38.8	35.6	33.0	24.7	15.9	48.3	34.5		
Variação da dívida do setor público														
Fluxos geradores de dívida identificados	-13.3	11.1	-1.3	-0.4	-2.5	-3.7	-4.5	-4.4	-3.4	-1.7	7.4	-3.6		
Déficit primário	6.7	7.9	4.7	4.8	3.1	2.1	2.1	0.8	0.3	0.6	12.9	1.7		
Receitas e donativos dos quais: donativos	27.6	24.7	23.5	26.1	26.1	26.3	26.1	26.2	26.1	30.5	27.6	25.9		
Despesa primária (excluindo juros)	34.3	32.6	28.2	31.0	29.3	28.4	28.2	27.0	26.4	31.1	40.5	27.6		
Dinâmica automática da dívida	-14.1	-2.7	-4.5	-6.0	-5.9	-6.0	-5.5	-5.1	-3.4	-1.9	40.5	27.6		
Contribuição do diferencial entre taxa de juro/crescimento da qual: contribuição da taxa de juro real média	-4.9	-3.7	-3.8	-4.5	-5.0	-5.2	-4.8	-4.5	-3.3	-1.8	40.5	27.6		
do qual: contribuição do crescimento do PIB real	-1.3	-1.5	-1.3	-1.3	-1.4	-1.3	-1.0	-0.9	-0.5	-0.2	7.4	-3.6		
Contribuição da depreciação da taxa de câmbio real	-3.6	-2.2	-2.5	-3.2	-3.6	-3.9	-3.8	-3.6	-2.7	-1.6	12.9	1.7		
Outros fluxos geradores de dívida identificados	-9.2	1.0	40.5	27.6		
Receitas de privatização (negativas)	-0.8	-0.4	-0.8	-0.7	-0.7	-0.6	-0.6	-0.6	-0.3	-0.1	-1.0	-0.5		
Reconhece. de passivos contingentes (ex. recapitalização bancária)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
Alívio da dívida (HIPC ou outro)	-0.8	-0.4	-0.8	-0.7	-0.7	-0.6	-0.6	-0.6	-0.3	-0.1	0.0	-0.2		
Outros fluxos ger. ou redutores de dívida (queira especificar)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	-0.2		
Resíduo	-5.1	6.4	-1.3	0.0	0.0	0.0	-1.1	-0.1	-0.1	-0.3	0.2	-0.2		
Indicadores de sustentabilidade														
Rácio VA da dívida pública/PIB 2/	...	76.5	76.4	77.9	77.6	75.9	73.5	70.1	53.9	31.0	67.8	78.6		
Rácio VA da dívida pública/receitas e donativos	...	309.3	324.8	298.3	297.2	289.0	281.9	267.2	206.2	101.6	48.3	34.5		
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos 3/	85.8	66.1	69.3	67.1	64.0	66.4	63.5	41.5	12.9	1.7		
Necessidade bruta de financiamento 4/	9.9	8.8	24.0	21.4	20.6	19.1	18.2	17.6	16.5	13.2	27.6	25.9		
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais														
Crescimento do PIB real (em %)	3.9	2.7	2.7	3.5	4.0	4.5	4.5	4.5	4.5	4.5	4.3	4.2		
Taxa de juro nominal média sobre a dívida externa (em %)	0.7	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.1	1.2	1.4	1.6	0.8	1.2		
Taxa de juro real média sobre a dívida interna (em %)	-1.9	-4.5	-3.1	-2.8	-2.2	-2.0	-1.5	-1.1	-0.8	-0.3	0.7	-1.6		
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação)	-11.8	1.5	-2.1	...		
Taxa de inflação (deflador do PIB, em %)	2.0	4.7	3.7	3.5	3.0	3.0	2.6	2.6	2.6	2.6	7.7	2.8		
Crescimento da despesa primária real (deflacionado pelo deflador do PIB, em %)	-13.4	-2.3	-11.3	13.7	-1.7	1.3	3.7	0.2	5.3	6.2	8.4	2.4		
Déficit primário que estabiliza o rácio dívida/PIB 5/	20.0	-3.3	5.9	5.2	5.6	5.8	6.6	5.2	3.7	2.3	7.6	5.0		
VA de passivos contingentes (não incl. na dívida do setor público)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
Por memória														
Déficit primário incl. donativos HIPC e excl. prejuízos da EMAE	0.5	4.2	0.1	-0.5	-1.0	-1.5	-1.2	-0.9	-0.1	0.5	10.9	-0.5		
Prejuízos da EMAE	5.4	3.2	3.7	4.6	3.4	3.0	2.6	1.1	0.0	0.0	1.0	1.7		



Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.
 1/ Cobertura da dívida do governo central mais os fundos extra-orçamentais, banco central e dívida com garantia pública. A dívida externa é definida com base na residência.
 2/ O rácio subjacente VA da dívida externa/PIB na ASD pública difere da ASD externa; a magnitude da diferença depende das projeções das taxas de câmbio.
 3/ O serviço da dívida é definido como a soma de juros e amortização da dívida de curto, médio e longo prazo.
 4/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o déficit primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior e outros fluxos geradores/redutores de dívida.
 5/ Definido como o déficit primário menos uma variação do rácio dívida pública/PIB (c); um excedente primário). que estabiliza o rácio da dívida apenas no ano em questão.
 6/ As médias históricas são, em geral, calculadas ao longo dos últimos 10 anos, sujeito à disponibilidade de dados, enquanto as médias das projeções são calculadas ao longo do primeiro ano da projeção e dos próximos 10 anos.

Figura 1. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2019–2029^{1/}

Figure 1. Sao Tome & Principe: Indicators of Public and Publicly Guaranteed External Debt under Alternatives Scenarios, 2019-2029



Customização da configuração padrão		
	Tamanho	Interações
Testes adaptados		
PC combinados	Sim	
Desastres naturais	Não	Não
Preços das mat.-primas ^{2/}	n.a.	n.a.
Financiamento de mercado	n.a.	n.a.

Nota: "Sim" indica qualquer mudança na dimensão ou nas interações das configurações padrão dos testes de stress. "n.a." indica que o teste de stress não se aplica.

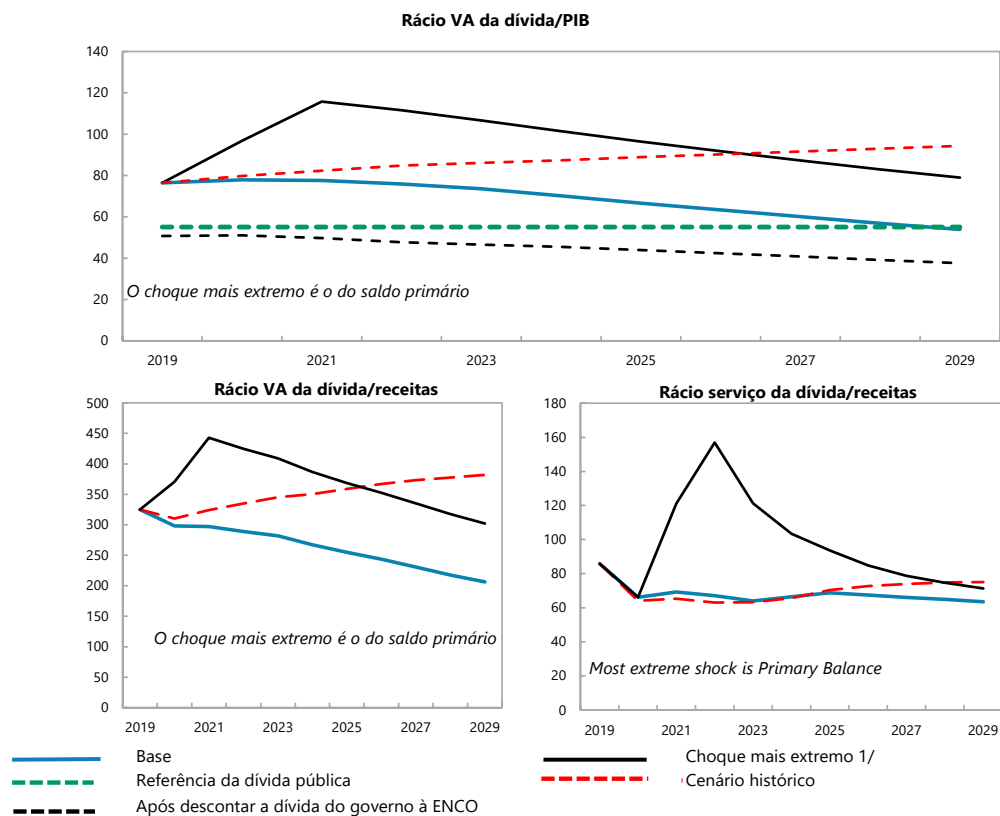
Pressupostos de endividamento para os testes de stress *		
	Padrão	Definidos pelo utilizador
Quotas da dívida marginal		
Dívida externa PGP de MLP	100%	
Termos da dívida marginal		
Taxa de juro nominal média sobre novos empréstimos em USD	1.8%	1.8%
Taxa de desconto em USD	5.0%	5.0%
Maturidade média (incl. período de graça)	23	23
Período de graça médio	9	9

* Nota: Presume-se que todas as necessidades de financiamento adicional geradas pelos choques nos testes de stress são cobertas pela dívida externa PGP de MLP na ASD externa. As condições padrão da dívida marginal assentam nas projeções de base de 10 anos.

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que resulta no rácio mais elevado em ou antes de 2029. São também apresentados testes de stress com uma quebra pontual (se houver), embora essas quebras pontuais sejam descartadas para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de stress com uma quebra pontual representa o choque mais extremo após descartar a quebra pontual, é apresentado apenas o teste de stress (com o choque pontual).

2/ A magnitude dos choques utilizados para o teste de stress de choque dos preços das matérias-primas assenta nas perspetivas para os preços das matérias-primas preparadas pelo Departamento de Estudos do FMI.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2019–2029


Pressupostos de endividamento para os testes de stress *	Padrão	Definidos pelo utilizador
Quotas da dívida marginal		
Dívida externa PGP de médio e longo prazo	25%	25%
Interna de médio e longo prazo	10%	10%
Interna de curto prazo	234%	64%
Termos da dívida marginal		
Dívida externa de médio e longo prazo		
Taxa de juro nominal média sobre novos empréstimos em USD	1.8%	1.8%
Maturidade média (incl. período de graça)	23	23
Período de graça médio	9	9
Dívida interna de médio e longo prazo		
Taxa de juro real média sobre novos empréstimos	-2.8%	-2.8%
Maturidade média (incl. período de graça)	100	100
Período de graça médio	99	99
Dívida interna de curto prazo		
Taxa de juro real média	-1.0%	-1.0%

* Nota: A ASD pública permite o financiamento interno para cobrir as necessidades de financiamento adicional geradas pelos choques nos testes de stress na ASD pública. Os termos padrão da dívida marginal assentam nas projeções de base de 10 anos.

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/O teste de stress mais extremo é o que resulta no rácio mais elevado em ou antes de 2029. É também apresentado o teste de stress com uma quebra pontual (se houver), embora essa quebras pontual seja descartada para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de stress com uma quebra pontual representa o choque mais extremo após descartar a quebra pontual, é apresentado apenas o teste de stress (com o choque pontual).

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2019–2029

	Projeções 1/										
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Rácio VA da dívida/PIB											
Base	29	28	28	27	26	24	23	23	21	20	19
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2019-2029 2/	29	34	40	45	51	56	61	67	72	77	82
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	29	29	29	28	27	26	25	24	22	21	20
B2. Saldo primário	29	42	55	53	51	49	47	46	44	42	40
B3. Exportações	29	34	42	41	39	37	36	34	33	31	30
B4. Outros fluxos 3/	29	35	41	40	39	37	35	34	32	31	29
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	29	35	30	30	28	27	25	24	23	21	20
B6. Combinação de B1-B5	29	37	39	38	36	34	33	32	30	29	27
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	29	68	66	64	61	58	56	55	52	50	48
C2. Catástrofe natural	29	35	35	34	33	31	30	29	28	27	26
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Rácio VA da dívida/exportações											
Base	114	109	100	96	92	88	85	81	77	72	68
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2019-2029 2/	114	129	143	160	179	200	220	240	260	280	299
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	114	109	100	96	92	88	85	81	77	72	68
B2. Saldo primário	114	160	199	189	182	175	170	164	157	151	145
B3. Exportações	114	167	253	242	232	223	215	207	198	188	179
B4. Outros fluxos 3/	114	135	150	143	137	132	127	123	117	112	106
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	114	109	87	84	80	76	73	70	66	62	58
B6. Combinação de B1-B5	114	151	131	163	157	150	145	140	133	126	120
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	114	260	237	225	217	210	203	197	189	182	175
C2. Catástrofe natural	114	138	128	123	119	114	111	107	103	99	94
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180
Rácio serviço da dívida/exportações											
Base	5	5	5	5	5	7	6	6	6	6	6
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2019-2029 2/	5	5	5	6	6	9	9	9	10	10	10
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	5	5	5	5	5	7	6	6	6	6	6
B2. Saldo primário	5	5	6	7	7	9	8	8	8	8	7
B3. Exportações	5	7	9	10	11	14	13	13	12	12	11
B4. Outros fluxos 3/	5	5	6	6	6	8	7	7	7	7	6
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	5	5	5	4	5	7	6	6	6	6	5
B6. Combinação de B1-B5	5	6	7	7	7	10	9	9	9	8	8
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	5	5	8	8	8	10	9	9	9	8	8
C2. Catástrofe natural	5	6	6	6	6	8	7	7	7	7	6
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
Rácio serviço da dívida/receitas											
Base	8	8	8	7	7	10	9	8	8	7	7
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2019-2029 2/	8	8	8	9	9	12	12	12	12	12	12
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	8	8	8	7	8	10	9	9	8	8	7
B2. Saldo primário	8	8	9	11	11	13	12	11	10	10	9
B3. Exportações	8	8	9	9	9	11	10	10	9	9	8
B4. Outros fluxos 3/	8	8	8	9	9	11	10	10	9	9	8
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	8	10	9	8	9	11	10	10	10	9	8
B6. Combinação de B1-B5	8	9	9	9	9	11	10	10	9	9	8
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	8	8	13	12	12	14	13	12	11	11	10
C2. Catástrofe natural	8	8	8	8	8	10	9	9	9	8	8
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Os valores a negrito indicam a ultrapassagem do limiar.

2/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o deflator do PIB (em USD), a conta corrente excl. juros em percentagem do PIB e os fluxos não geradores de dívida.

2/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2019–2029

	Projeções 1/										
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Rácio VA da dívida/PIB											
Base	76	78	78	76	74	70	67	63	60	57	54
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2019-2029 2/	76	80	82	85	86	87	89	90	92	93	94
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	76	80	82	82	80	77	74	71	69	66	63
B2. Saldo primário	76	97	116	112	107	101	96	92	87	83	79
B3. Exportações	76	82	89	87	84	81	77	73	70	66	63
B4. Outros fluxos 3/	76	85	91	89	86	82	78	75	71	68	64
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	76	82	80	78	75	71	66	61	57	53	49
B6. Combinação de B1-B5	76	90	97	89	83	77	72	67	63	59	56
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	76	91	90	87	84	80	76	72	69	65	62
C2. Catástrofe natural	76	88	88	85	83	79	76	72	69	66	63
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Referência da dívida pública	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55
Rácio VA da dívida/receitas											
Base	325	298	297	289	282	267	255	244	231	218	206
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2019-2029 2/	325	310	324	335	345	350	359	367	373	377	381
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	325	304	311	306	303	291	281	272	261	250	240
B2. Saldo primário	325	371	443	425	409	386	369	353	335	318	302
B3. Exportações	325	314	343	332	324	308	294	282	268	254	241
B4. Outros fluxos 3/	325	325	349	339	330	314	300	288	274	259	246
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	325	324	316	304	294	274	257	240	223	205	189
B6. Combinação de B1-B5	325	348	375	343	321	296	276	260	244	228	216
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	325	349	343	331	322	305	291	278	264	250	237
C2. Catástrofe natural	325	337	334	324	316	301	289	277	264	250	239
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Rácio serviço da dívida/receitas											
Base	86	66	69	67	64	66	69	67	66	65	64
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2019-2029 2/	86	64	65	63	63	66	70	72	73	74	74
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	86	67	72	72	70	73	76	75	74	73	72
B2. Saldo primário	86	66	121	157	121	103	94	85	79	75	71
B3. Exportações	86	66	70	68	65	67	70	68	67	66	64
B4. Outros fluxos 3/	86	66	70	68	65	68	70	69	67	66	64
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	86	64	67	63	62	65	67	65	64	63	61
B6. Combinação de B1-B5	86	65	85	116	93	82	77	71	66	64	62
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	86	66	103	88	77	75	74	71	69	67	65
C2. Catástrofe natural	86	67	94	83	75	74	75	73	71	69	67
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

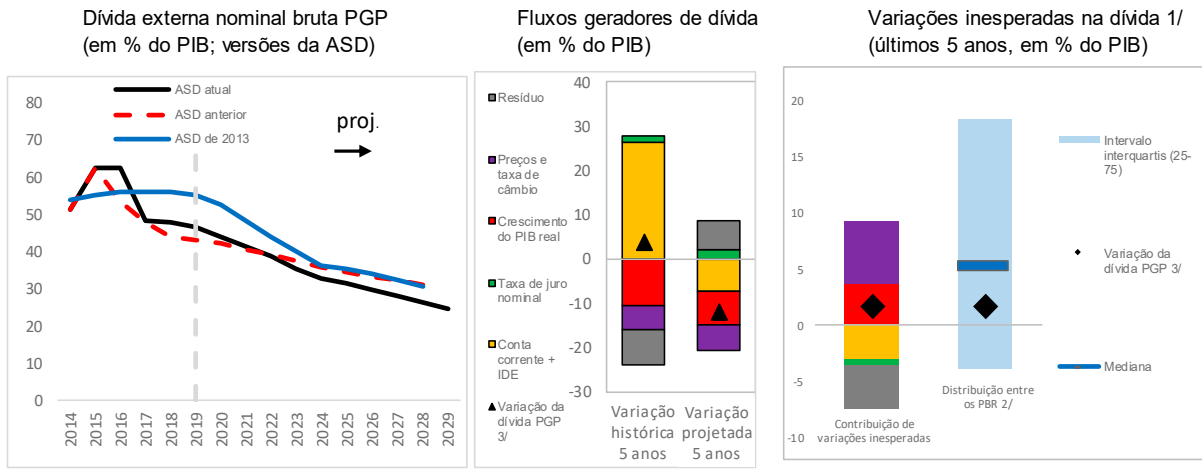
Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Os valores a negrito indicam a ultrapassagem do valor de referência.

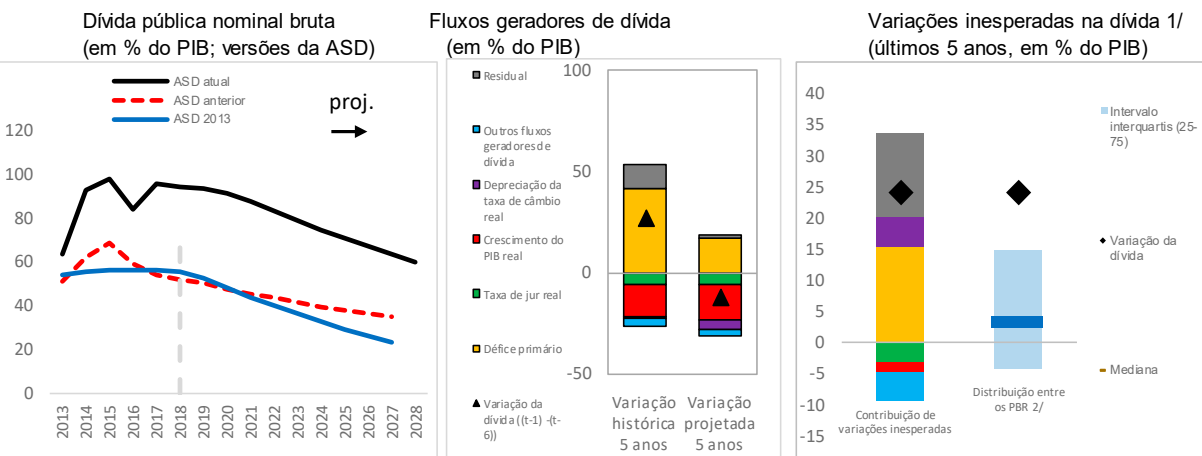
2/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o deflator do PIB e o défice primário em percentagem do PIB.

2/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

Figura 3. São Tomé e Príncipe: Determinantes da Dinâmica da Dívida – Cenário de Base – Dívida Externa



Dívida pública



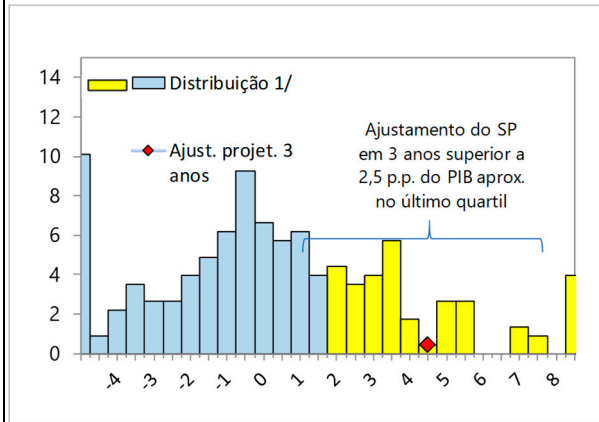
1/ A diferença entre as contribuições previstas e efetivas para os rácios da dívida.

2/ A distribuição entre os PBR para os quais foram produzidas ASD PBR.

3/ Tendo em conta a dívida externa privada relativamente baixa na média dos países de baixo rendimento, uma variação percentual na dívida externa PGP deve ser largamente explicada pelos determinantes da equação da dinâmica da dívida externa.

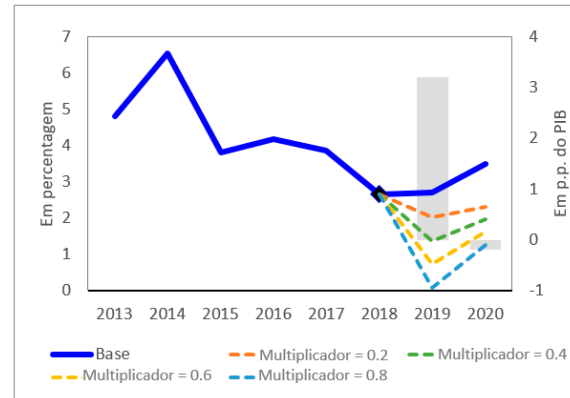
Figura 4. São Tomé e Príncipe: Ferramentas de Realismo

Ajustamento de 3 anos no saldo primário
(Em pontos percentuais do PIB)



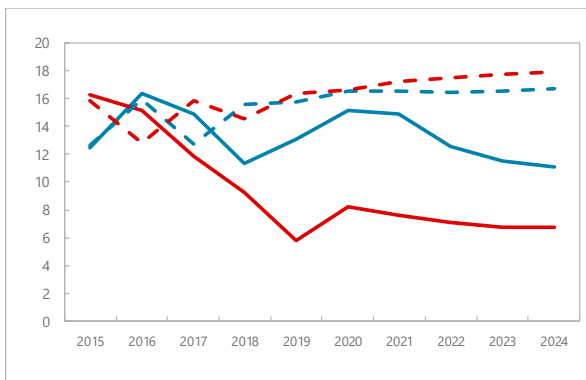
1/ Os dados abrangem programas apoiados pelo FMI destinados a PBR (excl. financiamento de emergência) aprovados desde 1990. A dimensão do ajustamento de 3 anos desde o início do programa encontra-se no eixo horizontal; a percentagem da amostra encontra-se no eixo vertical.

Ajustamento orçamental e possíveis trajetórias de crescimento 1/



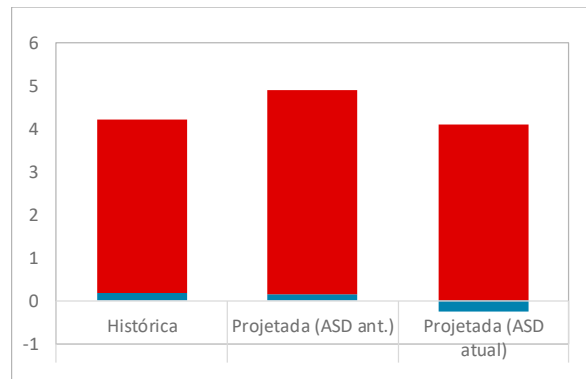
1/ As barras referem-se ao ajustamento orçamental projetado (escala à direita) e as linhas mostram possíveis trajetórias de crescimento do PIB real com diferentes multiplicadores orçamentais (escala à esquerda).

Taxas de investimento público e privado
(Em % do PIB)



— Invest. do governo - ASD anterior — Invest. do governo - ASD atual
- - - Invest. privado - ASD anterior - - - Invest. privado - ASD atual

Contribuição para o crescimento do PIB real
(Em percentagem, média de 5 anos)



■ Contribuição de outros fatores
■ Contribuição do capital do governo

**Declaração dos Srs. Mohamed-Lemine Raghani e Kelvio Carvalho da Silveira sobre a
República Democrática de São Tomé e Príncipe
2 de outubro de 2019**

1. As nossas autoridades são-tomenses gostariam de expressar o seu reconhecimento à Administração e ao corpo técnico pelo diálogo construtivo sobre políticas que teve lugar em março e julho de 2019 no âmbito das negociações de um novo acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF).

2. Após tomar posse em dezembro de 2018, o novo Governo deparou-se imediatamente com desafios económicos e orçamentais, incluindo significativas pressões em termos de financiamento. As características específicas de São Tomé e Príncipe, incluindo o facto de ser um pequeno Estado insular, constituem um considerável desafio ao desenvolvimento, tendo em conta a capacidade limitada e a elevada vulnerabilidade do país às alterações climáticas. Por conseguinte, é necessária uma abordagem integral ao desenvolvimento, consagrando uma especial importância ao crescimento – conforme sublinhado na Nota de Orientação do corpo técnico sobre o envolvimento do FMI com os pequenos Estados em desenvolvimento – a fim de responder a estes desafios.

3. Dada a elevada fragilidade do país, a implementação bem-sucedida de um ambicioso programa de reformas requer o desenvolvimento de capacidades e uma estreita cooperação com os parceiros técnicos. A este respeito, o Governo gostaria de expressar o seu forte interesse na reabertura do escritório do representante residente em São Tomé. O Governo acredita que o país iria beneficiar imenso deste compromisso.

4. As autoridades são-tomenses estão profundamente empenhadas em dar continuidade às suas políticas e programa de reformas que visam recuperar a estabilidade económica, eliminar os estrangulamentos estruturais para impulsionar o crescimento inclusivo e, ao mesmo tempo, reduzir o elevado nível de endividamento. A fim de garantir que os seus esforços são sustentados, o Governo pede ao Fundo assistência a médio prazo. Como tal, solicita um novo acordo com uma duração de 40 meses ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF). Além disso, agradecerá igualmente que fosse concedida uma extensão de um ano da aprovação temporária para a retenção das medidas que resultam em restrições cambiais e práticas de taxas de câmbio múltiplas sujeitas à jurisdição do FMI ao abrigo da alínea a) da Secção 2 e da Secção 3 do Artigo VIII.

Evolução recente e perspetivas

5. A economia são-tomense continuou a crescer em circunstâncias difíceis. Em 2018, o PIB real abrandou para 2,7%, face a 3,9% em 2017, sobretudo influenciado pelo impacto dos cortes de energia nas empresas e nos serviços e pelo declínio nas entradas de fluxos externos. Por outro lado, a inflação subiu para 9% no final do ano, mas começou a cair lentamente no primeiro semestre de 2019. Embora o défice de conta corrente tenha descido em 2018 para 10,9% do PIB, a elevada dependência das importações para o consumo privado continua a criar desequilíbrios e, como resultado, as reservas internacionais caíram

de 4,6 meses de importações em 2017 para 3,3 meses de importações em 2018. O défice primário interno (DPI) cifrou-se em 4,1% do PIB em 2018.

6. Relativamente à dívida, a análise da sustentabilidade da dívida (ASD) de 2019 continua a classificar o país como estando em sobre-endividamento devido aos atrasados externos pendentes. Contudo, a dívida de São Tomé e Príncipe continua sustentável a médio prazo e o país tem capacidade para reembolsar os seus atrasados externos ao longo do tempo, uma vez que os rácios da dívida externa no cenário base mantêm-se abaixo dos limiares de risco elevado. Recentemente, o novo Governo retomou as negociações com os credores externos com vista a chegar a um acordo sobre a regularização dos atrasados, o que melhoraria o risco de sobre-endividamento do país.

7. Relativamente ao futuro, as perspetivas económicas de São Tomé e Príncipe são positivas. O PIB real deverá continuar a crescer em 2019 e atingir os 4% a médio prazo, impulsionado pela implementação de projetos de infraestruturas e pelos preços de energia mais baixos. Prevê-se que a inflação caia para 7,8% em 2019 e continue a descer até cerca de 3% a médio prazo. Os riscos para as perspetivas podem derivar de fatores internos e externos, designadamente uma capacidade institucional limitada e uma elevada dependência dos desembolsos atempados dos parceiros de desenvolvimento. As autoridades são-tomenses entendem que o início dos principais projetos de infraestruturas, juntamente com a promoção dos pequenos empresários, e o empoderamento económico das mulheres e dos jovens irão estimular o potencial de crescimento do país.

Prioridades de política para 2019 e o médio prazo

Restaurar a sustentabilidade orçamental

8. O novo Governo visa garantir uma execução orçamental mais rigorosa, com vista a atingir a meta do défice primário interno ao abrigo do programa e manter a dívida pública numa trajetória descendente. A este respeito, o Conselho de Ministros adotou uma resolução em junho de 2019 para alinhar o orçamento com os objetivos do programa, incluindo a adoção de um plano mensal de despesas para o que falta do ano.

9. A fim de atingir a meta do DPI para 2019 – que é 2,1% do PIB – os esforços de consolidação orçamental das autoridades irão centrar-se em medidas de aumento da receita e controlo da despesa. Do lado da receita, i) foi adotada uma sobretaxa sobre o preço dos produtos petrolíferos; ii) foi alcançado um acordo com a ENCO para que o diferencial positivo do preço dos combustíveis seja transferido para o Tesouro; iii) foram reduzidos os benefícios fiscais para as famílias; e iv) foi introduzido um novo imposto sobre o consumo das telecomunicações. Além disso, o acordo das pescas recentemente celebrado com a União Europeia e os esforços em curso para arrecadar os atrasados fiscais e o IRS irão aumentar a receita a curto prazo. Do lado da despesa, irá manter-se o congelamento dos salários e será exercido um maior controlo sobre as despesas de bens e serviços assim como sobre os gastos de investimento com recursos próprios.

10. As autoridades irão prosseguir reformas orçamentais estruturais a médio prazo para

apoiar a consolidação orçamental. A Assembleia Nacional está a tomar medidas rápidas para aprovar a Lei do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) até outubro de 2019, com vista à implementação do mesmo no início de 2020. Entretanto, prosseguem os trabalhos preparatórios para a implementação do IVA. Nesta matéria, as autoridades irão implementar um sistema de e-fatura em janeiro de 2020. Atualmente, está em curso um projeto piloto que abrange os 10 maiores contribuintes. O e-fatura irá igualmente desempenhar um papel preponderante no combate à informalidade e à evasão fiscal. As autoridades reconhecem os benefícios inerentes ao IVA, mas ao mesmo tempo continuam preocupadas com o impacto adverso que a elevada taxa de 15% terá na economia e nas famílias mais vulneráveis. O Banco Mundial aprovou recentemente um programa a cinco anos com vista a reforçar a rede de segurança social.

11. A ênfase será colocada no reforço da administração fiscal e gestão das finanças públicas (GFP). Serão implementadas as recomendações do FMI para aumentar o cumprimento fiscal, promover as práticas de gestão do risco e estabelecer um quadro de monitorização. Para evitar a acumulação de atrasados e melhorar o plano de regularização de atrasados, as autoridades irão usar os fundos disponíveis no final de 2019 – resultantes de um desempenho orçamental acima da meta do DPI – para amortizar atrasados. Também estão a ser desenvolvidos planos de regularização dos atrasados das empresas públicas e o Tesouro é oficialmente a única entidade autorizada a contrair empréstimos. As leis da contratação pública serão atualizadas e aplicadas com mais rigor no sentido de combater a corrupção e o uso indevido de fundos públicos.

12. Uma das principais prioridades políticas do Governo é reduzir a vulnerabilidade da dívida do país. O Governo, nos seus esforços para baixar a dívida, reitera o seu compromisso em limitar os empréstimos concessionais a 3% do PIB e evitar os empréstimos não concessionais. Considerando o elevado volume de atrasados da EMAE e os riscos que representa para o orçamento, as autoridades asseguraram um acordo formal entre a EMAE e o seu credor, a petrolífera ENCO, para um plano de amortização a longo prazo, que ajuda a reduzir o valor atual da dívida pública. Também foram tomadas medidas apropriadas para implementar as recomendações da avaliação do desempenho da gestão da dívida (DeMPA).

Apoiar o regime de paridade cambial através de uma política monetária mais restritiva e da melhoria da gestão no Banco Central

13. As autoridades estão cientes da importância de, por um lado, dar continuidade à consolidação orçamental no sentido de controlar a inflação e, por outro, promover as exportações de modo a criar uma almofada de reservas indispensável para proteger a paridade cambial. No entanto, partilham da opinião que uma política monetária mais restritiva poderia contribuir igualmente para a concretização destes objetivos. Neste sentido, estão a ser envidados esforços para realizar operações no mercado aberto e emitir certificados de depósito do Banco Central, com o apoio da assistência técnica do FMI. Para preservar as reservas em moeda estrangeira, as autoridades irão limitar as despesas públicas que requerem moeda estrangeira e irão elaborar uma estratégia adequada para atrair mais remessas e investimentos da diáspora. Em linha com o programa do novo Governo, a independência e a transparência do Banco Central de São Tomé e Príncipe serão reforçadas. A este respeito, as

recomendações da recente Avaliação de Salvaguardas serão efetivamente implementadas, salvo a recomendação relacionada com a criação de um conselho não executivo para o Banco Central tendo em conta as distorções que tal poderia causar no funcionamento da instituição.

Preservar a estabilidade financeira

14. As autoridades prosseguirão os seus esforços para salvaguardar a estabilidade financeira. Foi finalmente concluída a avaliação da qualidade dos ativos (AQA) da banca e as respetivas constatações e recomendações serão usadas pelo Banco Central para atualizar o seu sistema de classificação do crédito e reforçar os regulamentos prudenciais. Será considerada a realização regular de testes de stress e inspeções *in situ*. Além disso, serão tomadas medidas para introduzir um modelo de notação bancária e melhorar a resolução bancária em linha com as recomendações da assistência técnica do FMI.

15. Verificaram-se progressos na resolução do crédito malparado, ao mesmo tempo que a taxa de incumprimento dos novos empréstimos bancários está numa trajetória descendente. A fim de acelerar a redução do volume de crédito malparado, o Banco Central está a preparar uma diretriz para o rápido saneamento do crédito, o processo de recuperações de crédito será intensificado e será estabelecido um tribunal de arbitragem para a resolução extrajudicial de litígios. Relativamente aos dois bancos falidos – o Banco Equador e o Banco Privado – as autoridades esperam concluir a respetiva liquidação em 2019.

16. São Tomé e Príncipe está a dar passos importantes em termos de inclusão financeira. Em setembro de 2018, a lei do microcrédito foi adotada e todos os regulamentos relevantes deverão ser aprovados este ano. Também foi levado a cabo um inquérito sobre inclusão financeira e, na sequência do mesmo, será formulada e publicada uma estratégia nacional de inclusão financeira até ao final de 2019. No âmbito da estratégia para a promoção das pequenas e médias empresas (PME) e com o apoio do Banco Mundial, está a ser desenvolvido um quadro jurídico para a criação de uma central e garantias que deverá estar operacional em 2020. Esta central será essencial para ajudar as PME a terem acesso a financiamento.

Promover o crescimento inclusivo e sustentável

17. As autoridades irão prosseguir reformas estruturais para reduzir o custo de fazer negócios, melhorar o clima de investimento e impulsionar o crescimento sustentável e inclusivo. Estão igualmente a reestruturar o setor da energia para melhorar o fornecimento energético, limitar os prejuízos da EMAE, garantir um sistema de fixação de preços de eletricidade mais transparente e eficiente a fim de possibilitar a recuperação dos custos a médio prazo. O Plano de Produção de Energia ao Menor Custo e o Plano de Melhoria da Gestão foram aprovados e estão agora a ser implementados. O Governo também está empenhado em adotar as recomendações da Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo. Com a assistência do Banco Africano de Desenvolvimento, estão em curso trabalhos para acelerar a implementação de um sistema de pagamentos com cartões de crédito internacionais.

18. São Tomé e Príncipe está a registar bons progressos com vista à prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No Relatório de 2018 sobre o Índice dos

ODS para África, São Tomé e Príncipe surge no 10.º lugar entre 51 países africanos em termos de desempenho global relativo às metas dos ODS. Com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, as autoridades continuam a explorar formas de colmatar as lacunas identificadas. A este respeito, o país recebeu uma Conferência Internacional de Alto Nível sobre “Empoderamento Económico e Inclusão Financeira das Mulheres”, em julho de 2019. O plano de ação daí resultante será finalizado até dezembro de 2019. Além disso, será criada uma escola de turismo e será lançado um projeto de emprego jovem com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a fim de resolver o problema das competências inadequadas e promover o empreendedorismo.

Conclusão

19. O novo Governo reconhece os enormes desafios económicos que o país enfrenta e está ciente da necessidade de restaurar a estabilidade macroeconómica e estimular o potencial de crescimento. O Governo reitera o seu forte compromisso em relação ao programa de reformas que deve ser apoiado pela ECF tendo em conta as necessidades da balança de pagamentos. Para aumentar as hipóteses de sucesso do programa, as autoridades esperam que o FMI considere a possibilidade de reabertura do escritório do representante residente e confiam receber em tempo oportuno assistência técnica e prática dos parceiros de desenvolvimento. Em nome das autoridades são-tomenses, gostaríamos que o Conselho de Administração apoiasse um novo acordo com uma duração de 40 meses ao abrigo da ECF e concedesse uma extensão de um ano da aprovação temporária para a retenção das medidas que resultam em restrições cambiais e práticas de taxas de câmbio múltiplas.